

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

JOICE ZENTNER DE BRITO

**POBREZA URBANA E CIDADE MÉDIA NÃO METROPOLITANA:
CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PARA O
MUNICÍPIO DE VARGINHA/MG**

Varginha/MG

2022

JOICE ZENTNER DE BRITO

**POBREZA URBANA E CIDADE MÉDIA NÃO METROPOLITANA:
CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PARA O
MUNICÍPIO DE VARGINHA/MG**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Batista Pereira

Varginha/MG

2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Brito, Joice Zentner de.

Pobreza urbana e cidade média não metropolitana : construção de um índice de pobreza multidimensional para o município de Varginha/MG / Joice Zentner de Brito. - Varginha, MG, 2022.

122 f. : il. -

Orientador(a): Fernando Pereira Batista.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2022.

Bibliografia.

1. Território. 2. Pobreza multidimensional. 3. Cidades médias. 4. Varginha-MG. I. Batista, Fernando Pereira, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

JOICE ZENTNER DE BRITO

POBREZA URBANA E CIDADE MÉDIA NÃO METROPOLITANA: CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PARA O MUNICÍPIO DE VARGINHA/MG

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 15 de junho de 2022

Prof. Dr. Fernando Batista Pereira
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Luiz Antônio Staub Mafra
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Pedro Vasconcelos Maia Amaral
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Vasconcelos Maia do Amaral, Usuário Externo**, em 15/06/2022, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Batista Pereira, Professor do Magistério Superior**, em 15/06/2022, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antônio Staub Mafra, Professor do Magistério Superior**, em 15/06/2022, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0750634** e o código CRC **F634504A**.

Dedico este trabalho a minha avó Antônia e aos meus filhos João Pedro e Davi que tanto me ensinam sobre a vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado, apoiando todo meu percurso acadêmico e sempre foi minha maior motivadora. Aos meus pais e meus irmãos que me ajudaram, cada um à sua forma. Ao meu marido, por todo apoio, por seu meu ombro amigo durante todo o processo e estar ao meu lado me auxiliando. Nada disso seria possível sem o seu apoio, principalmente nesta reta final.

Agradeço ao professor Fernando, por ser um orientador sem igual, atencioso e pontual. Para além de orientar me possibilitou novos ensinamentos e fez da construção deste trabalho, apesar das dificuldades, algo enriquecedor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da FAPEMIG. Por fim, agradeço a todo corpo docente da UNIFAL/MG e administrativo.

Existem apenas duas classes sociais, as do que não comem e as dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem.

(SANTOS, 2006)

RESUMO

O processo de urbanização brasileiro tem sido produtor e reproduzidor de pobreza à medida que tem sua concepção pautada na reprodução de desigualdades. Dentro desta lógica, mesmo as cidades médias ricas não metropolitanas têm focos de pobreza no seu território. Este projeto tem como objetivo a construção de um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) no município de Varginha/MG. Entendendo a pobreza como um processo multifacetado e resultante de diferentes dimensões, a metodologia utilizada para composição do índice segue os preceitos cunhados por Alkire e Foster, que possibilitam criar um IPM a partir de diferentes variáveis. A realização desta pesquisa reconhece, a partir da perspectiva acima, a importância de estudarmos a pobreza em regiões ricas não metropolitanas, por entender que suas formas de configuração econômica diferem das de áreas metropolitanas e das de regiões empobrecidas. Conhecer o território e os processos que produzem a pobreza, bem como ter “suas causas” identificadas, é necessário para propor soluções. Os procedimentos metodológicos adotados para realização desta pesquisa perpassaram por duas premissas. A primeira residiu na utilização de dados secundários obtidos através dos órgãos oficiais do município com intuito de possibilitar um panorama geral da pobreza no município; e a segunda parte versou sobre compreender a pobreza sob o ponto de vista daqueles que a vivenciam, por meio de entrevistas realizadas com as famílias listadas no CRAS do município, como forma de complementar os dados oficiais e criar um IPM que reflète de maneira mais abrangente a população pobre da cidade. Os principais resultados encontrados apontam para uma pobreza significativa na população estudada. Há um alto grau de privação entre o público-alvo identificado como multidimensionalmente pobre. Os entrevistados sofrem de diferentes categorias de privações, agravando as condições que vivenciam. Observou-se que a diversidade geográfica, econômica e social das cidades permite diversos graus de privação dentro de um mesmo conjunto espacial. Os resultados obtidos sugerem a necessidade de realizar pesquisas que visem lançar luz sobre as realidades vivenciadas em diferentes localidades, identificar potenciais e barreiras em cenários específicos.

Palavras-chave: território; pobreza multidimensional; cidades médias e Varginha, MG.

ABSTRACT

The urbanization process has been a producer and producer of poverty as its creation is based on the Brazilian reproduction of inequalities. Within this logic, even medium-rich non-metropolitan cities have pockets of poverty in their territory. This project aims to build a Multidimensional Poverty Index (MPI) in Varginha/MG. Understanding poverty as a multifaceted process and resulting from different dimensions, the one used to compose the index follows those coined by Alkire and Foster, which make it possible to create an MPI from different variables. The realization of this research recognizes, from the above perspective, the importance of studying poverty in non-metropolitan rich regions, as we understand that their forms of economic configuration differ from metropolitan areas and impoverished regions. “Knowing solutions. The methodological procedures adopted to carry out this research involved two premises. The first one resided in the use of secondary data through the official bodies of the municipality in order to provide an overview of poverty in the municipality; and the part dealt with the point of view of the experiences carried out, as the second dimension, from the point of view complementing the data of the sciences and creating an IPM that reflects in a more comprehensive way in depth. poor of the city's population. The main results found point to a significant poverty in the research. There is a high degree of deprivation among the target audience identified as multidimensionally poor. Plans to prevent different categories of deprivation worsen the conditions they experience. Note that the geographic, economic and social diversity of cities allows for different degrees of deprivation within the same spatial set. The results offer the need to carry out research that sheds new light on reality as different locations, differentiate and barriers in specific scenarios.

Keywords: territory; multidimensional poverty; medium-sized cities and Varginha, MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma de mensuração da pobreza	24
Figura 2 - Área no qual abrange o polígono de aglomeração industrial	54
Figura 3 - Zoneamento urbano da Secretaria de Habitação e Assistência Social de Varginha/MG.....	66
Figura 4 - Pontuação por privação	72
Figura 5 - Mapa do Estado de Minas Gerais	75
Figura 6 - Regiões Geográficas Intermediárias de Minas Gerais	77
Figura 7 - O município de Varginha/MG	79
Figura 8 - Distância entre Varginha e os demais centros urbanos	79
Figura 9 - Crescimento urbano de Varginha/MG	80
Figura 10 - Padrão morfológico-funcional de Varginha/MG.....	105
Figura 11 - Áreas censitárias do Mapa Social de Varginha (IBGE, 2017)	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões e indicadores adotados para composição do IPM proposto.	68
Quadro 2 - Quesitos adotados para ser considerado não privado no cálculo do IPM proposto	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por CRAS de referência no município de Varginha/MG	83
Tabela 2 - Resultado do questionário na dimensão de educação	87
Tabela 3 - Resultado do questionário na dimensão de acesso a bens e serviços.....	88
Tabela 4 - Resultado do questionário na dimensão de estrutura urbana e habitação	91
Tabela 5 - Resultado do questionário na dimensão de segurança alimentar e nutricional	93
Tabela 6 - Resultado do questionário na dimensão de renda e trabalho.....	95
Tabela 7 - Resultado do questionário na dimensão de exclusão financeira	97
Tabela 8 - Resultado da privação sofrida por dimensão nos CRAS de referência e no município.	100
Tabela 9 - Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para Varginha (MG) para as categorias de incidência (H) e intensidade (A) (janeiro de 2022)	102

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	POBREZA: DEFINIÇÃO E MÉTODOS	19
2.1	DEFINIÇÕES DO CONCEITO POBREZA	19
2.2	MENSURAÇÃO DA POBREZA.....	23
2.3	O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM)	31
3	TERRITÓRIO E POBREZA	34
3.1	A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	34
3.2	POBREZA URBANA E TERRITÓRIO	40
3.3	CIDADES MÉDIAS NÃO-METROPOLITANAS	46
3.4	DESENVOLVIMENTO E POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS	52
4	METODOLOGIA	63
4.1	PESQUISA E SELEÇÃO DE DADOS	64
4.2	SELEÇÃO DA UNIDADE ESPACIAL DE ANÁLISE DO ESTUDO	65
4.3	SELEÇÃO DO MÉTODO DE AGREGAÇÃO DE DADOS.....	66
4.4	SELEÇÃO DAS DIMENSÕES E INDICADORES BASE PARA COMPOR O ÍNDICE.....	67
4.5	ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E CONSOLIDAÇÃO DAS DIMENSÕES E ÍNDICES	69
4.6	CÁLCULO DO IPM	69
5	O MUNICÍPIO DE VARGINHA	75
5.1	O SUL DE MINAS GERAIS	75
5.2	VARGINHA: POBREZA E DESENVOLVIMENTO	78
6	O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM VARGINHA	84
6.1	RESULTADOS DOS INDICADORES PARCIAIS PARA VARGINHA-MG	85
6.1.1	Dimensão de educação	85
6.1.2	Dimensão de acesso a bens e serviços básicos	88
6.1.3	Dimensão de estrutura urbana e habitação	90
6.1.4	Dimensão de segurança alimentar e nutricional	92
6.1.5	Dimensão de renda e trabalho	94
6.1.6	Dimensão de exclusão financeira	96
6.2	ANÁLISE DO INDICADOR DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM)	99

6.3	PADRÃO MORFOLÓGICO-FUNCIONAL E POBREZA	104
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICE	120

1 INTRODUÇÃO

Os processos de urbanização, aliados à industrialização pungente, que se instaurou no país a partir do final da década de 1950 e se fortificou a partir dos anos de 1970 modificou de forma intensa a estrutura de ocupação do território brasileiro. Essa “modernização” está relacionada à entrada do capitalismo na forma de produção e a adoção de uma agricultura voltada para uma visão industrial (PINHEIRO, 2007).

Paralelamente ao crescimento do espaço urbano e populacional nas cidades houve um aumento da pobreza nessas regiões. Isto se deve às mudanças nas dinâmicas territoriais que ocasionaram uma predominância da cidade sobre o campo, transformando a produção rural, mecanizando-a para atender a uma escala industrial e ditando o modo de vida das populações, conforme a lógica do capitalismo, pautada em uma sociedade de consumo (BATISTA, 2014).

O contingente rural que migrou às cidades passa a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão-de-obra ou, na expressão clássica de Karl Marx, “um exército industrial de reserva” (SINGER, 1973, p.122). Esse contingente rural era formado pelo aumento do fluxo migratório rural-urbano, as massas de imigrantes europeus e os fluxos migratórios escravagistas. Essa mobilização do exército industrial de reserva marcou o desenvolvimento capitalista da economia brasileira, criando a oferta de mão-de-obra barata e pouco qualificada para as áreas urbanizadas.

Esta massa populacional, concentrada de forma acelerada nas cidades, também trouxe consigo problemas estruturais, que é o fato de que a alta concentração de pessoas acima da oferta de postos de trabalho disponível criou um volume crescente de desemprego e de subemprego (MATTOSO, 1998; POCHMANN, 2020). Essa gama de indivíduos desempregados ou alocados em empregos com rendas muito baixas corroborou para o aumento da pobreza nas cidades.

Somado a isto ocorre problemas tais como a “escassez de habitações, levando a expressão de cortiços e favelas, insuficiência dos serviços urbanos básicos como o abastecimento de água encanada e esgotos, [...] falta de vagas em escolas, de leitos hospitalares etc..” (SINGER, 1973, p.119). O expurgo dos centros urbanos faz com que as massas pobres sejam direcionadas para a periferia nos

chamados movimentos higienistas.

As cidades médias, dentro do eixo de desenvolvimento, descrito por Diniz (1993) como polígono da industrialização, atraíram grande parte das indústrias, motivadas pela política de descentralização e modernização ocorrida a partir dos anos 1970. Isto acarretou um crescimento acelerado nessas regiões, ao mesmo tempo em que esse modelo desenvolvimentista se tornou reprodutor de pobreza ao acentuar as desigualdades por meio da segregação e exclusão dos mais pobres. Isto se deveu ao fato de que o crescimento econômico não trouxe consigo mudanças sociais palpáveis para parte considerável do tecido social, uma vez que as benesses do crescimento não foram distribuídas de forma igualitária entre as diferentes classes (ALMEIDA, 1982).

A importância desse estudo reside em compreender como se dão estes processos de reprodução de pobreza no município de Varginha/MG, sendo esta uma cidade média rica não metropolitana. Em sua maioria os estudos avaliam os efeitos da pobreza, dos deslocamentos campo-cidade, e das mazelas urbanas da superpopulação, a partir de grandes centros, porém as cidades médias, com o perfil de Varginha, possuem uma dinâmica diferente da dos grandes centros, como processo de industrialização posterior focado no desenvolvimento técnico-científico e um fluxo migratório majoritariamente composto pela classe média, diferente das cidades grandes.

Entendendo a pobreza como privação das capacidades (SEN, 2000), esse estudo parte da premissa de que a pobreza possui caráter multidimensional (RAITANO; RIBEIRO, 2019). Segundo o relatório do PNUD e da Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), o Índice de Pobreza Multidimensional Global (IPM), apresentado em 2019, aproximadamente 1,3 bilhão de pessoas em 101 nações analisadas estão em situação de pobreza multidimensional.

Este panorama é agravado pela recessão resultante da crise planetária causada pela pandemia do Covid-19. Segundo o Comitê de Oxford para Alívio da Fome (OXFAM), em 2022 a retração socioeconômica causada pela pandemia saltou a porcentagem da população em situação de pobreza. Atualmente cerca de 28 milhões vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil. Em comparação a 2019, antes da pandemia de Covid-19, eram pouco mais de 23 milhões de indivíduos nesta situação.

Discutir o controle e erradicação da pobreza perpassa por aspectos sociais,

políticos e econômicos (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2016) que emolduram as ações tomadas e identificam, controlam e distribuem recursos de acordo com a necessidade e característica de cada região. Em uma perspectiva urbanística, a ação pública significa alterações socioespaciais dos territórios que compartilham não apenas a pobreza, mas, a possibilidade de outra realidade socioeconômica.

Os processos de urbanização recentes possibilitaram meios outros de reprodução da pobreza, sendo que o território é utilizado como ponto de partida para seu controle, ou seja, a escassez é urbanizada e gerenciada a partir do território. A própria estruturação urbana decorrente desse processo é fomentadora da pobreza, à medida que seu crescimento segue de forma desordenada e cria segregação e disparidades dentro do território (SIQUEIRA, 2010).

O Estado tem o papel de conhecer e interpretar as necessidades dentro do espaço urbano e por meio disso traçar metas e medidas de enfrentamento. É neste contexto que as políticas públicas vêm como um recurso a ser usado no desenvolvimento, definição e implementação de programas que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais que auxilie nos processos de enfrentamento da pobreza (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012), através de um conjunto de programas elaborado com objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

O foco em cidades médias não-metropolitanas, fora das regiões de pobreza, apresenta uma nova perspectiva sobre pobreza e território. A pesquisa desenvolvida nesta dissertação tem como objetivo amplo auxiliar na compreensão teórica da pobreza em cidades médias ricas não-metropolitanas. Optou-se por um estudo sobre Varginha, por entender que o município opera uma relevância significativa sobre a região Sul de Minas, sendo um polo para questões de saúde, trabalho, bens e serviços.

Varginha, localizada na região Sul de Minas Gerais, foi diretamente impactada pela expansão do processo de industrialização (1970). O município foi incorporado ao circuito de produção nacional (1985), o que muito se deve a sua localização privilegiada entre aos principais centros econômicos do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) e outras cidades médias de grande expressão na circulação de bens e serviços, como Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP) (FERREIRA, 2017).

A atração das indústrias devido a oferta de mão-de-obra e sua proximidade

aos principais polos econômicos, aliada a um forte setor agrário e de serviços, resultou em um processo de urbanização marcado por padrões de consumo distintos, que primavam pela diversidade e que foram incorporados nas dinâmicas de ocupação do território. Esses padrões de consumo do espaço urbano corroboraram para a exclusão de parte da população que não possui poder econômico suficiente para habitar em determinadas localidades dentro do município (FERREIRA, 2017).

Segundo o REGIC (Regiões de Influência das Cidades), pesquisa responsável por determinar a hierarquia dos centros urbanos brasileiros, além de delimitar suas regiões de influência (IBGE, 2008), Varginha é tida como centro polarizador regional, sendo a cidade de maior posição hierárquica no Sul de Minas junto a Pouso Alegre, possuindo grande influência dentro da rede urbana regional. A nova regionalização do IBGE (2017) apontou o município como centro da região intermediária de Varginha, composta por 82 municípios, sendo uma das 134 regiões intermediárias do país.

O perfil econômico do município e os altos índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) nos leva a ler a região como uma área rica, com grande concentração de renda. Ainda assim, Varginha apresenta parte considerável da população vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza, em índices estagnados há quase dez anos (VARGINHA, 2017).

Esta dissertação apresenta uma pesquisa que se propõe a construir um índice de pobreza urbana multidimensional (ALKIRE; FOSTER, 2000) para o município de Varginha. Através da construção deste índice pretende-se compreender de que forma o fenômeno da pobreza se manifesta em Varginha; a apresentar as dimensões de maior carência no território e identificar quais áreas urbanas da cidade apresentam maior concentração de pobreza.

Os procedimentos metodológicos adotados utilizaram de dados secundários obtidos através dos órgãos oficiais do município com intuito de possibilitar um panorama geral da pobreza no município e por meio de entrevistas realizadas com as famílias listadas no CRAS do município, como forma de complementar os dados oficiais e criar um IPM que reflète de maneira mais abrangente a população pobre da cidade.

Além da introdução e considerações finais, esta dissertação foi organizada em 5 capítulos. O segundo capítulo intitulado 'Pobreza: definições e métodos' foi dividido

em três tópicos. O primeiro trata sobre as diferentes linhas teóricas sobre a definição do que é pobreza, sendo a de subsistência, necessidades básicas e privação relativa (CRESPO; GUROVITZ, 2002). No segundo apresentamos as principais formas de mensuração empregadas para medir a pobreza dentro do território e o terceiro que trata sobre o método IPM (índice de pobreza multidimensional) (SEN, 2000).

O terceiro capítulo 'Território e pobreza' inicia-se discutindo sobre o processo de urbanização brasileira e como isso influenciou na manifestação da pobreza no território urbano. Após essa discussão, apresenta-se o conceito de cidade média (CASTELO BRANCO, 2007; CORREA, 2007; SPOSITO, 2006) como forma de compreender quais características são inerentes a estes perfis de cidade e como a Varginha se adentra nessa perspectiva. Após introduzir o tema do urbanismo brasileiro e as cidades médias discute-se sobre a pobreza urbana brasileira, de que forma a concepção do território corroborou para a produção e reprodução da pobreza e como esse processo impactou o desenvolvimento e a própria pobreza nas cidades médias não-metropolitanas.

O quarto capítulo 'O município de Varginha' traz uma contextualização sobre o município de Varginha/MG apresentando suas principais características regionais, econômicas e sociais por meio de dados do Centros de Referência da Assistência Social de Nível Municipal – CRAS. O quinto capítulo 'Metodologia' descreve a metodologia utilizada para o resultado final desta dissertação e o último capítulo 'Índice de pobreza multidimensional em Varginha' aponta os resultados e discussões obtidos na pesquisa de campo.

2 POBREZA: DEFINIÇÃO E MÉTODOS

Neste capítulo foi realizado um aprofundamento teórico sobre as definições existentes de pobreza e suas formas de mensuração. Entende-se que a definição de pobreza é um tema em constante debate, feito por meio de diferentes linhas teóricas, e, portanto, acredita-se ser necessário perpassar por essas definições para assim traçar o caminho teórico-metodológico para elaboração desta dissertação.

A partir das visões fundamentadas apresentou-se as diferentes formas adotadas para mensurar a pobreza. Por fim adentrou-se na constituição teórica do método IPM (índice de pobreza multidimensional), para criar arcabouço teórico para a metodologia utilizada nesta dissertação.

2.1 DEFINIÇÕES DO CONCEITO POBREZA

O que é pobreza? Essa questão está no cerne da discussão sobre a adoção do conceito de uma linha de pobreza no Brasil. A conceituação de pobreza é um processo complexo, que pode ser tomado a partir de análises econômicas ou não-econômicas, e por uma abordagem relativa ou absoluta (CRESPO; GUROVITZ, 2002), onde diferentes questionamentos abrangem diferentes linhas teóricas do que constitui esse fenômeno e suas formas de mensuração.

Há diferentes abordagens históricas para conceituar a pobreza (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Nesta seção tratamos sobre às cinco concepções ganharam força para definir a pobreza: o da subsistência, o das necessidades básicas e o da privação relativa, o da privação das capacidades básicas, cunhada por Sen (1999), e, pôr fim, a da pobreza multidimensional (RAITANO; RIBEIRO, 2019).

A abordagem da subsistência surgiu na Inglaterra, onde eram lidos como pobres aqueles que não tinham o suficiente para garantir uma alimentação básica. Inicialmente, no final do século XIX, a abordagem seguia a linha das *Poor Laws*¹ e dos estudos nutricionais com a intenção de propor ações que trouxessem acesso a um nível mínimo de alimentação. A partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), essa abordagem passa a ser de cunho social, e o Estado começa a atuar

¹ As *Poor Laws* foram um sistema de ajuda social aos pobres em Inglaterra e Gales que se desenvolveu a partir da Idade Média tardia e das leis Tudor, antes de ser codificado em 1587-1598. O sistema das *Poor Laws* subsistiu até ao surgimento do Estado de bem-estar moderno depois da Segunda Guerra Mundial (RAITANO; RIBEIRO, 2019, p. 3).

como mediador de políticas públicas que visam a manutenção do pleno emprego, acreditando que assim possibilitaria acesso aos recursos básicos da subsistência (RAITANO; RIBEIRO, 2019).

A abordagem da pobreza por meio da subsistência foi adotada em diversos países como meio de subsidiar ações de combate à pobreza. Países como Estados Unidos, Canadá, Índia e Malásia ainda utilizam esta abordagem para nortear suas políticas públicas (CODES, 2008 *apud* RAITANO; RIBEIRO, 2019).² Embora apresente a vantagem de maior praticidade, esta linha de pensamento lida apenas com a questão física, mas não evoca a parte social que cabe ao tema pobreza. Outro ponto é a dificuldade de definir as necessidades alimentares, uma vez que cada indivíduo possui uma necessidade de traçar um parâmetro único – essencial para que se faça a identificação – se torna complexo (RAITANO; RIBEIRO, 2019).

A visão da pobreza por meio da abordagem das necessidades básicas ganhou força a partir dos anos de 1970. Essa linha de pensamento passa a ter como foco não apenas o indivíduo e suas necessidades, mas as necessidades da comunidade em que está inserido (RAITANO; RIBEIRO, 2019, p. 4). Para Codes (2008), a abordagem das necessidades básicas é composta por dois grupos. O primeiro refere-se ao consumo doméstico mínimo, como alimentos, roupas, móveis e equipamentos. O segundo trata dos serviços básicos para a vida da comunidade, como saneamento básico, transporte público, saúde, educação, moradia.

A principal característica das necessidades básicas é que elas são consideradas universais e comuns a pessoas de diferentes culturas e civilizações. São necessidades físicas e psicológicas que podem ser atendidas segundo modelos econômicos extremamente diversos, mas são comuns a todos os homens (SALAMA; DESTREMEAU, 1999).

Por isso, e pela sua ligação intrínseca à ideia de crescimento econômico e do consumo para progresso social, tornaram-se comuns as abordagens para a satisfação das necessidades básicas, intimamente relacionadas com a ideia de desenvolvimento econômico e social. A pobreza é uma condição que deve ser superada para promover a dignidade do indivíduo para ser possível o maior desenvolvimento do país (RAITANO; RIBEIRO, 2019).

A partir de 1980, a pobreza passa a ser entendida como privação relativa

² CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília, DF: IPEA, 2008. (Texto para discussão, n. 1332.)

(CRESPO; GUROVITZ, 2002). Nessa perspectiva, a pobreza é definida em função do meio social em que a pessoa vive, considerando o padrão de vida e como as diferentes necessidades são atendidas, dentro de uma determinada realidade socioeconômica. Portanto, a pobreza relativa é determinada por comparação (RAITANO; RIBEIRO, 2019). Ela é pautada em diferentes indicadores e tem o meio social em que o indivíduo vive como mediador. As pessoas tidas como pobres nas privações relativas são aquelas que não possuem condições e recursos para uma vida social em sua plenitude (RAITANO; RIBEIRO, 2019).

Essa abordagem passa a ser uma extensão da abordagem de subsistência, pois enfatiza os recursos mínimos exigidos por indivíduos e comunidades locais, em vez de apenas sua produção material (RAITANO; RIBEIRO, 2019). Amartya Sen (1999) contribui para a evolução do conceito da privação relativa, introduzindo uma gama mais ampla de variáveis, chamando a atenção para que as pessoas podem ser carentes em diferentes áreas da vida. Crespo e Gurovitz (2002, p. 5) apontam que “essa abordagem, apesar de ser mais sofisticada e abrangente, apresenta mais dificuldades de utilização, dada a necessidade de definir a extensão e a severidade da não participação das pessoas que sofrem privação de recursos.”

A pobreza como privação das capacidades foca no campo da justiça social. Ela é pautada no indivíduo e no padrão de vida tido como satisfatório por ele. O indivíduo deve ter acesso a uma gama de benesses, como oportunidades econômicas, liberdades políticas, rede de apoio social, segurança, saúde, facilidades sociais e transparência para conseguir uma vida ao nível de suas necessidades. Raitano e Ribeiro (2019) aborda que:

Sob essa perspectiva, para que uma pessoa saia da pobreza e passe a levar uma vida digna e integral, ela deve desenvolver capacidades, por meio de ações individuais e coletivas, que conduzam à melhoria de suas condições de vida e mesmo à superação dos movimentos cíclicos e desvantajosos que as fazem permanecer em situações de carências e privações (RAITANO; RIBEIRO, 2019, p. 8).

O entendimento da pobreza por meio da privação das capacidades propõe “melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e para as liberdades de poder alcançar esses fins.” (VIEIRA *et al.*, 2018, p. 6). Sen (2000) apresenta cinco tipos de “liberdade” que se relacionam entre

si: as liberdades políticas, as liberdades econômicas, a liberdade relacionada à seguridade protetora, as liberdades de obtenção de oportunidades sociais e as liberdades de transparência.

Crespo e Gutierrez (2002) trazem como exemplo a diferenciação daquela pessoa que por vontade própria decide por restringir sua alimentação, ficar em jejum, daquela pessoa forçada a uma escassez alimentar devido a diferentes fatores. Apesar de ambas possuírem a mesma realização de funcionamento, a primeira tem a opção de escolher como se nutrir, diferente da segunda e essa condição apresentada pela segunda onde reside a privação abordada por Sen (2000).

A privação de capacidades se relaciona com as privações das liberdades. A pobreza multidimensional, dentro dessa perspectiva, está alicerçada na ideia de que uma pessoa é entendida como pobre se há privação de uma ou mais liberdades, que impedem de se viver em plenitude. As liberdades e funcionamentos são inerentes às necessidades consideradas importantes para os indivíduos, podendo se mostrar em questões básicas como alimentação de qualidade e acesso à saúde, ou a questões mais complexas como participação na comunidade e respeito próprio (VIEIRA *et al.*, 2018).

Em síntese, a pobreza conceituada por Sen (2000) é pautada nas privações que podem ocorrer na vida dos indivíduos e na usurpação de suas liberdades. O combate à pobreza nesse sentido reside em agregar e aumentar as capacidades, o que conseqüentemente diminuiria as mazelas existentes. Sen (2000) relaciona o conceito de privação relativa ao seu entendimento de desenvolvimento. Ao entender o desenvolvimento para expansão de liberdades trazemos o foco para os fins dessas liberdades na sociedade. Crespo trata a expansão da liberdade como principal fim a ser obtido e pelo qual se dá o desenvolvimento. Para se alcançar o desenvolvimento é necessário eliminar as principais fontes de privação de liberdade (VIEIRA *et al.*, 2018).

Convém ponderar que a proposta de Sen (2000) tem uma questão prática de difícil superação, como captar a capacidade dos indivíduos, visto que mesmo perguntas diretas podem não gerar resultados satisfatórios. Por exemplo, uma pessoa pode não se considerar privada de alimentação adequada, mas o entendimento de alimentação satisfatória para ela pode diferir da visão de pessoas que vivem em uma realidade diferente da entrevistada.

Temporalmente, o conceito de pobreza evoluiu de uma análise mais unidimensional, focada em determinados indicadores, e avançou para uma análise que aborde multidimensional, buscando analisar a vida humana na totalidade. A concepção multidimensional de pobreza mais comumente usada hoje entende a pobreza como um fenômeno social que se refere não apenas à privação como necessidades materiais de bem-estar, mas também à privação de oportunidades de viver em padrões socialmente aceitáveis.

O conceito de pobreza multidimensional trabalha a partir de múltiplas dimensões, entendendo a pobreza como um processo social complexo e multifacetado, que vai além da questão financeira, entendendo-a como a privação de meios de subsistência de uma vida social aos padrões aceitáveis (RAITANO; RIBEIRO, 2019). A multidimensionalidade da pobreza é composta por diversas variáveis, o que configura “um fenômeno de caráter multidimensional, em que as diversas carências e fatores socioeconômicos a ele associados, estão inter-relacionados.” (RAITANO; RIBEIRO, 2019, p. 10).

Para esta abordagem, múltiplas dimensões da vida humana devem ser consideradas ao analisar os padrões de vida das pessoas. A incapacidade de atingir determinados níveis de vida em determinadas dimensões constituiria uma condição de privação que poderia ou não constituir uma relação de pobreza, dependendo dos métodos e dimensões utilizados para a análise (RAITANO; RIBEIRO, 2019). Diante disto entende-se que diferentes realidades apresentam visões distintas do que é pobreza e quem são os indivíduos pobres. Cada região tem a pobreza relacionada a uma ou mais variáveis, que diferem conforme a necessidade do território (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

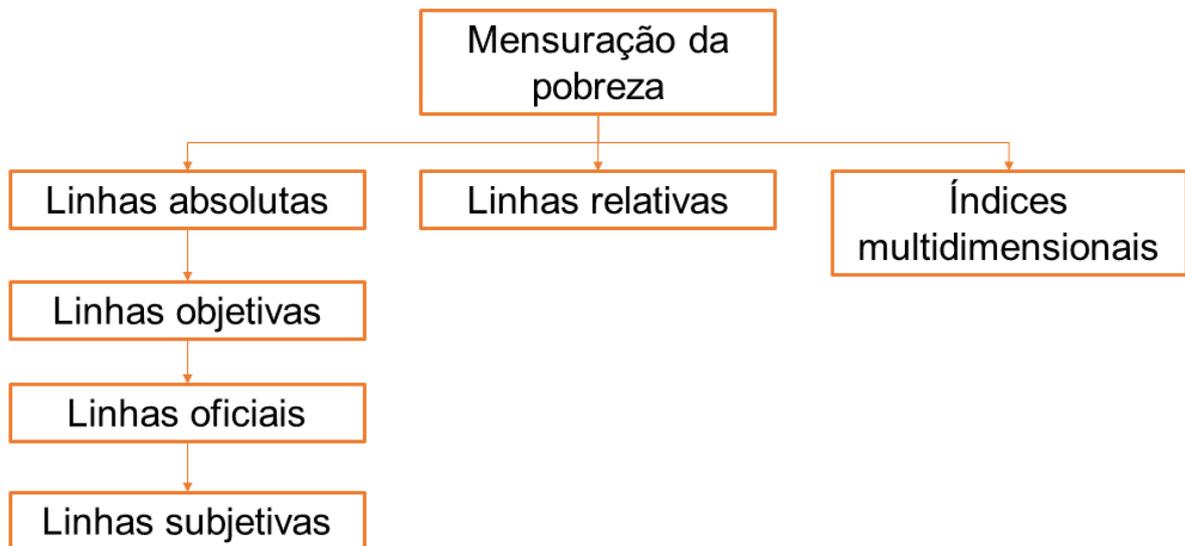
2.2 MENSURAÇÃO DA POBREZA

A mensuração da pobreza implica identificar quem são os indivíduos entendidos como pobres e traçar medidas por diferentes características da pobreza. Construir esses parâmetros se torna difícil à medida que envolvem a adoção de múltiplas variáveis e esbarra na disponibilidade, ao longo do tempo, de dados que apresentam a situação de carência (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012). Dentro dessa perspectiva, a pobreza está ligada a alguma categoria de privação de ordem

material, cultural e social de determinado indivíduo em comparação ao contexto em que se está inserido (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012).

Soares (2008) trata de como diferentes abordagens nos levam a determinar as diferentes formas de cálculo da linha de pobreza (FIGURA 1).

Figura 1 - Organograma de mensuração da pobreza



Fonte: Adaptado pela autora a partir dos estudos produzidos por Soares (2008).

A alimentação constitui uma necessidade absoluta e objetiva de qualquer ser humano e seus parâmetros são válidos para qualquer local do mundo (SOARES, 2008). Em consequência, a linha de pobreza seria definida como um valor absoluto que separaria pobres dos não pobres, que representaria um horizonte relativamente palpável para uma política pública. Uma linha da pobreza, abordada enquanto conceito absoluto, pode ser fundamentada em alguma necessidade objetiva, por exemplo:

Quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 4).

Na abordagem de linha de pobreza relativa, começamos a abordar critérios que vão além da esfera da renda e das necessidades básicas de sobrevivência física (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012). As linhas relativas de pobreza entendem que o conceito de pobreza é proposto tendo como ponto de partida a renda (ou

padrão de vida) base da sociedade de referência (SOARES, 2008). Raitano e Ribeiro (2019) explicita o entendimento de que:

O caráter absoluto da pobreza se apresenta nas abordagens que definem um grupo de direitos, serviços, padrão de vida, etc. entendidos como mínimo para todos os cidadãos e o caráter relativo da pobreza leva em conta justamente as diferentes percepções sociais e individuais em relação ao que lhe é almejado como uma vida satisfatória (RAITANO; RIBEIRO, 2019, p. 6).

Soares (2008) traz a questão das linhas subjetivas de pobreza pautadas no indivíduo, sua percepção de vida e suas vivências. A pobreza subjetiva está ligada à exclusão social, onde o indivíduo não possui o que ele acredita ser necessário para viver, ou seja, “a subjetividade do conceito está relacionada à opinião dos indivíduos sobre a cesta de bens e serviços necessários à satisfação pessoal e ao gozo da cidadania.” (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012, p. 5).

Um problema apresentado pela linha subjetiva é a dificuldade de superação da situação, devido à variação do entendimento da pobreza conforme a compreensão do indivíduo (SOARES, 2008). Em sociedades muito desiguais, a percepção de pobreza se aprofunda por conta da riqueza apropriada por outras parcelas da sociedade. Por outro lado, sociedades carentes vivendo em áreas isoladas podem ter dificuldade de percepção da própria pobreza (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012).

A mensuração das linhas subjetivas também se mostra um desafio, pois se a percepção de pobreza está ligada à realidade vivida, a percepção subjetiva leva muitos a pensarem que estão inseridos em padrões médios (ROCHA; URANI, 2005). Vaz e Soares (2008) trazem como exemplo que:

É mais provável que alguém da classe média que tenha perdido renda recentemente se identifique como pobre do que uma pessoa pobre que teve um pequeno ganho de renda no passado recente continue se identificando na situação de pobreza, mesmo que o primeiro ainda tenha renda muito maior que o segundo (VAZ; SOARES, 2008, p. 4).

Na América Latina a pobreza é medida predominantemente através das linhas objetivas. No Brasil, a adoção da linha de pobreza a partir do cálculo calórico mínimo possui duas abordagens: o Método Calórico Direto, que propõe ser “possível definir uma linha de pobreza a partir do consumo observado de calorias de cada família e nada mais.” (SOARES, 2008, p. 19) e o Método Calórico Indireto, onde “a

contribuição do consumo de comida para a linha de pobreza é separada da contribuição dos outros bens” (SOARES, 2008, p. 22).

A pobreza enquanto insuficiência de renda é amplamente utilizada, devido à facilidade de cálculo e aplicabilidade, que ajuda tanto sua análise ao longo de séries temporais, quanto a sua comparação para diferentes localidades. A análise de renda possui um caráter unidimensional, o que facilita na aplicação e mensuração, diferentemente das abordagens multidimensionais, que apresentam um processo complexo e de difícil mensuração, especialmente quando se trata de aspectos da pobreza não econômica (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012)

No território brasileiro os dois maiores programas de combate à pobreza no país, Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) têm como linha oficial a pobreza monetária. A linha de pobreza e indigência trabalham a partir de medidas monetárias, onde aqueles que estão abaixo dos parâmetros estabelecidos são considerados como pobres ou indigentes (ou extrema pobreza) (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012).

Apesar das vantagens de mensurar a pobreza enquanto insuficiência de renda, essa abordagem apresenta limitações, visto que este olhar unidimensional da pobreza não abarca a complexidade do fenômeno. Ao se excluir as diferentes privações e entendimentos de pobreza, parte da população não é contemplada por programas de combate à pobreza (SOARES, 2008).

A despeito da facilidade no cálculo e uso para determinadas políticas públicas, especialmente de abrangência nacional, uma linha de pobreza monetária mostra-se um indicador pouco confiável devido à dificuldade de acesso a informações exatas, dado que a ideia de renda mínima muda conforme as mudanças econômicas e sociais ocorrendo em determinado de tempo, além de creditar distribuição igualitária da renda no domicílio (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2016).

Para Sen (2000), a pobreza de renda não reflete a realidade social em sua plenitude. Dentro dessa lógica, esse autor aborda quatro conceitos que corroboram com a discussão de que pobreza pautada apenas na renda não reflete de fato a real situação social vivida. O primeiro trata de como a relação entre renda e capacidade altera conforme as individualidades das pessoas — por exemplo, questões como a idade, gênero e o papel social exercido, bem como o local em que vivem e as condições enfrentadas.

O segundo aborda o fato que há uma distância entre a pobreza de renda e a

pobreza real. Crespo e Gutierrez (2002) traz como exemplo o fato de que uma pessoa com alguma comorbidade ou idosa podem necessitar de mais renda para obter os mesmos funcionamentos que outras pessoas. Ou seja, a pobreza real pode ser mais intensa do que consiga identificar no espaço da renda. O terceiro refere-se em como é feita a distribuição de renda no núcleo familiar, essa distribuição não segue um valor exato para cada membro, mas é motivada pelos interesses e costumes da família em questão (SEN, 2000).

O último diz respeito ao fato de que a privação relativa de renda pode ocasionar em privação absoluta de renda. Raitano e Ribeiro (2019, p. 12) traz como exemplo o fato de que “ser pobre em um país rico, mesmo que a renda do pobre seja elevada, se comparada com a dos pobres de outros países, também priva o acesso desse grupo a certas liberdades e recursos desse país”.

Carvalho (2002) trata como a adoção de linhas de pobreza não cria distinções entre aqueles que estão abaixo dela. O autor cita como não há diferenciação dos muito pobres para os pouco pobres, criando uma homogeneidade na população –um ser ou não ser pobre. Essa homogeneização daqueles nubla a real situação dos diferentes níveis de pobreza.³

Outro ponto apresentado pelos autores (CARVALHO, 2002; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2016) são as diferenças territoriais, a forma que se dá a pobreza em áreas metropolitanas e em áreas rurais, e que a conceituação por renda não aborda. A utilização de um único marcador de linha de pobreza segundo renda não considera a heterogeneidade do território brasileiro.

A evolução do conceito de pobreza estimulou discussões sobre a melhor forma de medir a pobreza (SEN, 1976,1981). As pessoas podem sofrer privação de renda, mas também podem sofrer privações na área da saúde, educação, oportunidades, entre outras coisas, que os impede de ter liberdade substancial e a possibilidade de um padrão de vida mínimo.

Na década de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990) lançou o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), visando difundir a ideia de que a expansão das capacidades das pessoas e de suas habilidades é o centro do desenvolvimento humano e investigar o nível de

³ Todavia devemos considerar o conceito de hiato da pobreza, usado justamente para identificar o quanto os pobres estão distantes em relação à linha da pobreza (MANSO; BARRETO; TEBALDI, 2006).

desenvolvimento humano em vários países. O relatório contribuiu para a definição, medição e análise de políticas de desenvolvimento humano.

As Nações Unidas, já em 1954, evidenciaram a necessidade de unir padrões relativos à pobreza com outras variáveis, como habitação, saúde e infraestrutura. O relatório do Banco Mundial em 1990 descreve a pobreza como a inépcia de se manter um padrão de vida mínimo. Para chegar em uma medida de pobreza deve-se compreender como medir o padrão de vida, o que seria um padrão de vida mínimo e como expressar a severidade da pobreza dentre aqueles identificados como pobres (THE WORLD BANK, 1990).

A análise da pobreza multidimensional, por instrumentos não monetários, adota uma visão qualitativa, entendendo que as necessidades populacionais ultrapassam aspectos materiais e individuais (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012, p. 10). Os índices multidimensionais de pobreza vêm como respostas a esses questionamentos. Dentro deste aspecto, destacam-se indicadores como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista Amartya Sen no primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990, que abrangia questões como escolaridade, esperança de vida e qualidade (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

O IDH usa três dimensões básicas do desenvolvimento humano: “Longevidade e vida saudável”, medida pela expectativa de vida ao nascer; “Aquisição de conhecimento”, que é o número de anos de educação e anos esperados e “um padrão de vida decente”, medido pelo indicador de renda nacional bruta per capita. O IDH tornou-se uma ferramenta global de avaliação do desenvolvimento humano; sendo usado por muitos governos como base de políticas públicas porque permite a discussão contínua de tópicos e a comparação de índices entre países e regiões geográficas (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

O relatório do PNUD (1996) introduziu uma nova medida multidimensional de privação humana, as Medidas de Pobreza de Capacidade (MPC). O MPC considera três dimensões básicas. A primeira é a capacidade de estar bem nutrido e saudável, medida pela proporção de crianças abaixo do peso com menos de cinco anos. A segunda é o treinamento para reprodução saudável, medido pela proporção de partos não realizados por profissionais de saúde. A terceira é a educação e a formação do conhecimento. O resultado se dá por meio da média aritmética simples

entre os indicadores (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Por meio destas medidas e metodologia, o relatório do PNUD (1997) propôs o Índice de Pobreza Humana (IPH) composto por dimensões como longevidade, conhecimento e padrões de vida decentes. A primeira privação relacionada à sobrevivência é medida pelo percentual de pessoas com expectativa de vida de até 40 anos. A segunda privação relacionada à educação é medida pela porcentagem de adultos analfabetos. A terceira privação está relacionada a um padrão de vida decente, que se refere a possibilidade de satisfazer todas as diferentes necessidades humanas (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

A medida híbrida de pobreza proposta em 1995 pela Academia Nacional de Ciências dos EUA dialoga com a proposta de um índice de medida multidimensional, ao aliar aspectos absolutos e relativos à mensuração da pobreza (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Esta medida é baseada em um nível básico de recursos, pelo qual se garantiria obter um padrão de vida mínimo, pautado em um conjunto de bens básicos. Glennerster (2002) defende a ideia de que é necessária certa variedade de medidas, para compreender o fenômeno da pobreza. Os índices multidimensionais surgem destas discussões, por metodologias que visam criar formas de medir a pobreza no território.

Barros *et al.* (2003) propuseram um índice — denominado IDF, Índice de Desenvolvimento Familiar — composto por seis dimensões, com 26 componentes e 48 indicadores, que podem ser calculados a partir dos dados da PNAD do IBGE. As seis dimensões que compõem o índice são: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso a empregos, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições de moradia. Este índice pode ser calculado para cada domicílio e pode ser facilmente agregado para qualquer grupo demográfico, cidade ou região.

Kageyama e Hoffmann (2006) apresentam os estudos de Wright; Nolan e Whelan (2000), que utilizaram análise fatorial para extrair as três dimensões que melhor representam as categorias de privação representados por indicadores não-monetários de bem-estar familiar e infraestrutura. As categorias de privações contidos na medida de pobreza são representados por três dimensões, que correspondem aos três primeiros fatores da análise fatorial e podem ser identificadas como: privação básica ou essencial, dimensão relacionada à moradia e dimensões secundárias da pesquisa sobre a pobreza (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

A medida proposta combina a linha de renda relativa (uma porcentagem da

renda familiar média disponível) com o primeiro fator (privação básica) para determinar a pobreza. A "estrutura de privação", refletida na estrutura fatorial, muda ao longo do tempo, portanto, a definição de pobreza também deve ser atualizada (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Deutsch e Silber (2005), ao comparar diferentes abordagens para a medição multidimensional da pobreza usando técnicas estatísticas e matemáticas, dividiram os métodos em quatro categorias gerais: aplicação do conceito de "conjuntos fuzzy", abordagens baseadas na função de distância, medidas baseadas na Teoria da Informação e Derivações axiomáticas de índices de pobreza multidimensional.

A ideia geral de "conjuntos fuzzy" é que existem situações em que certas classes de objetos não podem ser definidas com precisão, ou onde é impossível determinar com precisão se um elemento pertence a um determinado conjunto, e essa ideia pode ser facilmente aplicada ao conceito de pobreza (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). A aplicação do conceito de "conjuntos fuzzy", não responde se um indivíduo é pobre, mas quão pobre ele é. A resposta é um determinado valor, que, aliado à abordagem multidimensional, também mostra em qual dimensão o indivíduo é particularmente pobre. Além disso, a abordagem ambígua da pobreza a vê como um fenômeno relativo, derivado da comparação de diferentes situações de privação (CARVALHO; KERSTENETZKY; DEL VECCHIO, 2007).

Na abordagem baseada na função de distância "a função de distância é utilizada para avaliar os vetores dos bens que entram na definição da qualidade de vida e dos recursos disponíveis das famílias." (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 90). Segundo Kageyama e Hoffmann (2006) seu funcionamento se assemelha a análise de eficiência de empresas, a partir da função de distância dos respectivos vetores de insumos.

Medidas baseadas na Teoria da Informação têm a ideia geral de que diferentes pesos podem ser atribuídos (diferentes probabilidades e conteúdo informacional) aos bens que compõem o padrão de vida a serem considerados, portanto, quanto mais amplo o bem, maior o peso atribuído a ele (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). A lógica por trás disso é que, se uma família não possui um bem, maior o peso dessa informação (ou seja, quanto maior a privação relativa desse bem), quanto maior a proporção de famílias que possuem esse bem.

A derivação axiomática do índice de pobreza multidimensional parte de um vetor de necessidades básicas ou nível mínimo de qualidade de vida e um conjunto

de propriedades desejáveis para o índice de pobreza Multidimensional (simetria, foco, monotonicidade, continuidade, possibilidade decomposição, etc.) (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Através disto o índice de pobreza pode ser derivado para satisfazer o maior número possível de critérios em simultâneo (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Formas diferentes de abordar o conceito de pobreza e de mensurá-la leva a resultados e necessidades diferentes. É importante compreender esses conceitos para entender como tem sido feito o combate à pobreza em cada local e como se dá a aplicação de políticas públicas de mitigação da pobreza nos municípios brasileiros.

2.3 O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM)

O uso de indicadores e variáveis auxiliam na construção de análises da pobreza no território mais complexas e auxiliam na adoção de políticas públicas. Barros, Carvalho e Franco (2006) apresentam sete passos para construir um indicador de pobreza multidimensional. O primeiro diz respeito às dimensões e indicadores adotados para se categorizar a pobreza. Essa etapa é de extrema importância para o processo final da mensuração, é necessário adotar aqueles indicadores que mais se adequam a realidade observada e estudada.

O segundo trata da necessidade de adoção de um indicador escalar. O intuito pode ser não um ordenamento estável, uma vez que a natureza da pobreza multidimensional muitas vezes não nos permite um arranjo exato das relações sociais. Porém, Barros, Carvalho e Franco (2006) levanta a questão de que as pessoas, de forma individual ou em comunidade, conseguem priorizar aqueles indicadores que acreditam ser mais relevantes.

O terceiro passo é uma continuidade do primeiro, ao saber quais indicadores e dimensões que melhor se adequam ao local estudado, é necessário agregá-los. Esta etapa define os pesos atribuídos a cada indicador da dimensão. A adoção desse peso deve levar em consideração as preferências da sociedade, a comunidade observada. Na construção do indicador sintético proposto por Barros, Carvalho e Franco (2006) foi utilizado um peso único, tendo em mente que as escolhas por parte da sociedade não são reconhecidas integralmente.

Após essa etapa deve-se, a partir da dimensão escalar proposta, resolver duas questões sobre agregação apresentadas, “a agregação das dimensões da

pobreza e a agregação da pobreza de diversas pessoas ou famílias que formam o universo da análise” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p.11). Se optamos por iniciarmos pela agregação das dimensões, obteremos os níveis de pobreza das famílias e da sociedade estudada, mas não os níveis de pobreza em cada dimensão adotada. Por outro lado, se primeiramente vem a agregação dos agentes, obtêm-se os graus de pobreza em cada dimensão, mas não um índice sintético escalar que abarque todas as dimensões.

Para criar um indicador de pobreza é necessária a aplicação de uma linha de pobreza que estabeleça um limite mínimo de bem-estar. Através desta linha, pretende-se responder a duas questões trazidas. A primeira é entender quem é a população pobre e a segunda é o nível de pobreza de cada agente. A última etapa proposta por Barros, Carvalho e Franco (2006, p.15) refere-se ao dimensionamento do grau de pobreza, ou seja, “especificar como a pobreza em cada dimensão varia segundo a distância entre o indicador e a linha de pobreza correspondente”.

O PNUD (PNUD, 2010) publicou em 2010, apoiado nos estudos de Alkire e Santos (2010), o índice de pobreza multidimensional (IPM), que se pautou em variáveis que vão além da questão monetária. O índice proposto se concentra no estudo da pobreza e auxiliará na construção do índice sintético de pobreza multidimensional proposto neste projeto.

Esse índice trabalha a pobreza sendo formada pela simbiose de diversos fatores, que engloba educação, saúde e renda e trabalho. O intuito do IPM de mensurar a pobreza em suas mais diversas variáveis para entender as necessidades e características da pobreza em determinado território. Esta análise mais direcionada auxilia na concepção de ações e políticas públicas que atuem diretamente nas questões que mais são requeridas (SILVA, 2017).

A pobreza multidimensional é definida através de um índice sintético, obtido através do confronto da periodicidade de dez indicadores, categorizados em três dimensões, tendo como base os domicílios pesquisados. As dimensões adotadas são constituídas pela Saúde, Condições de moradia e Educação (SILVA, 2017). A divisão dos pesos foi feita da seguinte maneira:

Cada uma das três dimensões recebeu peso de 1/3 da contagem total das privações analisadas em um domicílio. Estes pesos de 1/3 foram assim divididos igualmente entre cada um dos indicadores determinados para cada dimensão. Estes indicadores refletem os conceitos de funcionamentos e capacidades, nos quais estão assentadas as

premissas do IPM do PNUD (SILVA, 2017, p. 6).

O número de privações no domicílio é obtido através do somatório dos pesos das privações. A partir disto obtêm-se duas variáveis: a incidência da pobreza e a intensidade. A incidência resulta da contagem dos indivíduos dos domicílios multidimensionalmente pobres divididos pelo total dos indivíduos da população, multiplicados por cem” (SILVA, 2017, p. 7). A intensidade é alcançada pela “somatória do produto da contagem das privações dos domicílios multidimensionalmente pobres pelo número de moradores desses domicílios, dividido pela contagem dos indivíduos dos domicílios multidimensionalmente pobres, multiplicada por 100” (SILVA, 2017, p. 7). O IPM é produto da intensidade versus a incidência da pobreza.

Compor a pobreza através de diferentes variáveis e dimensões da pobreza é fundamental para compreender a pobreza nas cidades médias fora do eixo metropolitano, como é o caso do município de Varginha-MG. Isso se deve ao entendimento que a pobreza nessas regiões difere de territórios pobres e áreas metropolitanas. Por isto necessário compreender em quais aspectos este fenômeno se apresenta nessas localidades, que será feito no capítulo cinco.

3 TERRITÓRIO E POBREZA

Neste capítulo, faz-se um aprofundamento teórico a respeito do processo de urbanização brasileira, por se acreditar que a forma em que as cidades foram concebidas está diretamente relacionada aos índices de pobreza na atualidade. Centra-se principalmente nas mudanças na dinâmica territorial que ocorreram a partir de 1970 com o advento da chamada modernização, que reestruturou o espaço urbano e as relações territoriais.

Após essa introdução sobre o processo de urbanização conceitua-se as cidades médias e seu papel na dinâmica territorial. Levantou-se definições teóricas a respeito do tema e as tipologias existentes. Dentro dessa perspectiva evidenciou-se a pluralidade das cidades médias brasileiras e sua leitura enquanto ilhas de prosperidade, devido ao seu crescimento acelerado ocasionado pelo processo de descentralização, que vem ocorrendo nos últimos 50 anos.

O cerne deste projeto é o entendimento da pobreza urbana não-metropolitana. Após apresentar os conceitos que permeiam a pobreza urbana e a exclusão social, discutiu-se sobre a questão do desenvolvimento e pobreza nas cidades médias. O intuito para esse tópico foi conceituar como se dá a pobreza nas cidades médias, através de uma discussão alicerçada nas teorias da economia regional.

Por meio do referencial teórico construído pretende-se criar um perfil da cidade Varginha/MG, entendendo como ela se insere no espaço e em qual categoria de cidade média ela se encaixa. Isto auxiliará para compreender onde reside a pobreza urbana no contexto de Varginha/MG e de que forma seus processos urbanos corroboram para esses índices.

3.1 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A urbanização brasileira é um fenômeno relativamente recente, iniciado no século XVIII. O início da urbanização é marcado pela organização político-administrativa, que trata da relação entre capitânias, o governo geral e as “organizações municipais; as atividades econômicas rurais e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores” (SANTOS, 1993, p. 20), onde toda a dinâmica social é

baseada na necessidade gerada pelo campo.

Esse momento inicial da urbanização, no século XVIII, caracteriza um quadro no qual as cidades são criadas para atender às necessidades econômicas que surgiam naturalmente devido à expansão agrícola comercial e a mineração, predominantemente exportadores. Santos (1993) aborda como o território brasileiro funcionou como um grande arquipélago, constituído por subespaços que cresciam conforme suas próprias necessidades, permeados por suas relações com o exterior.

A Lei de Terras, promulgada em 1850, mudou a forma de distribuição da terra no Brasil (WHITAKER, 2005). A terra, que antes era concedida pela Coroa, passa a ser tratada como mercadoria, sendo vendida pela própria Coroa e aqueles que já detinham terras. Esta Lei tinha como objetivo regular o acesso à terra, distinguindo propriedade privada da propriedade pública. Whitaker (2005) aponta a Lei de Terras como ponto inicial da implantação da propriedade privada no território brasileiro.

Para legitimar as terras que se encontravam irregular foram tomadas algumas medidas, sendo possível o reconhecimento da propriedade através da revalidação da sesmaria⁴ ou a compra de terras, a legitimação de posses e ou através de doação. Segundo Oliveira e Fischer (2017) Lei de Terras não cumpriu seu objetivo inicial que focava na diminuição das grandes propriedades, muito pelo contrário, a lei impediu o acesso à terra pelos imigrantes que chegaram com o fim da escravidão e pelos próprios ex-escravos. O acesso à terra se restringiu aqueles que possuem poder econômico para adquiri-las.

Os imigrantes, que foram a solução encontrada com o fim da mão-de-obra escrava, não conseguiram se estabelecer com pequenos produtores de subsistência devido à dificuldade de acesso à terra, sendo forçados a trabalhar nas grandes plantações (ARAÚJO; TÁRREGA, 2011). Esses contingentes de imigrantes constituíram futuramente uma nova classe urbana pobre e destituída de terras (OLIVEIRA; FISCHER, 2017).

As mudanças que ocorrem no século XIX, como Lei de Terras, a Proclamação da República em 1889, a abolição da escravatura em 1888, e o

⁴ A sesmaria era uma subdivisão da capitania, que tinha o objetivo de ser aproveitada. A ocupação da terra era baseada em um suporte mercantil lucrativo para atrair os recursos disponíveis – já que a Coroa não possuía meios de investir na colonização –, consumando-se numa forma de solucionar as dificuldades e promover a inserção do Brasil no Antigo Sistema Colonial. A proposta tratava de incentivar a ocupação das terras e estimular a vinda de colonos. Tê-la no início da colonização significava mais um dever do que um direito, já que estava sua cessão condicionada ao aproveitamento da terra e à transferência dessa propriedade após um certo tempo. As sesmarias estavam regulamentadas segundo algumas ordens do Reino (DINIZ, 2005, p. 3).

crescimento da indústria, que apesar da forma preambular, se expandia junto a atividades ligadas à cafeicultura e as necessidades básicas do mercado interno, alicerçaram o processo de urbanização brasileiro (MARICATO, 2001).

O capital se tornou elemento norteador para o processo de urbanização e influência nas dinâmicas urbanas presentes dentro do território brasileiro. Toda lógica de produção é voltada para o capital e as cidades, antes concebidas de forma desassociada e com certa autonomia, passam a ser cada vez mais interdependentes, com “uma socialização capitalista territorialmente ampliada [...] e a existência predominante de circuitos mais amplos (SANTOS, 1993, p. 49).

A partir dos anos 1940 há a consolidação do processo de urbanização e mudanças nas dinâmicas territoriais. Há um aumento do fluxo migratório para as áreas urbanas e uma diminuição da população rural. Em um lapso de tempo de 40 anos (1940-1980), a população urbana se multiplica 7,5 e a população total brasileira triplica nesse mesmo período (SANTOS, 1993).

Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece um aumento espetacular: cerca de 50 milhões de novos habitantes, isto é, um número quase igual a população total do país em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorporasse ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável com a população urbana de 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total terá crescido 26%, a população urbana deve ter aumentado em mais de 40%, isto é, perto de trinta milhões de pessoas (SANTOS, 1993, p. 32).

Os movimentos de imigração e trabalho livre ou semi servil de imigrantes europeus, o aumento do fluxo migratório rural-urbano e os fluxos migratórios escravagistas pós libertação tinham São Paulo e Rio de Janeiro como principal destino, o que causou um aumento populacional acelerado nestes locais. A estrutura urbana não acompanhou essas mudanças e o território passa por um crescimento irregular e sem planejamento.

O processo de modernização da indústria iniciado no final dos anos 1960 instaurado no Brasil trouxe consigo um viés produtivista, focado em uma expansão agrária e pouco se trabalhou questões sociais, culturais e econômicas voltadas para o campo (BATISTA, 2014). Há neste período entre 1960 e 1980 um fortalecimento da economia interna, que contribuiu para o desenvolvimento das forças produtivas e a modernização da sociedade (MARICATO, 2001).

O termo modernização diz a respeito das mudanças capitalistas que ocorrem na infraestrutura técnica da produção (KAGEYAMA *et al.*, 1987). O processo de

modernização é marcado pela industrialização do território, que segue os preceitos capitalistas, onde arranjos institucionais incitam a acumulação do capital e beneficia algumas cidades, direcionando o excedente acumulável (PINHEIRO, 2007).

O território urbano se tornou local de desenvolvimento, tendo como motor a industrialização, onde a cidade se tornava palco de conflitos, de contradições, de produção e reprodução das relações sociais e de mudanças urbanas.” (SIQUEIRA, 2010, p. 217). Siqueira (2008) relaciona desenvolvimento e pobreza a tratar de como:

A partir da segunda metade do século XX, o processo de urbanização acelerado e o fácil acesso às áreas urbanas foram fundamentais para a concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, que na lógica do processo de desenvolvimento e modernização passaram a abrigar de forma simultânea o crescimento econômico e a pobreza urbana (SIQUEIRA, 2008, p. 1).

O país seguiu os moldes dos países desenvolvidos, saindo de uma sociedade agrária para uma urbana e industrial, trazendo um crescimento econômico pungente, principalmente na década de 1970. Esse crescimento trouxe em seu discurso a ideia de prosperidade, onde o crescimento econômico deveria ser acompanhado de ganhos sociais (HARVEY, 1996). Por outro lado, diferente dessa visão propagada de que o crescimento econômico caminhava junto ao desenvolvimento social, esse processo trouxe consigo uma crise urbana, marcada pelo contraste entre as classes. “Ao mesmo tempo em que ficaram encobertos os problemas que a racionalidade capitalista naturalmente viria a exprimir no assentamento da modernidade urbano-industrial” (SIQUEIRA, 2010, p. 226).

Santos (1979) atrela à modernização o aumento do subemprego e da marginalidade, em uma visão onde a urbanização decorrente deste processo reproduz pobreza, a medida em que o crescimento das cidades não acompanha o desenvolvimento social. Soma-se a esta ideia o pensamento de Cohn (2000, p. 387) que aborda o fato de que a modernização “associado às reformulações de nossa economia e à exploração do trabalho livre, que os problemas sociais urbanos, no contexto das desigualdades sociais, principalmente, aqueles aliados à pobreza, não eram vistos como uma questão social coletiva” (COHN, 2000, p. 387), ou seja, a questão da pobreza foi tratada como algo de caráter secundário e individual, desassociado do processo modernizante.

A mecanização do território, oriunda da industrialização, dá origem ao meio-

técnico-científico “marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos do território essenciais às produções hegemônicas que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização” (SANTOS, 1993, p. 38). A adoção do meio-técnico-científico modificou as formas de apropriação do território, que deixam de ser feitas de forma natural e passam obedecer a um processo que mescla as necessidades do capital ao desenvolvimento do território e instrumentaliza o espaço (SANTOS, 1993).

A urbanização, tal qual entendemos na atualidade, é resultado da industrialização que ocorre no território (MONTE-MÓR, 1994). A cidade era necessária para o desenvolvimento industrial, que tinha como base o capital internacional e o modelo fordista de produção, sendo responsável pela concentração da população consumidora, bem como a concentração da mão-de-obra, além da oferta de condições para a instalação de diferentes tipos de empresas fabris (MONTE-MÓR, 1994).

A cidade industrial descrita por Monte-mór (2006) transforma as formas de controle e comércio da produção do campo, e este que antes funcionava de forma “isolado e autossuficiente, passou a depender da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos” (MONTE-MÓR, 2006, p. 8). Lefebvre (1999) destaca como a cidade torna-se também parte do produto industrial, de modo que o espaço urbano então passa a ser subalternizado às necessidades da indústria. Dentro dessa dinâmica, as cidades passam a ser provedoras das necessidades da produção industrial, bem como fonte da força coletiva de trabalho (MONTE-MÓR, 2006).

Pinheiro (2007) ressalta que concentração do capital e concentração espacial são questões correlatas, onde as empresas se valem da densidade populacional, tendendo a se fixar em localidades que apresentam facilidades para escoamento da produção e grande contingente populacional como oferta de mão de obra, mas também como mercado consumidor. Isto favoreceu o Sudeste brasileiro a partir dos anos de 1970 com o crescimento da industrialização, principalmente as grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Desta maneira, as áreas que eram favorecidas apresentaram grande crescimento econômico, ao passo que as áreas desfavorecidas por essa dinâmica apresentavam um empobrecimento, “relativo com a marginalização em relação à divisão regional do trabalho, fechando-se sobre si mesma em economias de subsistência” (PINHEIRO, 2007, p. 64).

O fluxo migratório para as grandes metrópoles aumenta a partir de 1940 até meados de 1980, devido à demanda por mão-de-obra, além do êxodo rural, que ocorre nessa época em busca de melhorias na condição de vida pelos trabalhadores rurais. Pinheiro (2007) aponta que a redistribuição espacial da população neste período está interligada ao desenvolvimento econômico, ou seja, a concentração espacial se dá pela concentração do capital. Dentro dessa perspectiva, onde crescimento econômico, crescimento populacional e urbanização são processos correlatos, o Sudeste evidencia essa teoria, pois sendo a maior economia nacional passa a receber fluxos migratórios (1940 a 1980) mais intensos. O resultado é uma urbanização mais acelerada em comparação às outras regiões brasileiras.

Isto joga luz na questão da diversidade regional do território brasileiro. O processo de urbanização ocorre de forma e em períodos diferentes no país, fomentados pelo crescimento econômico e industrial (SANTOS, 1993). Novamente o processo da divisão do trabalho cerceia o processo de urbanização brasileiro, cada região teve seu processo urbano potencializado pela divisão inter-regional de trabalho no seu território em diferentes momentos históricos (SANTOS, 1993). Dentro do território há uma diversificação da divisão do trabalho que corrobora para o surgimento de novas cidades, que tem como característica a diversidade entre elas (SANTOS, 1993).

O declínio econômico brasileiro, que ocorre a partir de 1980, novamente muda as dinâmicas urbanas no país. Devido a desindustrialização que ocorre nas grandes metrópoles, as indústrias passam a se estabelecer nas cidades médias e pequenas, em detrimento das metrópoles, como forma de desenvolver o território incentivadas pelo poder público, por meio de políticas de incentivo fiscais junto a questões como preço da terra urbana e custo de mão de obra (MARICATO, 2001). Como resultado há um crescimento econômico de novos polos. As localidades menores passam a ofertar maiores oportunidades econômicas, ao passo que os grandes centros urbanos apresentam uma piora na condição de vida da população e escassez de emprego (PINHEIRO, 2007).

Como consequência temos mudanças nos fluxos migratórios, que antes (entre 1930 e 1970) possuíam um fluxo orientado por movimentos do tipo campo-cidade e são suplantados por um modelo mais disperso do tipo urbano-urbano, que se apoiava na presença de redes urbanas densas e em expansão. A descentralização da indústria reforça “o processo de desconcentração populacional,

com a emergência de novas territorialidades (centros e subcentros regionais) e a realocação espacial da população em escala microrregional” (PINHEIRO, 2007, p. 65).

Este novo padrão de urbanização que se inicia no final da década de 1970 perdura até os dias atuais, com um crescimento expressivo das cidades médias e uma estabilização do crescimento das grandes metrópoles. Essas novas dinâmicas propiciaram uma rede urbana “cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada, cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social” (SANTOS, 1993, p. 58).

As cidades médias foram diretamente impactadas pela industrialização e descentralização. Há, junto a esses processos, uma intensa divisão do trabalho onde quanto menos densa é a divisão do trabalho, maior o acúmulo de funções. A divisão do trabalho é um dos traços que o sistema capitalista impõe ao modo de produção na sociedade moderna. Consiste na fragmentação do processo de produção, o que significa que as tarefas organizacionais são divididas e fragmentadas em atividades separadas resulta em graus variados de especialização (HERCULANO, 2006). Para Karl Marx (1818-1883), a divisão do trabalho na produção deu origem a uma hierarquia social em que a classe dominante (a burguesia) subjugou à classe por meio da retenção dos meios de produção.

As funções da cidade gerada pela divisão do trabalho se relacionam com as demandas da cidade em questão, o que torna as localidades do mesmo nível diferentes entre si (SANTOS, 1993). Essas funções estão diretamente ligadas as tipologias de cidades médias existentes, que serão abordadas na seção 3.4.

Dentro do processo de urbanização é necessário compreender o papel da cidade média na organização e produção do espaço. Deve-se identificar a dinâmica urbana da atualidade, compreendendo as relações interurbanas que ocorrem no território e as novas interações espaciais derivadas desse processo (CONTE, 2013).

3.2 POBREZA URBANA E TERRITÓRIO

O território é ponto de partida para todas as relações sociais e políticas e pode ser pensado desde uma perspectiva espacial e geográfica, quanto parte estratégica do Estado para manutenção e controle das ações públicas (SOUZA;

SILVA, 2019). Santos (2002, p. 96) descreve o território como “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.” Saquet (2009) descreve o território como:

O território é produzido por atores através da energia e da informação, ou seja, da efetivação, no espaço (...), das redes de circulação-comunicação, das relações de poder (ações políticas), das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas. É o lugar de todas as relações, trunfo, espaço político onde há coesão, hierarquia e integração através do sistema territorial. (SAQUET, 2009, p. 79).

A *priori* esses territórios são entendidos como o espaço não apenas físico, mas animado pelas condições política, social, cultural e econômica do espaço habitado. Entender o combate à pobreza urbana a partir do enfoque territorial refere-se “a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem e um determinado espaço sobre o qual se produzem e se transformam.” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 107), onde o território é um componente do desenvolvimento.

A pobreza urbana vem aumentando nas últimas décadas em compasso ao intenso processo de urbanização. Santos (1979) já atestava que, apesar deste ser um fenômeno de escala global, ele se mostra mais preocupante nos países subdesenvolvidos, e se “apresenta de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país” (SANTOS, 1979, p. 1). O enfoque da pobreza na perspectiva urbana se dá pelo fato de que, na atualidade, a população pobre, em sua maioria, reside nas cidades.

O modo de vida urbana é, portanto, parâmetro para entender como se reproduz a pobreza. Ao olhar a pobreza sob o enfoque multidimensional nota-se sua presença em variadas regiões, desde área metropolitanas a cidades locais, fruto de uma urbanização acelerada e desordenada, causada pelo processo de modernização sem equidade na provisão de empregos, e acentuada pela desigualdade de renda (VASCONCELOS, 2006).

A pobreza urbana já foi vista como um processo transitório, uma anomalia que seria solucionada de forma orgânica, ideal propagado intensamente nos anos de 1920's pela Escola de Chicago, nos Estados Unidos, como resposta à necessidade da proposição de soluções aos conflitos que ocorriam naquela localidade, que

passava por um intenso processo de industrialização e tinha como principal característica uma infraestrutura urbana ruim e condições de vida precárias. (BORGES, 2004).

A retomada dos ideais marxistas, que entendiam a cidade enquanto local de luta de classes com uma evidente exploração do proletariado e sua miséria, por Castells (1970), afastou a visão da pobreza urbana como um processo anormal e transitório. Dentro da lógica marxista, a pobreza urbana está relacionada à própria estrutura da sociedade, seus conflitos e a luta de classe emergente.

A pobreza urbana então passou a ser compreendida como processo decorrente da estruturação das cidades, dentro de aspectos socioeconômicos oriundos da desigualdade. Através desta visão, a pobreza urbana é abordada por meio de seus aspectos culturais e políticos, acentuando a relação entre pobreza, exclusão social e segregação espacial (BORGES, 2004).

Segundo Zechin e Holanda (2019) o Brasil é um país com grandes contingentes de pobres o que corrobora com os elevados níveis “cujo determinante parece estar relacionado com aspectos estruturais de sua desigualdade, como, por exemplo, a questão racial – alvo de vários estudos –, mas também a questão da configuração física das cidades” (ZECHIN; HOLANDA, 2019).

A sociologia urbana brasileira sofreu grande influência da linha teórica marxista, abordando a pobreza no Brasil como resultado das desigualdades e exploração que tiveram início com sua colonização. Dentro da literatura brasileira, a pobreza urbana passa a ser creditada à ação do Estado, à ação do mercado imobiliário e à estrutura social e do mercado (BORGES, 2004).

Dentro desta linha teórica o Estado é responsável pela geração pobreza urbana, uma vez que deixa o interesse privado se sobrepôr ao bem social. Toda sua ação é voltada para beneficiar aqueles que possui maior poder aquisitivo e econômico, criando uma divisão dentro do território, onde os locais que residem as classes altas recebem mais investimento público em contraste com as áreas destinadas às classes mais pobres. Como resultados temos uma paisagem urbana marcada pela segregação socioespacial (ROLNIK, 1997).

Para Rolnik (1997), esse processo cria duas cidades: a cidade “legal”, que possui melhor qualidade e maiores investimentos, e a cidade “ilegal”, onde majoritariamente vive a população pobre. Nessa cidade ilegal, afastada dos grandes centros, pode-se observar uma massiva concentração de pobreza, pois é nessa

porção do território que residem aqueles que não possui poder para ocupar a dita cidade “legal”.

As áreas centrais destinadas àquele de classes mais abastadas possuem boa infraestrutura urbana, com uma boa oferta de serviços públicos e privados. Em contrapartida, a cidade ilegal possui infraestrutura precária e maior vulnerabilidade social. Para Cunha Junior (2020) há uma padronização do conceito de cidade como um espaço dual, dividido em uma área informal sem tecnologia, planejamento e investimento público significativo, e uma área formal, onde se concentra o investimento público, um local onde a tecnologia é planejada e aplicada.

Por fim, a literatura urbana brasileira aponta a estrutura social e do mercado de trabalho como fomentadores de pobreza, como tratado por Kowarick (2000), ao alegar que a pobreza, a partir da década de 1970, passa a ser vista como resultado do processo de industrialização dependente. O território é espaço de consumo, devido a reprodução da força de trabalho que ali ocorre. É dentro do espaço urbano que as disparidades da estrutura social capitalista se materializam, sobretudo por meio da moradia, entendida como bem primordial à vida e local da reprodução da mão-de-obra.

As extorsões sofridas pelos sujeitos urbanos, como a falta de trabalho ou moradia, são marcas desse processo industrializante. Kowarick (2000, p. 22) descreve esse processo como espoliação urbana, ou seja, a “somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores”, que acentuam a dilapidação decorrente da exploração do trabalho. Como exemplo o autor traz a seguinte questão:

Na Grande São Paulo, são inúmeras as manifestações dessa situação espoliativa, que vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas, isto para não falar da inexistência das áreas verdes, da falta de equipamentos culturais e de lazer, da poluição ambiental, da erosão e das ruas não pavimentadas e sem iluminação (KOWARICK, 2000, p. 22).

O desenvolvimento do território teve como motor a industrialização, pelo qual a cidade passa a ser centro da vida urbana, onde se produz e reproduz as relações sociais, seus conflitos e contradições (SIQUEIRA, 2010). Para Siqueira (2010, p.

210), esse processo de urbanização acelerado e desordenado possibilitou acesso rápido às áreas urbanas, o que acarretou uma grande “concentração de contingentes populacionais nas cidades, que na lógica do processo de desenvolvimento e modernização passaram a abrigar de forma simultânea o crescimento econômico e a pobreza urbana.”

O crescimento gerado trouxe em seu discurso ideias de prosperidade, acentuando que junto ao crescimento econômico haveria ganhos sociais (HARVEY, 1996). Porém, diferente do discurso de prosperidade, o que se via era uma crise urbana, marcada pelo contraste entre classes. Para Graziano Neto (1982, *apud* BALSAN, 2006)⁵ as principais consequências da modernização são as desigualdades que surgem entre as regiões do país.

As desigualdades regionais são abordadas por Scalon (2004) como uma construção social complexa e multifacetada, que tem impactos diversos sobre as condições de pobreza e precariedade, resultado das escolhas políticas feitas ao longo da história. Almeida (1982) questiona como a própria estruturação urbana das cidades se relaciona com essa pobreza, devido à sua forma de crescimento desordenada e segregação dentro do espaço.

A pobreza urbana “como um todo, e as forças sociais e econômicas a ele agregadas, chegam a definir modalidades específicas de pobreza e de iniquidade social” (ALMEIDA, 1982, p. 28). Para Siqueira (2010, p. 229), as cidades tinham como base da sua estrutura um pensamento progressista, traçado a partir do entendimento “de que reordenar a cidade passava também por uma política de estetização do espaço, apoiada por uma legislação segregativa de outros”, onde a reforma urbana das cidades era pautada na exclusão e segregação.

O modelo brasileiro de urbanização deixou sua marca no conceito de metrópole e de cidade e na forma como é concebido a partir de um acervo utópico europeu de tecnologias (CUNHA JUNIOR, 2020). O conceito de traçado periférico é formalizado, incluindo loteamentos irregulares, autoconstruções e conjuntos habitacionais distantes, carentes de equipamentos urbanos e espaço público.

Borges (2004), em seus estudos, mostrou que a pobreza multidimensional urbana em São José dos Campos (SP) se apresenta de forma heterogênea no espaço urbano, onde mais de 31% da população que apresentam carência nas

⁵ GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

dimensões estudadas vivem em determinadas áreas. Nota-se que há um padrão de segregação socioespacial apontado pela pesquisadora, com locais de alto nível de pauperização, ao passo que há áreas privilegiadas com baixo nível de pobreza.

Quando abordamos a pobreza e suas características espaciais, observa-se que a hegemonia da população nas cidades cria novas demandas e necessidades (VASCONCELOS, 2006). Os problemas estruturais do urbano emergem das desigualdades socioeconômicas, principalmente nos contrastes com as classes trabalhadoras, observadas nos espaços destinados a essa parcela da população e na apropriação do mesmo (ALMEIDA, 1982).

Estes problemas, tratados por Almeida (1982) como 'patologias', estão sempre associados a injustiças sociais, e vem sendo tratados de forma superficial e de forma paliativa e muitas vezes criando novos focos de desigualdade. Os fatores de morfologia urbana que podem influenciar a desigualdade sugerem que a importância de questões como a localização de cada grupo dentro do tecido urbano, potencial de deslocamento e acesso desigual a um conjunto de recursos socialmente produtivos tem implicações em grande medida (ZECHIN; HOLANDA, 2019).

Wilson (1987) relaciona que o aglutinamento da população pobre em um espaço geográfico estipulado corrobora para perpetuar as condições de pobreza. Considerando a geração de desigualdades sociais no Brasil, observa-se que a forma de produção nas cidades está relacionada à distribuição de valores sociais (SILVA, 2006). O cuidado e estrutura de uma determinada área depende dos grupos sociais que ali vivem. Almeida (1982) reitera a relação de exclusão social e pobreza ao abordar o fato de que a concentração espacial da população pobre impede a propagação de informações e a criação de redes sociais fora daquele círculo.

Na atualidade a pobreza urbana se mostra cada vez mais acentuada, uma vez que grande parte da população contemporânea reside nas cidades. As dinâmicas política e econômica das atuais funcionam de modo a separar o território entre aqueles que detêm a propriedade e aqueles não a possuem, em uma dinâmica fomentada pela inclusão e exclusão dos indivíduos (MATIAS, 2004). Para Castells (1979) a exclusão socioespacial é marcada por essa dicotomia entre cidadãos incluídos e cidadãos excluídos, onde o que diferencia esses dois arquétipos é o acesso à renda e a serviços básicos de manutenção da vida urbana.

A compreensão de como os processos pelo qual passou o território

colaboraram para o quadro de pobreza contemporâneo servirá como forma introdutória para entendermos a pobreza nas cidades médias fora dos eixos metropolitanos. As dinâmicas territoriais estão no cerne do entendimento da pobreza e na dinâmica das classes dentro da cidade. Por fim, dentro da discussão de pobreza urbana é importante salientar que a esta se dá de formas distintas em cada localidade (SANTOS, 1979), sendo necessário compreender a realidade de cada cidade para então se traçar políticas de enfrentamento condizentes com o quadro apresentado.

3.3 CIDADES MÉDIAS NÃO-METROPOLITANAS

Ao longo do século XX território nacional passou por transformações extensas e profundas, o processo de modernização vivido nos últimos decênios reestruturou o espaço urbano, marcado por mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais (PINHEIRO, 2007). As cidades corporativas, assim descritas por Santos (1993), resultado desse processo de modernização fomentado pelo capitalismo, em junção ao processo histórico de urbanização brasileira, “são elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional,” onde a cidade se define “segundo as modalidades dessas combinações dependentes do grau de desenvolvimento regional e da amplitude da respectiva divisão territorial do trabalho” (SANTOS, 1993, p.120).

A descentralização das metrópoles em direção às cidades médias e pequenas como meio de desenvolver o território brasileiro, adotado pelo Estado a partir da década de 1970, transformou o papel das cidades médias. A implantação de políticas públicas voltada a incentivar a expansão de indústrias em cidades de médio porte, fomentando o direcionamento de recursos públicos para investimentos em infraestruturas nestas localidades (FRANÇA; SOARES, 2012). Mas o que de fato são essas “cidades médias”?

Primeiramente, deve-se entender que há uma diferença entre os conceitos de cidades médias, cidades de porte médio e cidades intermediárias, que são recorrentes na literatura especializada de estudos urbanos. A primeira leva em consideração a importância sub-regional e sua contribuição para o ordenamento do espaço regional em que se inserem, as cidades de porte médio se referem a questão populacional para dimensionar o tamanho das cidades e a definição das

idades intermediárias vem apenas devido sua posição entre o entendimento das pequenas cidades e as metrópoles regionais (FRANÇA; SOARES, 2012).

Dentro do contexto demográfico as cidades de porte médio são aquelas que possuem entre 100 e 500 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), que identifica 263 cidades como sendo de porte médio atualmente. Há naturalmente uma gama muito variável de cidades dentro desse aspecto, como cidades litorâneas e turísticas, cidades patrimoniais e cidades interioranas, além daquelas conurbadas às áreas metropolitanas (BOGNIOTTI, 2018).

As cidades médias são espaços de especificidades múltiplas, onde os conceitos de cidades pequenas e médias não são capazes de definir as cidades não metropolitanas (SPOSITO, 2009). Dentro deste questionamento, Sposito (2009) indaga se a expressão “cidade pequena e média”, dentro dos moldes usados, levando em conta apenas a questão demográfica, é suficiente para descrever um grupo tão plural de cidades, com papéis e funções tão diferentes numa divisão de trabalho que se estabelece.

A pluralidade do território brasileiro corrobora para a insuficiência do teor demográfico, ainda que seja importante incorporar o contingente populacional nas definições, uma vez que uma cidade de porte médio no Sudeste não se assemelha a uma cidade de mesmo contingente no Nordeste (LOPES; HENRIQUE, 2010). Segundo Souza:

[...] uma cidade média em uma região pobre tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios (SOUZA, 2003, p. 30-31 *apud* Bogniotti, 2018, p. 26)⁶.

Corrêa (2007) defende que, para uma definição teórica do que seria uma cidade média, deve-se analisar a localização espacial cidadina, a presença de uma elite empreendedora e as interações espaciais que ocorrem dentro deste espaço (BOGNIOTTI, 2018). Dentro dessa perspectiva, a cidade média é lida como um território de importância na área urbana que está inserida, que desempenha um papel de polo e traça uma linha de comunicação econômica e social com os demais centros urbanos e as cidades locais.

Castelo Branco (2007) ressalta que a análise da identificação de cidades

⁶ SOUZA, M. L. de. **A B C do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

perpassa pela questão demográfica, ou seja, novamente se pontua que a questão populacional não deve ser ignorada, mas um outro ponto a ser observado é o papel desempenhado na distribuição de bens e prestação de serviços dentro de uma rede urbana. Sposito (2006) alinha seu pensamento às ideias de Corrêa e Castelo Branco, ao dizer que apenas os indicadores demográficos não são suficientes para o entendimento das cidades médias, e que a influência dessas cidades no conjunto da rede urbana do qual faz parte, auxilia na compreensão no que de fato é uma cidade média e seu papel no território brasileiro.

A ReCiMe (a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias) adotou o conceito de cidades médias, tendo como base três pontos: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço interurbano. Esta definição parece abranger melhor o crescimento demográfico dessas localidades, englobando os impactos socioeconômicos, culturais e socioespaciais incitados pelos processos urbanos (BOGNIOTTI, 2018). O Estudo de Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2007), feito pelo IBGE, classifica as cidades de acordo com os fluxos de bens e serviços na rede urbana:

[...] buscam-se informações de subordinação administrativa no setor público federal para definir a gestão federal e de localização das sedes e filiais de empresas para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade como informações de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários e da presença de domínios de Internet complementa a identificação dos centros de gestão do território (IBGE, 2008, p. 15).

As características apontadas pela ReCiMe também abrem um leque de possibilidades sobre a definição da cidade média e sua diferenciação, uma vez que a diversidade econômica, urbana e social dentro do território permite que diferentes localidades com arranjos multivariados possam ser lidas como cidade média. Há nessas localidades uma concentração e diversificação das atividades comerciais e de serviços com uma produção que corresponde às altas demandas de consumos (SANTOS, 1988).

Essas cidades têm como característica os processos de especialização funcional e produtiva que as confere um novo papel na funcionalidade do território, associadas às necessidades do campo, a estabelecer as atividades industriais e a uma agricultura regional modernizante (BESSA, 2005). As cidades médias são locais

de intermediação entre as pequenas localidades e os grandes centros urbanos, tendo papel de intermediar as relações territoriais sendo “lidas como centros essenciais essenciais para a consolidação de eixos e corredores de transportes e comunicações e na distribuição de bens e serviços” (CONTE, 2013, p. 58).

Rochefort (1975) classifica as cidades médias a partir de duas categorias: as cidades médias integradas à rede urbana e as cidades médias situadas à margem das redes urbanas hierarquizadas. A primeira categoria diz respeito às cidades que sofreram impacto direto das metrópoles, que possuem um sistema urbano complexo devido à complexidade da base econômica destas regiões. Essas cidades se encontram em sua maioria no Sudeste e Sul do território brasileiro.

Há três tipologias dentro das cidades médias integradas à rede urbana (ROCHEFORT, 1975): as cidades médias que recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles; as cidades turísticas e estâncias termais e as cidades médias “complexas”. As cidades médias que recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles são condicionadas pelo dinamismo industrial das grandes metrópoles. A indústria que tende a se estabelecer não corresponde ao núcleo urbano, mas possui uma situação geoeconômica favorável, onde suas funções urbanas provêm das necessidades da indústria. As funções dessas cidades estão voltadas para as indústrias e atividades industriais terciárias tradicionais e modernas, que possuem certa dependência das atividades de desenvolvimento metropolitano (PONTES, 2000).

O segundo tipo de cidade tem o aspecto de atrair estratos superiores da população e tem problemas específicos na rede urbana regional. As cidades complexas vinculam uma atividade industrial de grande relevância a centros de prestação de serviços a uma zona agrícola, que constituem suas respectivas áreas de influência, e na maioria dos casos são muito extensas. As cidades médias complexas podem ser fortemente integradas numa rede urbana solidamente hierarquizada, parcialmente integrada a um sistema urbano ainda bastante organizado ou permanecer à margem de sistemas urbanos cuja estrutura ainda é incerta (PONTES, 2000).

As cidades médias situadas à margem das redes urbanas hierarquizadas são classificadas em quatro categorias: cidades médias que constituem centros terciários das zonas de agricultura tradicional, cidades médias que servem de ponto de apoio às atuais zonas de colonização agrícola, cidades médias essencialmente

administrativas e cidades médias que canalizam produtos básicos destinados à exportação (PONTES, 2000).

A primeira categoria é marcada pela comercialização e escoamento de atividades agropecuárias da região, servindo como centro prestador de serviço de uma zona de influência agrícola. A segunda, assim como a primeira, tem suas funções ligadas à base agrícola, todavia essas localidades não possuem uma estrutura econômica preexistente e comportam um dinamismo ligado ao avanço da frente de colonização, que não pode ser igualado pelas cidades dentro da primeira tipologia (PONTES, 2000).

As cidades médias essencialmente administrativas possuem grande número de funções de diferentes naturezas. Essas funções podem se dar presença de instituições, serviços, comércio e equipamentos de apoio e burocracia. A atividade administrativa é o papel principal destas cidades dentro da zona de influência em que estão inseridas. Seu próprio crescimento urbano faz com que se tornem centros terciários de zonas de agricultura tradicional ou centros com funções administrativas dominantes, funcionando como metrópoles dentro de sua região. Por fim, as cidades médias que canalizam produtos básicos destinados à exportação são cidades portuárias destinadas à canalização da produção (PONTES, 2000).

Ao tratar das cidades médias situadas à margem das redes urbanas hierarquizadas, têm se em mente que não se pretende identificar aquelas localidades como autônomas, pois dentro território brasileiro todo seu sistema urbano funciona em rede. O que se propõe é identificar aquelas cidades médias que estão fora do domínio geoeconômico das redes metropolitanas (PONTES, 2000).

As cidades médias dentro de regiões metropolitanas, em áreas de conurbação, têm influência externa nas suas dinâmicas socioeconômicas e socioespaciais, com uma diversificação das suas funções, tendo papel de polo produtivo ou de moradia. Essas funções são determinadas a partir da relação dessas cidades com o núcleo metropolitano, que rege as atividades e fluxos socioeconômicos. As cidades médias não metropolitanas tendem a receber menor influência exógenas nas suas dinâmicas socioespaciais, dinâmicas estas que ocorrem de maneira distinta se comparadas as localizadas em regiões metropolitanas (ANDRADE, 2015).

As tipologias propostas por Rochefort (1975) não têm um caráter definitivo e fechado, pois há ainda modelos de cidades médias que não se encaixam nos

conceitos apresentados ou apresentam mais de uma característica, mostrando a necessidade de ampliação e refinamento deste debate (PONTES, 2000).

Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007) propuseram um padrão de classificação para classificar cidades de médias mineiras, baseada em parâmetros demográficos e em dimensões funcionais. Para isso, foi proposto uma diferenciação entre as cidades médias, no contexto mineiro, categorizando-as em quatro níveis diferentes: os grandes centros regionais, cidades médias de nível superior, próprias cidades médias e centros urbanos emergentes (DOURADO, 2020).

Os Grandes Centros Regionais é a transição entre as cidades médias e as grandes cidades. Esses grandes centros regionais têm população de cerca de 400.000 habitantes, além de já possuírem centros de desenvolvimento de inovações tecnológicas (ainda incipientes). Também possuem economias bem definidas, equilibradas em indústrias secundárias e terciárias. Polarizam vastos espaços regionais, mantendo relações econômicas, culturais e demográficas mesmo com as cidades fora do eixo mineiro. Temos como exemplos os municípios de Juiz de Fora e Montes Claros (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007).

As Cidades de Nível Superior possuem populações que variam de pouco mais de 70.000 a 200.000 habitantes. Juntamente com a indústria, eles desenvolveram um setor de negócios e serviços, o que além de fortalecer sua posição e conexões no âmbito regional, também passa a estender essas conexões a pontos localizados fora desses âmbitos (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007). Exemplos de cidades que se encaixam nessa classificação são Uberlândia, Uberaba, Barbacena, Varginha, Poços de Caldas, Itajubá, Pouso Alegre e Governador Valadares.

As Cidades Médias Propriamente Ditas são aquelas com características mais intermediárias. Eles têm 20.000 a 100.000 habitantes e mantêm uma relação importante com centros maiores, ao mesmo tempo em que mantêm uma relação próxima, permanente e imediata com as cidades locais e os espaços microrregionais a ela ligados (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007). Teófilo Otoni, Patos de Minas, Ituiutaba, Caratinga, Araguari, Passos, São João del Rei, Formiga e Curvelo são cidades médias propriamente ditas.

Por último há os Centros Urbanos Emergentes que são formados por cidades na zona de transição entre pequenas e cidades médias propriamente ditas, como Patrocínio, Bom Despacho, Pirapora, Timóteo, Frutal, Tupaciguara, Manhuaçu,

Sacramento Manhumirim e Três Pontas. Em termos de população, os centros emergentes normalmente não ultrapassam os 50.000 habitantes. A economia dessas cidades geralmente está em fase de estruturação e pode, como resultado, possuir um desequilíbrio entre os setores, além de forte ligação com a área rural (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007).

Para Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007) há nas cidades médias um padrão morfológico-funcional, que os difere em relação às demais cidades, apesar da pluralidade na composição destas localidades. Dentro dessa perspectiva além dos pontos já levantados dentro desta seção, a organização espacial também auxilia na identificação das cidades médias. Para o autor a composição morfológicas das cidades médias deve conter:

- Um centro já relativamente complexo (com grande número de equipamentos servindo um espaço que ultrapasse os limites puramente locais);
- Um número variável de subcentros (cuja forma, funções e espaço de relações variam grandemente de cidade para cidade, mas que atendem, em sua maioria, apenas às necessidades de populações locais);
- Uma periferia que evolui muito mais através de “saltos” (descontinuidades espaciais repentinas, resultando numa estrutura polinuclear), do que através de uma expansão lenta (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007, p. 73-74).

Ambas as classificações apresentadas por e possuem parâmetros que vão além da questão demográfica e jogam luz na diversidade e pluralidade das cidades médias brasileira e seu papel dentro da hierarquia urbana. De acordo com Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007), a análise de cidades médias é complexa, pois apenas um padrão não pode descrever suas características.

As definições trazidas na literatura especializada mostram que o papel desempenhado por cidades médias não-metropolitanas na rede urbana da qual fazem parte validam sua classificação. As cidades médias na atualidade desempenham papel econômico e social nos processos de urbanização e crescimento do país.

3.4 DESENVOLVIMENTO E POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS

As cidades médias no Brasil apresentam dois processos de evolução, como visto na seção anterior, um refere-se às cidades que se encontram dentro de uma rede (ou região) metropolitana e as cidades médias interioranas (STAMM; WADIR;

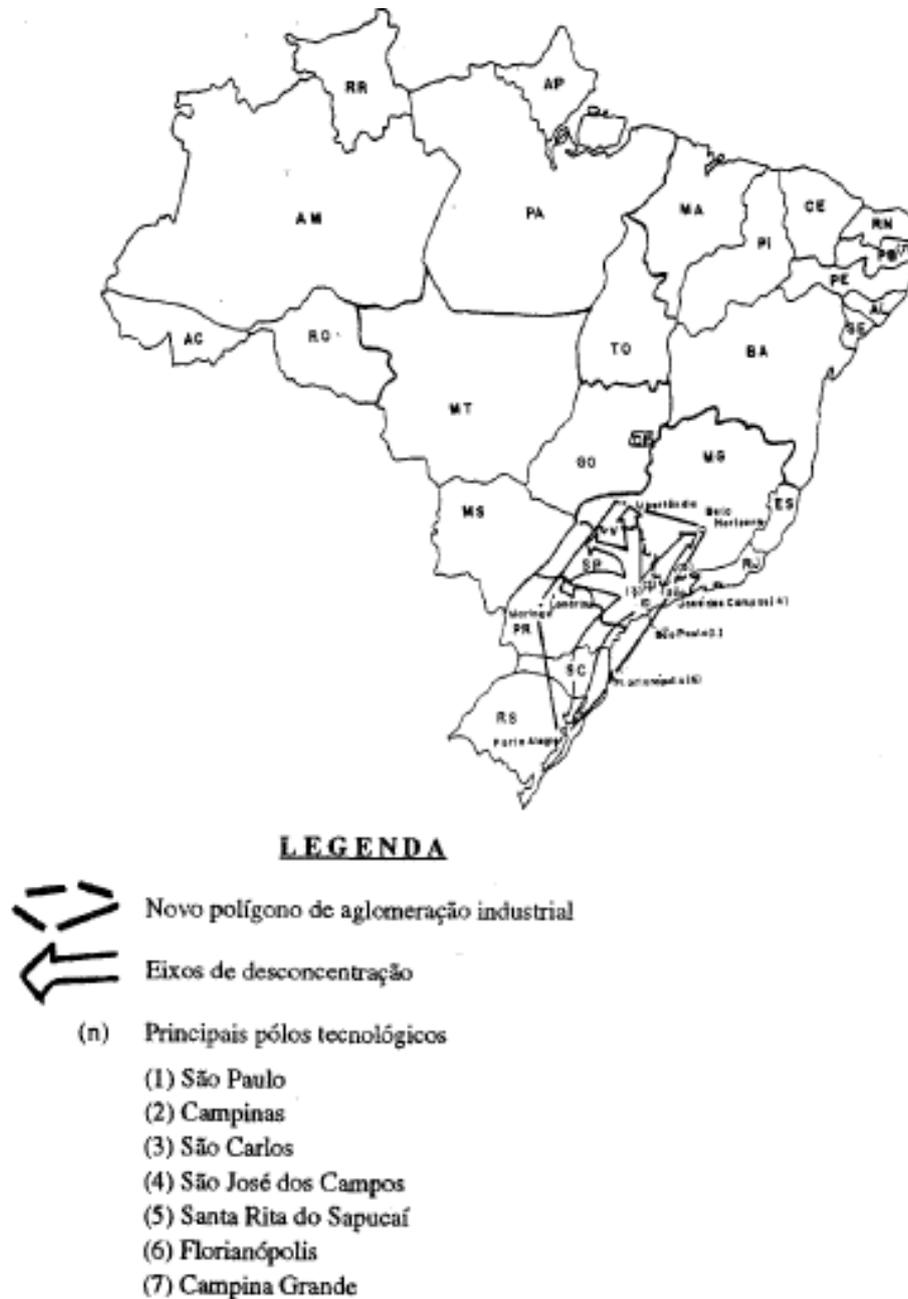
STADUTO, 2010). Esses dois processos dialogam com a classificação proposta por Rochefort (1975) para definir as tipologias das cidades médias.

As cidades médias interioranas foram centros da descentralização a partir da década de 1970 (SANTOS, 1993). A descentralização seguiu uma lógica espacial limitadora, uma vez que sua dinâmica expansionista se deu nas localidades que estavam diretamente relacionadas ao polo urbano em São Paulo e ao eixo Belo Horizonte/Porto Alegre. Isto acarretou um aglomerado macroespacial da indústria, que tendeu a se instalar nas cidades médias localizadas no polígono da industrialização (SIMÕES; AMARAL, 2011).

O desenvolvimento brasileiro seguiu essa lógica poligonal, onde apenas determinadas áreas são destino de novas atividades econômicas (DINIZ, 1993). O desenvolvimento poligonal resulta de um conjunto de forças, dos quais se destacam cinco fatores: as deseconomias de desaglomeração da cidade de São Paulo; as políticas de descentralização promovidas pelo Estado; a necessidade de se deslocar em busca de recursos naturais; a concentração socioespacial de renda que acarreta maior poder de compra, limitando o crescimento a áreas com maior poder econômico e; a unificação do mercado (DINIZ, 1993).

O polígono abrangeria as regiões no interior do estado de São Paulo, sul e triângulo de Minas Gerais, além de região metropolitana de Belo Horizonte, norte do Paraná, nordeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (FIGURA 2).

Figura 2 - Área no qual abrange o polígono de aglomeração industrial



Fonte: Diniz (1993, p.12).

As teorias locacionais apontam que forças que atuam na concentração espacial das atividades econômicas e as forças que as dispersam. Amaral, Lemos e Chein (2010) abordam o fato de que esta concentração de atividades econômicas se dá devido a fatores aglomerativos. Segundo Weber (1929), existem dois conjuntos de fatores que influenciam as decisões de posicionamento da indústria: fatores regionais e fatores de aglomeração ou desaglomeração. Os fatores dizem respeito

às condições que tendem a concentrar atividades econômicas em determinada localidade (PEREIRA; LEMOS, 2004). Dalberto e Staduto (2013) definem os fatores da seguinte maneira:

Os fatores regionais referem-se aos custos de transporte e às diferenças geográficas no custo do trabalho; já os fatores aglomerativos dizem respeito às reduções de preço obtidas pelo uso mais econômico de maquinários ou pela indústria estar localizada onde ocorre um comércio auxiliar; e finalmente os fatores desaglomerativos são aqueles que afastam as empresas devido aos altos aluguéis (DALBERTO; STADUTO, 2013, p. 543).

Quando um território apresenta fatores aglomerativos, entende-se que a indústria encontrará benesses ao se instalar nesse espaço. Esses fatores podem agregar quanto a redução de custos, logística, aumento de lucratividade (PEREIRA; LEMOS, 2004). Áreas que possuem fatores aglomerativos são lidas como centros, tendo grande potencial de diversificação. Esta característica acarreta potencialidade de crescimento irrestrito. Este centro possui um papel de relevância dentro da rede urbana ao qual está inserido, servindo como uma ponte de bens e serviços entre as cidades pertencentes a esse núcleo interurbano (AMARAL; LEMOS; CHEIN, 2010).

Os centros são aquelas localidades que possuem maior concentração de atividades econômicas e conseqüentemente um maior número populacional do que as regiões ao seu entorno. Sua relevância dentro da rede urbana está de acordo com o grau de atividades desenvolvidas, o que irá influir diretamente na dimensão dessas redes (AMARAL; LEMOS; CHEIN, 2010).

O processo de modernização agrícola junto à descentralização da indústria “acarretou em uma terceirização do interior, fomentada pelo crescente do setor público e da agricultura moderna” (STAMM; WADIR; STADUTO, 2010, p. 80). Nesse período, vemos um afastamento do processo urbano das metrópoles e das cidades médias. Enquanto as metrópoles recebiam um contingente de pessoas mais pobres e carentes, devido ao êxodo rural, as cidades médias passaram a receber parte da população de classe média e intelectual (SANTOS, 1993). Sobre esse processo Santos (1993) ressalta:

[...] as cidades tocadas pelo processo de modernização agrícola ou industrial típico do período técnico-científico conhecem um crescimento econômico considerável, ao passo que é nas grandes cidades que se acumulam a pobreza e atividades econômicas pobres, uma reversão em relação ao período anterior. O interior modernizado se desenvolve e as metrópoles conhecem taxas de crescimento relativamente menores. Daí a

nossa designação de “involução metropolitana” que, de alguma forma, defronta a antiga noção de “involução urbana” (SANTOS, 1993, p. 75).

Simões e Amaral (2011) abordam sobre o processo de interiorização intensa das atividades econômicas, que ocorreu no território na primeira década do século XXI, devido ao crescimento da agropecuária e mineração, além de uma descentralização dos polos industriais. Os autores tratam esse processo pela expressão descentralização-concentrada, evidenciando que apesar de que ocorre uma migração industrial dos grandes centros urbanos, há locais fora de áreas metropolitanas que concentram grande parte dessa industrialização.

As cidades médias são impactadas diretamente por essa interiorização. Essas localidades precisam se adaptar para suprir a necessidade do capital. Simões e Amaral abordam dois tipos de cidades que surgem desse processo: as cidades médias emergentes industriais e as cidades médias de fronteira. A primeira diz respeito à difusão da indústria de transformação e a segunda a provisão de bens e serviços nas fronteiras (SIMÕES; AMARAL, 2011).

O resultado dessa concentração econômica territorial é a divisão do espaço em áreas centrais e regiões periféricas, áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas. Dentro do contexto das cidades médias pode-se entender que essa concentração se relaciona ao desenvolvimento dessas localidades, de maneira em que aquelas que se encontram dentro destes eixos de desenvolvimento, tem seu crescimento acelerado (AMARAL; LEMOS; CHEIN, 2010).

As cidades médias não metropolitanas, a partir de 1980, crescem mais do que as cidades grandes metropolitanas, que passam por um período de estabilização. A participação percentual da população das grandes metrópoles e centros metropolitanos somavam 29,01% em 1980 e 29,77% em 2000, o que mostra certa estagnação no ritmo de crescimento (STAMM; WADIR; STADUTO, 2010). Por outro lado, as cidades médias não metropolitanas tiveram um salto de 14,84%, em 1980, para 17,31%, em 2000. Nesse momento nota-se que o processo de expansão das cidades médias que faziam parte das regiões metropolitanas não acompanha a taxa de crescimento das cidades médias interioranas, crescendo apenas 1,31% na primeira década 2000 (STAMM; WADIR; STADUTO, 2010).

As cidades médias metropolitanas têm o seu centro na capital e funcionam sob a regência das grandes metrópoles, enquanto as cidades médias interioranas representam centros regionais (BOGNIOTTI, 2018). Os municípios brasileiros

funcionam através de uma rede complexa, existe uma troca intensa de bens e serviços além de um fluxo de pessoas que se deslocam entre cidades. A REGIC (Regiões de Influência das Cidades) aborda as dinâmicas existentes dentro do território, onde se define hierarquicamente os centros urbanos brasileiros e demarca as regiões de influência que estão a eles relacionados (IBGE, 2007).

As cidades médias fora dos eixos metropolitanos são vistas como polos regionais e dentro da rede ao qual está inserida desempenham o papel de coordenar as atividades e as cidades no entorno. Sposito (2010) atribui o crescimento dessas cidades como um advento das dinâmicas econômicas da globalização, que retira a dependência das grandes metrópoles, uma vez que os grandes conglomerados de economia não necessariamente trabalham apenas em determinada região ou rede urbana. Isto traz autonomia para essas localidades e os fatores aglomerativos corroboram para que novas formas de economia se instalem.

Todavia a pobreza nas cidades médias no período de 1970 e 1991 cresceu 24,1% em comparação com a média nacional de 8,6% (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001). Nota-se que esse crescimento de pessoas pobres nas cidades médias coincide com a descentralização promovido pelo Estado. Esses dados também evidenciam que o crescimento econômico promovido pela expansão da indústria nessas localidades não trouxe melhorias relacionadas aos índices de pobreza (CARVALHO, 2002).

Simão Filho, Fregulia e Procópio (2012) relacionam o aumento da pobreza nas cidades médias com o crescimento populacional que ocorreu a partir de meados da década de setenta. Os autores relacionam pobreza e desigualdade como duas dimensões interligadas neste contexto. O crescimento econômico e populacional acima do percentual das grandes cidades não acarretou um desenvolvimento do ponto de vista social e sim em acentuação das desigualdades, tendo como resultado um aumento da pobreza e degradação das condições de vida das camadas mais baixas da população.

As cidades médias dentro do polígono de industrialização têm um crescimento acelerado, mas não propriamente um crescimento pró-pobre. Ravallion e Chen (2003) descreve o crescimento pró-pobre como aquele que reduz as taxas de pobreza. Para Resende (2008), a pluralidade regional influencia a redução da pobreza. Variáveis como níveis de escolaridade, saúde e desigualdade de renda repercutem diretamente nos índices de pobreza conforme a região analisada. Essa

visão é reforçada por Sen (2000), ao constatar que o desempenho no crescimento econômico se distingue entre regiões. Há regiões que apesar de possuírem uma mesma taxa de crescimento econômico não apresentam a mesma variação na redução da pobreza.

Quando analisado o crescimento pró-pobre da perspectiva exposta por Ravallion e Chen (2003), o sul de Minas e o Alto Paranaíba apresentam um crescimento pró-pobre na maioria desses municípios. Essas regiões estão dentro do polígono proposto por Diniz (1993), mostrando que a descentralização-concentrada e a expansão industrial para essas regiões impactaram os níveis de pobreza. Sobre essa questão Resende (2008) ressalta:

Os resultados encontrados com relação à qualidade de crescimento dessas duas regiões indicam uma grande elasticidade “pobreza-crescimento”, ou seja, uma relativa maior capacidade de reduzir a proporção de pobres para uma determinada taxa de crescimento, que pode ser explicada não apenas pela sua menor intensidade de pobreza, mas também pelo relativo maior impacto do crescimento econômico municipal sobre os mais pobres, isto é, pela “qualidade” de crescimento de seus municípios (RESENDE, 2008, p. 143).

Outra evidencia do impacto que essas regiões sofreram pelo processo de descentralização é o fato de que as cidades que apresentam crescimento pró-pobre possuíam em 1991 menores taxas de pobreza se comparado a 1980, menor taxa de mortalidade infantil além de melhor infraestrutura urbana (RESENDE, 2008).

A relação campo/cidade é outro ponto importante para compreender o crescimento econômico dessas áreas. A modernização mudou as formas de trabalho da agropecuária, transformando essas localidades em áreas de mercado internacional e subvertendo a relação do campo apenas como aporte da área urbana. Santos (1993) usa a expressão ‘cidades do campo’ para tratar dessas áreas que funcionam como polos das necessidades que surgem do campo, sendo intermediadoras de todo o processo (SPOSITO, 2010).

As cidades médias que funcionam como centralidade interurbana sobre cidades pequenas, com grande aporte ligados a agropecuária ou agricultura, desempenhando papel regional aumentam seu poder político, econômico e capital (SPOSITO, 2010).

Andrade, Serra e Santos (2001), através de uma pesquisa que dimensionou a pobreza enquanto insuficiência de renda nas cidades médias no período (1970/91), apresentaram três características que auxiliam na compreensão do

dimensionamento da pobreza nessas localidades. A localização regional, a dinâmica migratória e o dinamismo produtivo atuam como parâmetros analíticos da dimensão da pobreza.

Quando analisado pela sua localização regional, constatou-se que o nível de pobreza está associado ao nível de desenvolvimento da cidade (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001). As regiões Norte e Nordeste apresentavam níveis de pobreza superiores às médias nacionais, ao passo que as regiões do Sul e Sudeste apresentavam níveis menores (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001).

Para Weber a lógica urbana está associada ao processo de expansão, que acarreta a necessidade de novos polos urbanos para suprir a demanda emergente (SIMÕES; AMARAL, 2011). O processo de urbanização brasileiro é marcado por uma distribuição e ordenamento desigual se analisado sob a perspectiva econômica, populacional e das desigualdades sociais. A região do Sudeste brasileiro foi a mais beneficiada por esse processo urbano, detendo 55% do PIB brasileiro e 42% da população. Dotada de uma rede urbana complexa, possui grande potencial agrícola e uma forte concentração econômica, industrial e de serviços (DINIZ, 2013).

Apesar dos indicadores positivos estarem dentro do eixo urbano mais desenvolvido do território, formado pelas metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Diniz (2013) ressalta que há nessas localidades uma concentração de pobreza e problemas estruturais. As cidades médias brasileiras são heterogêneas e distintas entre si e não se deve ignorar a pluralidade territorial do país e as diferenças econômicas e sociais de cada região, mas nota-se um arranjo regional dispar da pobreza nas cidades médias (FILHO; FREGUGLIA; PROCÓPIO, 2010).

A forma em que se dá o crescimento urbano nas cidades médias não dialoga com a capacidade de assimilar a mão-de-obra que convergiu para essas localidades. Carvalho (2003) relaciona o aumento das desigualdades com os processos que estabeleceram as cidades, como processos de modernização e interiorização, também responsáveis pelas desigualdades dentro do território, uma vez que a riqueza produzida pelo crescimento não foi repassada igualmente para as variadas camadas da sociedade.

O dimensionamento da pobreza nas cidades médias através da dinâmica migratória deve-se ao fato de que “as decisões de deslocamento espaciais realizadas pelos migrantes que chegaram e deixaram as cidades médias podem ter sido influenciadas pelos patamares iniciais de pobreza no início da década de 80”

(ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001, p. 265) e esses fluxos migratórios tiveram impacto na evolução do nível de pobreza durante a década. A dinâmica migratória diz respeito à combinação entre as taxas imigratórias e as taxas migratórias. Os autores classificam as cidades médias como cidades de atração, cidades de repulsão, cidades de passagem e demais cidades, definidas como:

- a) cidades de atração (que combinam alta imigração com baixa emigração, alta imigração com média emigração e média imigração e baixa emigração);
- b) cidades de repulsão (que combinam alta emigração com baixa imigração, alta emigração com média imigração e média emigração com baixa imigração);
- c) cidades de passagem (que combinam alta imigração com alta emigração); e
- d) demais cidades (que combinam média imigração com média imigração e baixa imigração com baixa emigração) (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001, p. 21).

Para Diniz (2013) os movimentos migratórios dentro do território ocorrem devido aos fatores aglomerativos e desaglomerativos, os processos internos de cada localidade e, por fim, a aplicação de políticas públicas que, ao elevar os índices de qualidade de vida podem reprimir ou atrair os fluxos migratórios. A dinâmica migratória e urbana segue a lógica poligonal, fortalecendo a rede urbana não-metropolitana, a cidades médias de fronteiras ou com grande potencial agrícola e mineral (SIMÕES; AMARAL, 2011).

As cidades de atração foram as com menores índices de pobreza nos anos 1980, o que está relacionado ao avanço do meio-técnico-científico e das oportunidades que essas cidades traziam tanto na produção quanto no trabalho intelectual (SANTOS, 1993) que atraiu um grande fluxo de imigrantes durante a década. Essas cidades também tiveram um papel na descentralização, pois recebem maior fluxo migratório se comparado às regiões metropolitanas, além de ocupar melhores posições no que se refere aos níveis de pobreza (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001, p. 265).

Em contrapartida, as cidades de repulsão apresentavam os índices de pobreza mais elevados, resultado da evasão da população para os grandes centros urbanos. As cidades de passagem serviam como ponto de passagem nas rotas migratórias aos centros urbanos, que apresentavam melhores oportunidades de trabalho e renda. Isto ocasionou em um nível alto de pobreza, pois estas localidades não conseguiram absorver o contingente migratório, além de uma repulsão da

população não-migrante (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001, p. 266).

O dimensionamento e evolução da pobreza nas cidades médias segundo o desempenho produtivo visava compreender como os níveis de pobreza estavam correlacionados ao desenvolvimento econômico das cidades médias e as formas de distribuição de renda nesses locais. A redução no PIB *per capita* entre os anos de 1980 a 1991 trouxe a essas cidades um aumento nos níveis de pobreza, mas ainda assim apresentava índices menores de pobreza do que os níveis gerais do país. Isso aponta que as cidades médias possuíam melhor distribuição de renda se comparadas aos centros urbanos ou ao Brasil rural (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001). Esse desenvolvimento desigual entre as cidades se dá pela concentração espacial do desenvolvimento (AMARAL; LEMOS; CHEIN, 2010).

Resende (2008) relacionou o crescimento econômico com os índices de pobreza nas cidades médias mineiras, evidenciando a diversidade e pluralidade destas cidades. Constatou-se que, ao passo que alguns municípios aliaram uma taxa de crescimento com a redução da proporção de pobres, mostrando boa elasticidade entre pobreza/crescimento, ao passo que há aqueles com menor elasticidade. A desigualdade de renda tem um papel de extrema importância na análise relativa à redução da pobreza, fazendo com que seja necessário avaliar as causas relativas à concentração de renda nas cidades médias brasileiras (RESENDE, 2008).

Nos estudos feitos em 38 cidades médias brasileiras, Simão Filho, Fregulia e Procópio (2012) analisam a pobreza nas cidades médias a partir dos principais índices de economia do bem-estar social, como o percentual de pobres na população e apresentam números compostos por três blocos: aqueles com percentual acima de 30%, aqueles com percentual entre 15% e 30% e, por fim, aqueles com percentual abaixo de 15%. As cidades médias com maior grau de pobreza se encontram no Norte e Nordeste, mas há casos divergentes como a cidade de Goytacazes no Rio de Janeiro que, apesar de ter sua economia crescente fundamentada na indústria petrolífera, possui níveis de pobreza próximos a cidades do Ceará e da Bahia.

Alguns atributos contribuem de forma mais expressiva para a pobreza. Nota-se que o grupo com maior participação nos índices de pobreza é formado por mulheres, com baixa escolaridade, sem acesso ao computador e não-migrantes. Quando analisada do ponto de vista de raça, há uma diferença substancial entre as

regiões do país, devido à própria composição étnica desses locais. Outro atributo expressivo é a escolaridade, a população com menor nível contribui mais para os indicadores de pobreza. Do ponto de vista do trabalho, pessoas que se encontram desempregadas, seguidos por trabalhadores informais e empregados domésticos são os que mais contribuem para os níveis de pobreza (SIMÃO FILHO; FREGULIA; PROCÓPIO, 2012).

Essa diferença entre os municípios afirma a heterogeneidade das cidades médias e evidencia a necessidade de analisar a pobreza de forma individual em cada município, uma vez que não se pode compreender a pobreza de uma cidade baseada apenas na sua localização regional. Esta prerrogativa é validade por Simão Filho, Fregulia e Procópio (2012, p. 26) que alegam que a “forte assimetria relativa à pobreza nas cidades médias sugere uma avaliação específica para cada uma destas cidades, no sentido de escolher as melhores estratégias de política pública”.

O crescimento econômico por si só também não é mitigador dos índices de desigualdade de renda e pobreza (RESENDE, 2008). Carvalho (2003) aponta que a desigualdade na sociedade contemporânea tem um caráter multidimensional, não podendo ser reduzida à questão econômica. Essa retomada dos processos de crescimento e pobreza nas cidades médias auxiliou a traçar um panorama da cidade de Varginha na atualidade. Através dos pontos apresentados conseguiremos entender como se deu o processo histórico da pobreza na cidade e como chegamos na situação atual.

4 METODOLOGIA

Essa seção versa sobre os procedimentos metodológicos adotados para realização desta pesquisa. A construção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) perpassa por duas premissas. A primeira residiu na utilização de dados secundários obtidos através dos órgãos oficiais do município com intuito de possibilitar um panorama geral da pobreza no município; e a segunda parte versou sobre compreender a pobreza sob o ponto de vista daqueles que a vivenciam, com entrevistas semiestruturadas com as famílias listados pelo CRAS do município, como forma de complementar os dados oficiais e criar um IPM que reflète de maneira mais abrangente a população pobre da cidade.

Para criação desse processo apresentamos as opções metodológicas que serviram como base de referência para a construção do índice sintético aqui utilizado. O intuito é adaptar os processos de referência ao município de Varginha, abarcando suas peculiaridades territoriais e socioeconômicas. Além disto apresentou-se as dimensões interurbanas adotadas, as formas de agregação das informações entre outras variáveis.

Os indicadores adotados têm como premissa a representação do perfil populacional de determinada região. Entendendo a pobreza como um fenômeno multidimensional, pressupõem-se que esses indicadores são formulados a partir da noção de que o fenômeno da pobreza é diferente em diferentes localidades. O entendimento dos indicadores que dizem se alguém está ou não em situação de pobreza difere-se conforme o perfil do município, estado ou região a ser estudado (NAHAS *et al.* 2006).

A construção metodológica e a adoção de dimensões ligadas ao município já se apresentam como forma de resultados, uma vez que esses indicadores apresentam de certa forma características inerentes ao território. A mensuração da pobreza vem sendo estudada em diferentes metodologias, o que corrobora para criação de novas possibilidades metodológicas uma vez que traz uma gama extensa de possibilidades (NAHAS, *et al.* 2006).

Nahas *et al.* (2006) traz em suas pesquisas orientações metodológicas que serviram como parâmetro para a construção metodológica deste estudo. A autora traz alguns pontos essenciais para esta construção, como qual será a adoção das unidades espaciais em qual se fará o cálculo dos indicadores. Outro ponto citado

refere-se à extensão das temáticas utilizadas no sistema de indicadores, sendo defendido a participação populacional uma vez que permite compreender melhor qual a visão da população no que tange a qualidade de vida urbana.

O banco de dados utilizado também é de extrema importância para composição dos indicadores. Nahas *et al.* (2006) pontua que o banco de dados deve abarcar toda a cidade além de ter uma revisão assídua, acompanhando as mudanças no território. É necessário que essa base de dados tenha um georreferenciamento compatível com a abordagem espacial adotada (NAHAS, 2009).

A partir dessas ponderações, apresentou-se como foi construído o índice utilizado nesta pesquisa. É importante ressaltar que os estudos apresentados serviram como ponto de referência para a construção do índice sintético, mas nem todas diretrizes foram seguidas, devido às limitações de tempo e recursos para elaboração desta dissertação.

As etapas para a elaboração do IPM para o município de Varginha seguiram como referência as etapas propostas por Nahas *et al.* (2006) e a partir disto a construção do índice seguiu as seguintes etapas propostas: (1) Pesquisa e seleção de dados; (2) Seleção da unidade espacial de análise do estudo; (3) Seleção de método de agregação de dados (4) Seleção das dimensões e indicadores base para compor o índice; (5) análise dos resultados das entrevistas e consolidação das dimensões e índices (6) cálculo do IPM.

4.1 PESQUISA E SELEÇÃO DE DADOS

O ponto inicial é a seleção de dados para a construção do índice, uma vez que o banco de dados selecionado irá guiar o georreferenciamento da pesquisa. Segundo Nahas *et al.* (2006), o banco de dados deve ser atualizado com periodicidade, pois assim retratará de melhor maneira a atual realidade enfrentada por determinada região. Com base nisto usou-se como banco de dados o Plano Quadrienal de Assistência Social do Município de Varginha.

As informações contidas no Plano são feitas a partir de dados compilados dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Saúde do Município de Varginha, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Plataforma *DeepAsk*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

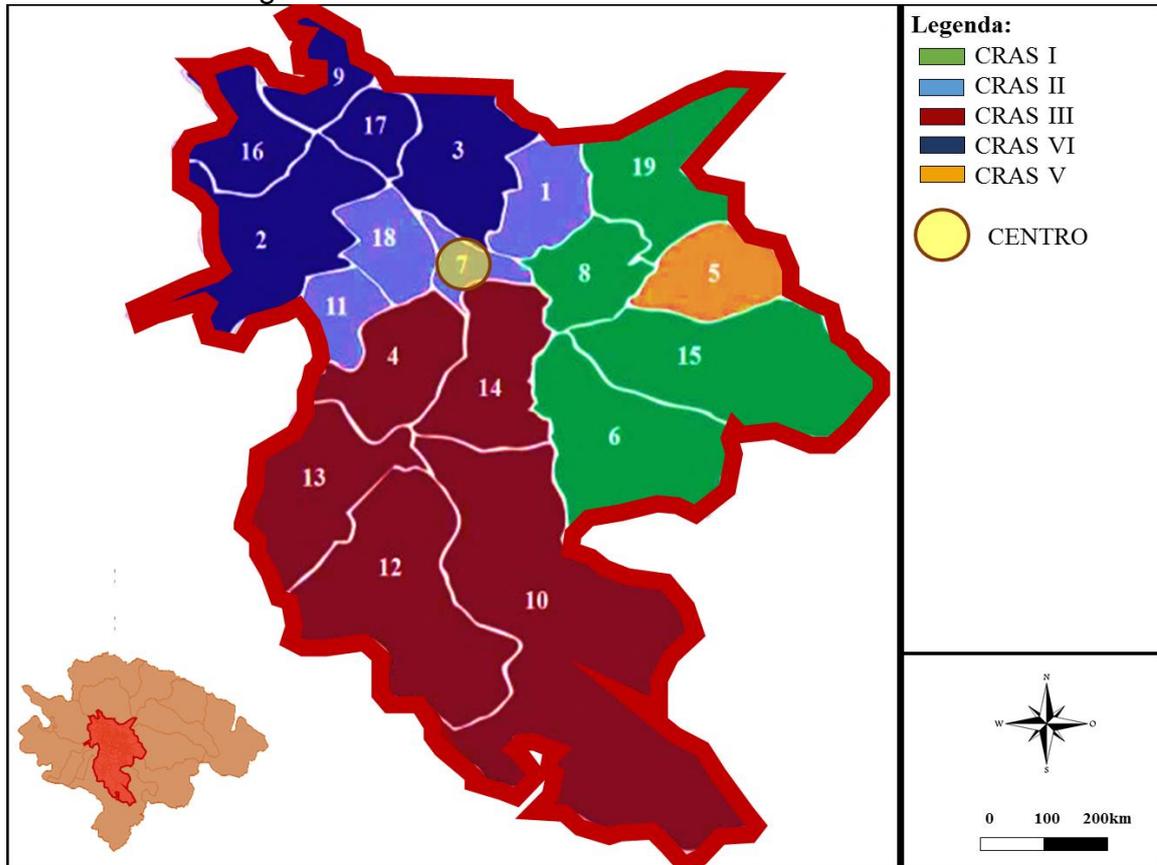
(IBGE) e Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS).

O Plano Quadrienal de Assistência Social do Município de Varginha é atualizado de quatro em quatro anos, conforme as mudanças e trocas de poderes eleitorais. Em funcionamento desde 2008, seu intuito é levantar a situação da qualidade de vida dos moradores da cidade, bem como apontar aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ou em situação de pobreza ou extrema pobreza para assim traçar plano de combate a esses problemas. Como visto na seção 3 sobre a contextualização do município, nota-se os indicadores usados para elaboração diagnóstico, bem como traça um panorama da situação Varginhense.

4.2 SELEÇÃO DA UNIDADE ESPACIAL DE ANÁLISE DO ESTUDO

A seleção da unidade espacial de análise seguiu a adotada pelo Plano Quadrienal de Assistência Social do Município de Varginha, seguindo os preceitos determinados por Nahas (2009), que evidencia a importância de se fazer um georreferenciamento em conformidade com o banco de dados utilizado. Por esse motivo se adotou as sub-regiões adotadas pelos cinco Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, que tem sua gênese nas regiões censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIGURA 3).

Figura 3 – Zoneamento urbano da Secretaria de Habitação e Assistência Social de Varginha/MG



Fonte: Autora com base no Plano Quadrienal de Assistência Social do Município de Varginha (2022).

4.3 SELEÇÃO DO MÉTODO DE AGREGAÇÃO DE DADOS

Esta pesquisa decidiu-se por entrevistas semiestruturadas com parte da população cadastradas nos CRAS de referência do município⁷. Para isso contou-se com lista de 498 pessoas, fornecida pela Gestora Municipal do Cadastro Único de Varginha para Programas Sociais (CadÚnico), da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social de Varginha, com as famílias cadastradas no CadÚnico.

Foram realizadas entrevista com moradores cadastrados no CadÚnico, na faixa etária acima de 18 anos e responsáveis pelo provimento da sua família. Essa faixa etária foi determinada entendendo que em sua maioria, no município de Varginha, os lares são chefiados por homens e mulheres dentro dessa faixa de idade. Devido às restrições da pandemia, o estudo ocorreu com 50 famílias, dividido nas cinco regiões

⁷ A pesquisa com determinado grupo não é o ideal, uma vez que isso já parte de um recorte de pobreza prévio, é não abrange a população em sua plenitude. Todavia, nos permite compreender como se manifesta a pobreza em sua multidimensionalidade dentro da população considerada pobre no município sob o prisma de renda.

censitárias do município, sendo dez por área. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, na residência dos moradores, respeitando as normativas de saúde devido a proliferação da Covid-19. Iniciou-se as entrevistas em dezembro de 2021 e terminou em janeiro de 2022.

Apesar de compreender que pobreza e extrema pobreza são duas linhas diferentes de estudo, optou-se por adotar ambos por acreditar que apenas a renda (critério adotado pela prefeitura) deixa espaço para distorções da realidade, além de que há uma linha tênue entre esses dois polos. Como se pretende uma análise multidimensional da pobreza, englobar esses dois critérios nos levará em compreender de melhor forma a realidade do município.

A adoção de uma visão quantitativa por meio de entrevistas semiestruturadas se deu com objetivo de se compreender o fenômeno estudado a partir do olhar das pessoas que o vivenciam, ponderando os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995). Essa questão também é ressaltada por Nahas *et al.* (2006), que atesta o fato o contato com a população auxilia na obtenção de reconhecimento e validação por parte tanto da sociedade quanto das instituições.

Parte-se de um recorte territorial, por meio da unidade espacial adotada para responder às questões da pesquisa. As entrevistas foram feitas por meio um roteiro prévio, realizadas com indivíduos residentes da área de estudo, presencialmente. Os entrevistados foram selecionados por meio de amostragem não probabilística por conveniência, a partir dos critérios: se encontrarem na lista fornecida Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social de Varginha, com disponibilidade de tempo, interesse para realização da entrevista e eventuais contatos.

4.4 SELEÇÃO DAS DIMENSÕES E INDICADORES BASE

Para concepção do IPM no município de Varginha e necessário criar um modelo, em forma de indicador social para obter uma medida geral quantitativa. O uso de parâmetro quantitativo possibilita quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato (JANUZZI, 2001). Dentro da pesquisa acadêmica os indicadores sociais vinculam os modelos conceituais da Teoria Social através da fundamentação empírica do objeto observado. Januzzi (2001) aponta a especificação das dimensões como etapa fundamental deste processo.

A seleção das dimensões seguiu os resultados apresentados no Plano

Quadrienal do município, entendendo que as adoções dessas dimensões devem ser compatíveis com a realidade de Varginha e os principais indicadores sociais adotados⁸ dentre a gama de indicadores usados dentro de instituições governamentais e internacionais. Os indicadores mais convencionais possibilitam fazer “uma apresentação mais sumaria sem incorrer, muito gravemente, nos riscos de simplificação indevida” (JANUZZI, 2001, p. 65).

Junto com os estudos apresentados pelo Plano Quadrienal, as dimensões adotadas foram: Educação, Acesso a bens e serviços públicos básicos, Estrutura Urbana, Segurança Alimentar e Nutricional, Exclusão Financeira, Renda e trabalho.

A seleção dos indicadores base foi feita a partir dos estudos de Barros, Carvalho e Franco (2006). Tendo já definido as dimensões a serem estudadas, as seleções dos indicadores foram pautadas nos índices apresentados pelo Plano Quadrienal, que nos trouxe um panorama das necessidades do município. Os indicadores são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 - Dimensões e indicadores adotados para composição do IPM proposto

Dimensões	Indicadores base
Educação	Alfabetização Acesso a cursos técnicos Acesso ao ensino superior
Acesso a bens e serviços públicos	Acesso a serviços públicos Acesso à cultura e lazer
Estrutura Urbana e habitação	Condições da habitação Localização e infraestrutura
Segurança Alimentar e Nutricional	Acesso à alimentação Qualidade alimentar
Renda e trabalho	Renda <i>per capita</i> Provedor e dependentes Inserção no mercado de trabalho
Exclusão Financeira	Despesas mensais Operações de crédito Dívidas e relação com o sistema financeiro

Fonte: Autora (2022).

A medida escalar adotada para os indicadores seguirá a formulação do IPM,

⁸ Indicadores demográficos e de saúde, indicadores educacionais e culturais, indicadores de mercado de trabalho, indicadores de renda e pobreza, indicadores habitacionais e de infra-estrutura urbana, indicadores de qualidade de vida e meio ambiente, indicadores político-sociais e de opinião pública e indicadores de desenvolvimento e pobreza humanos (JANUZZI, 2001).

uma vez que é através deste que se baseia os cálculos a serem feitos. A agregação dos dados obtidos se iniciará pela agregação das dimensões, pelo qual teremos uma visão geral da pobreza multidimensional no município. Após essa leitura, partiremos para agregação dos indicadores, para traçarmos o grau de pobreza em cada dimensão, para então termos uma ideia de quais dimensões apresentam maiores e menores incidência de pobreza (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

As perguntas presentes no questionário (apêndice A) foram formuladas de forma a apresentar uma visão clara e direta do problema pesquisado, bem como tendo a intenção de otimização do tempo, uma vez que há uma extensa área para se cobrir. Acredita-se que desta forma poderemos ser objetivos e cumprir com a demanda descrita.

4.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E CONSOLIDAÇÃO DAS DIMENSÕES E ÍNDICES

Após realizar as entrevistas será feito a compilação do material. Essa etapa nos auxiliará a captar como a população de situa a partir das dimensões-variáveis, bem como validará as dimensões adotadas. Através do resultado traçaremos quais as dimensões e índices de fato condizem com a realidade vivido e consolidaremos as dimensões a serem estudadas.

Nahas *et al.* (2006, p. 8) pontua que aos termos “clareza sobre os indicadores almejados, haveria clareza também sobre os melhores dados a serem empregados, criando possibilidades reais para sua formulação.” Esse processo de entrevistas, compilação de dados, resultados tem o intuito de complementar os dados obtidos por meio dos órgãos oficiais, fortalecendo o caminho metodológico a ser seguido. Os resultados obtidos poderão modificar as dimensões e indicadores adotados como ponto inicial.

4.6 CÁLCULO DO IPM

Para construir um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) utilizaremos a metodologia criada por Alkire e Foster (2011). A adoção do método Alkire Foster se dá pelo fato de que nesta metodologia as dimensões e indicadores não são especificados, o que proporciona formas de adequação para realidade de cada

município, enquanto o IPM Global tem as dimensões já pré-estabelecidas.

O método Alkire Foster (AF) consiste em medir a pobreza multidimensional através dos tipos de privações que podem incidir sobre uma pessoa. O método nos permite obter a taxa de contagens per capita ajustada ($M0$), ou seja, o IPM. O IPM retrata a incidência da pobreza (H), que diz respeito a percentagem da população que é pobre e a intensidade da pobreza (A) que reflete a percentagem de privações acometidas sobre a população pobre (FAHELM; TELES, 2018).

Através da análise dos perfis de privação identificaremos as privações que acometem a população pobre em Varginha e ter uma visão da pobreza multidimensional no município. Para obtenção do IPM seguiremos as seguintes etapas: Estabelecer linhas de pobreza; aplicar a primeira linha de pobreza; contar o número de privações de cada indivíduo; estabelecer o segundo corte de pobreza (k); aplicar a linha k ; calcular a incidência (H); calcular o hiato de pobreza média (A); calcular a incidência ajustada (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017)

Para termos a primeira linha de corte da pobreza, onde identificaremos qual a pessoa considerada pobre dentro do IPM, cada indivíduo recebe uma pontuação de privação, obtida por meio das privações apresentadas nos indicadores do componente.

Cada pessoa recebe uma pontuação determinada pelo grau de privação vivenciado por sua família, ou seja, se a família é carente em n indicadores, todos os seus residentes também são carentes. Para cada indicador de privação, o indivíduo recebe um valor de i igual a 1 (um). Ou, se não houver privação o valor i é igual a 0 (zero). A pontuação é dada conforme o indivíduo é considerado privado seguindo os critérios abaixo (QUADRO 2):

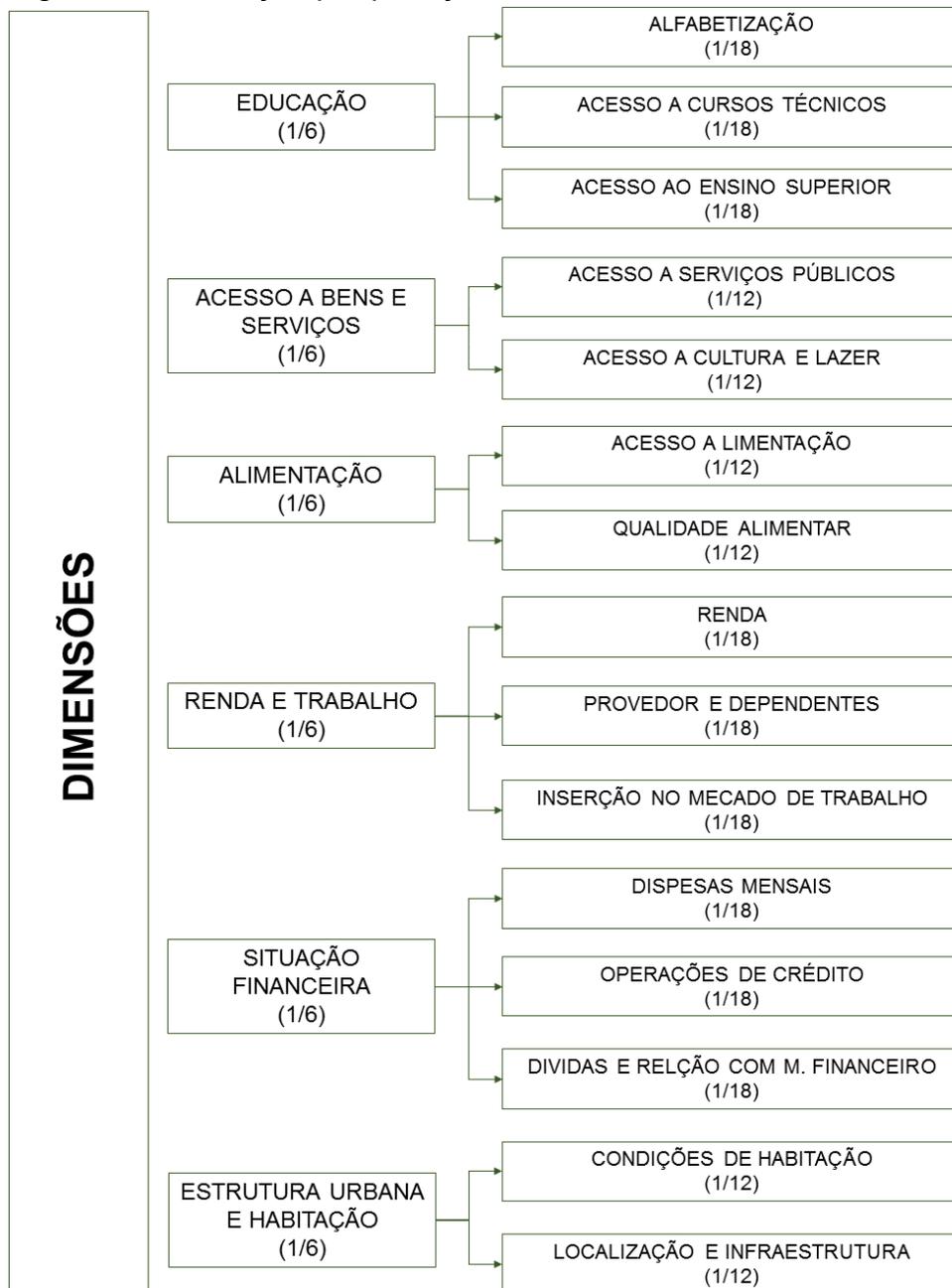
Quadro 2 – Quesitos adotados para ser considerado não privado no cálculo do IPM proposto.

Dimensões	Indicadores	Não privado se:
Educação	Alfabetização Acesso a cursos técnicos Acesso ao ensino superior	Não possui analfabetos na família; Os responsáveis possuem ensino fundamental completo; Alguém da família obteve acesso a cursos técnicos; Alguém da família possui acesso ao ensino superior;
Acesso a bens e serviços públicos	Acesso a serviços públicos Acesso à cultura e lazer	Considera o acesso a serviços básicos e serviços públicos bom ou ótimo; Se há espaços de lazer e cultura no bairro onde reside;
Estrutura Urbana e habitação	Condições da habitação Localização e infraestrutura	Se possui casa própria Se considera a estrutura da casa boa ou ótima; Se a proporção de quartos por número de pessoas é satisfatória; Se possui acesso a serviços de abastecimento elétrico, internet ou telefonia; Se descreve a estrutura do bairro como boa ou ótima; Se considera o transporte público no seu bairro bom ou ótimo;
Segurança Alimentar e Nutricional	Acesso à alimentação Qualidade alimentar	Se nunca sofreu privação alimentar; Se possui acesso algum auxílio alimentação; Se tem cinco ou mais refeições diárias; Se possui diariamente quatro ou mais grupos alimentares na dieta diária;
Renda e trabalho	Renda <i>per capita</i> Provedor e dependentes Inserção no mercado de trabalho	Se possui renda mensal de um salário-mínimo ou mais; Se há mais de um provedor na família; Se os provedores possuem renda fixa; Se não precisam de outras atividades para complementar a renda familiar;
Situação Financeira	Despesas mensais Operações de crédito Dívidas e relação com o mercado financeiro	Se não têm dificuldades de administrar as despesas mensais por não ter renda compatível, Possui acesso a crédito no mercado financeiro e não se encontra em condição de dívidas atrasadas.

Fonte: Autora (2022).

O peso (w) do indicador também é considerado no cálculo da pontuação. O IPM trabalhado é composto por seis dimensões, que têm a mesma importância no indicador e o mesmo peso, que equivale a $1/6$ ou $(0,166\dots)$. Este valor é dividido pelo número de indicadores incluídos na dimensão para obter o peso de cada dimensão. Exemplificando, o peso da dimensão educação é $1/6$ distribuído entre os três indicadores que agrega, portanto o peso de cada indicador corresponde a $1/18$ (FAHELM; TELES, 2018). A distribuição atribuída neste projeto se dá conforme organograma abaixo (FIGURA 4):

Figura 4 - Pontuação por privação



Fonte: Autora (2022).

Algebricamente temos a Equação 1, onde C_i refere-se à pontuação de pobreza atribuída ao indivíduo, resultado este obtido através da soma dos produtos de i (que apresenta a privação ou não em determinado indicador) e de w .

$$C_i = (w_1.i_1) + (w_2.i_2) + \dots (w_n.i_n) \quad (1)$$

A partir dos critérios estabelecidos aplica-se uma segunda linha de corte com intuito de identificar os pobres multidimensionalmente. A linha de corte é obtida através da parcela de privações que a família tem para ser lida como pobre (k), a qual o indivíduo é classificado como pobre se a pontuação obtida for igual ou maior que o limite de pobreza, dado pela inequação $c_i \geq k$ (FAHELM; TELES, 2018). No método de Alkire e Foster (2007), o valor k utilizado para calcular o IPM global corresponde a $1/3$, onde a privação total experimentada por um determinado indivíduo deve ser igual ou superior a $1/3$ é para que ele seja lido como pobre multidimensionalmente. Ou seja, há pobreza multidimensional quando $C_i > k$.

O IPM é obtido pelo produto de dois componentes. O primeiro corresponde à incidência de pobreza (H) em um determinado contexto. O (H) trata da proporção de indivíduos lidos como multidimensionalmente pobres (q), em relação ao número total de residentes na área em questão (n). Isto possibilita estabelecer a parcela da população pobre que é privada em algum aspecto. Podemos identificar a incidência por meio da Equação 2:

$$H = \frac{q}{n} \quad (2)$$

O segundo componente trata sobre intensidade da pobreza (A) que consiste em uma média ponderada das pontuações de privação experimentadas por indivíduos multidimensionalmente pobres. A média se refere ao grau de privação experimentado por aqueles que foram identificados como pobres. A pontuação média das pessoas lidas como multidimensionalmente pobres (A) é dada pela Equação 3 onde i é a pontuação de privação censurada do indivíduo e k as privações ponderadas (FAHEL; TELLES, 2018).

$$A = \frac{\sum_{i=1}^q C_i \cdot (k)}{q} \quad (3)$$

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) será obtido através do produto resultante da incidência (H) pela intensidade (A). Algebricamente teremos a seguinte Equação 4:

$$\text{IPM} = H \times A \quad (4)$$

Os resultados obtidos auxiliaram no entendimento dos diferentes níveis de privações dentro do município, tendo como base cada área censitária adotada. Além disto poderemos traçar um panorama geral da pobreza multidimensional na cidade bem como os valores de intensidade e incidência das privações.

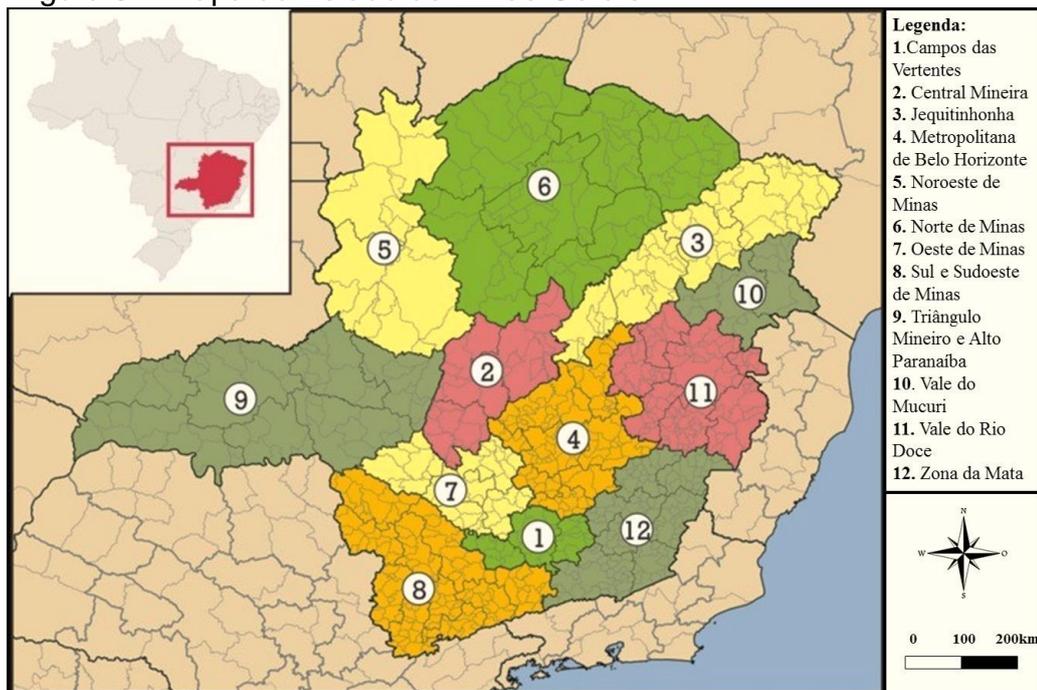
5 O MUNICÍPIO DE VARGINHA/MG

Neste capítulo apresentou-se as principais características regionais da A Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Varginha. Entender sua inserção urbana e socioeconômica dentro da rede urbana mineira auxilia a compreender a relevância de Varginha dentro do território. Após essa introdução levantamos o processo histórico de formação do município de Varginha, para entender como isto impactou nas características socioeconômicas atuais. A necessidade deste resgate está em entender onde se insere a pobreza dentro do contexto da cidade.

5.1 A REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA (RGINT) DE VARGINHA

O Estado de Minas Gerais foi dividido em doze macrorregiões de planejamento (FIGURA 5), devido a sua extensão territorial, com intuito organizar e operacionalizar. Esta divisão foi proposta em 1992 pela Fundação João Pinheiro (FJP), e é constituída pelas seguintes regiões: Campos dos Vertentes, Jequitinhonha e Mucuri; Metropolitana de Belo Horizonte; Norte de Minas; Noroeste; Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; Centro Oeste de Minas; Sul e Sudeste de Minas; Central; Zona da Mata e Vale de Rio Doce.

Figura 5 – Mapa do Estado de Minas Gerais



Fonte: Google maps adaptada pela autora (2022).

A fundação Vila da Campanha em 1798 é o marco inicial do processo de consolidação do Sul de Minas. A região foi marcada por um processo de urbanização e ordenamento distinto, pois havia uma preocupação por parte da elite e autoridades responsáveis por esse processo, que se apegavam na questão do desenvolvimento urbano e demonstravam preocupação com a civilidade de seus habitantes. Isto nos remete ao meio-técnico-científico descrito por Milton Santos (1993), onde o processo de modernização junto a descentralização levou grande parte da classe média e do trabalho intelectual para essas regiões fora do eixo São Paulo (MINAS GERAIS, 2014).

A localização privilegiada, em relação as principais áreas escravistas e do mercado consumidor da região Centro-Sul do Brasil, auxiliou no desenvolvimento e crescimento do Sul de Minas, o transformando em uma área de diversas atividades econômicas. Este processo tornou a região em uma produtora exponencial no ramo alimentício e na agropecuária, tornando uma das economias mais diversas do território brasileiro. A alta demanda mercadológica criou a necessidade de mão-de-obra no campo, colaborando para um aumento populacional (MINAS GERAIS, 2014).

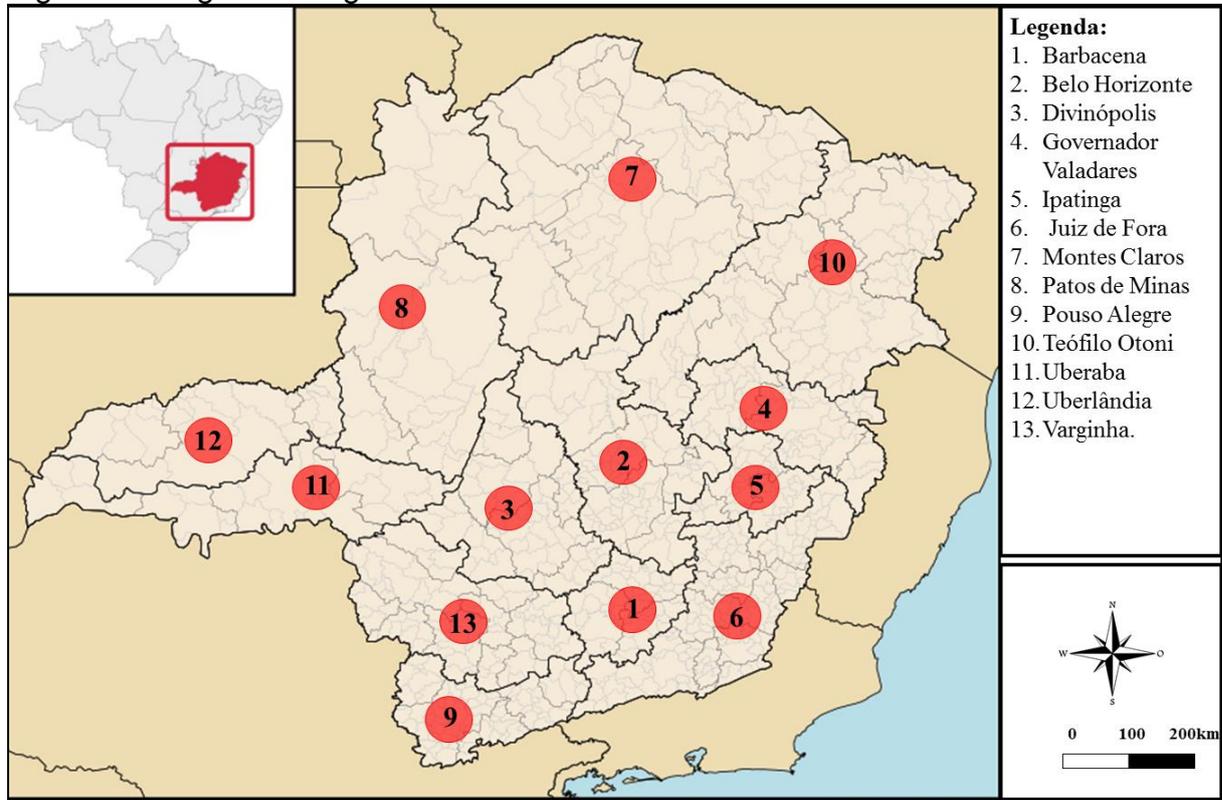
Na segunda metade do século XIX as transformações que ocorriam no país, como o fim da escravidão e o crescimento das cidades médias, somado a expansão da produção cafeeira na região corroborou ainda mais para um desenvolvimento acelerado do Sul de Minas. A consolidação do sistema capitalista brasileiro junto às transformações citadas criou uma expansão populacional de grande dimensão, movida pela busca de melhorias por parte da população negra recém liberta e a imigração europeia (MINAS GERAIS, 2014).

Durante o século XX a região se tornaria a principal produtora de café do Brasil, alavancando seus índices de desenvolvimento e crescimento econômico. Todo o processo histórico por qual passou o sul de Minas Gerais resultou em uma das regiões mais desenvolvidas dentro de Minas Gerais e do território brasileiro. O PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* atingiu a marca de R\$ 16.862,00 (dezesesseis mil e oitocentos e sessenta e dois reais) em 2010, sendo o segundo maior do estado (IBGE, 2010).

Desde 2017 usa-se como divisão territorial as Regiões Geográficas Intermediárias e imediatas. Dentro desta nova proposta o Estado de Minas Gerais é dividido em treze regiões intermediarias (FIGURA 6). Esta divisão é constituída pelas

seguintes regiões: Barbacena, Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Figura 6 - Regiões Geográficas Intermediárias de Minas Gerais



Fonte: Google maps adaptada pela autora (2022).

A Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Varginha é composta por 82 municípios, que representa 9,6% dos municípios de Minas Gerais (FJP, 2021). Sua população é de cerca de 1.628.600, o que corresponde a 7,8% de sua população total do estado. As regiões imediatas que a compõe são Varginha, Passos, Alfenas, Lavras, Guaxupé, Três Corações, Três Pontas/Boa Esperança e São Sebastiao do Paraíso (FJP, 2021).

A área territorial das cidades que a compõe é de 36.871,72 km², equivalente a 6,28 % da área total (586.783,23 de km²) do estado de Minas Gerais. Uma característica territorial da região é o fato de que a área média dos municípios da RGInt Varginha é 449,66 km², sendo inferior à área média dos municípios de Minas Gerais (687,91 km²) (FJP, 2021).

A Região Geográfica Intermediária de Varginha possui relevância entre as regiões intermediarias brasileiras, possuindo 6,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do

país em 2017, o quinto maior das RGInt do país (FJP, 2021). Destacam-se os municípios de Varginha, Alfenas, Lavras, Passos e Três Corações. A produção da indústria de Varginha da RGInt no total do estado é composta por 14,2% (R\$ 4,07 bilhões) na agropecuária, 5,2% (R\$ 6,63 bilhões) na indústria, 6,9% (R\$ 17,70 bilhões) no setor de serviços e 7,6% (R\$ 6,82 bilhões) em administração, educação e saúde pública, defesa e previdência social. A agricultura possui grande importância na economia regional, com destaque para a produção de café, e o papel catalisador na administração pública (FJP, 2021).

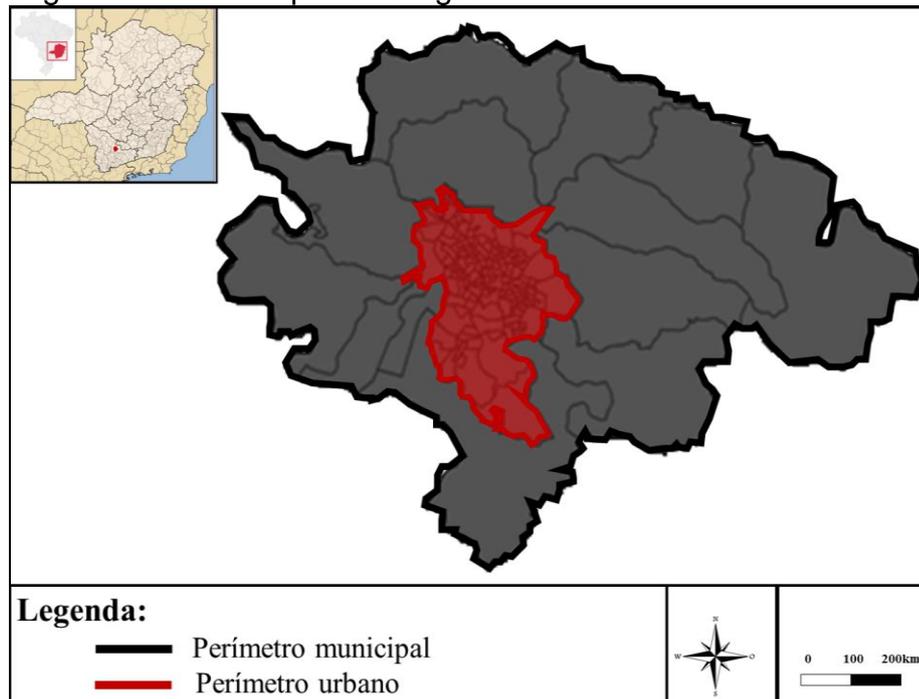
Segundo os resultados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS, 2018) observa-se que a região comporta 1,4% das cidades mais pobres do estado e 0,5% da população do estado que vive em municípios pobres. Em contrapartida, a RGInt concentra 16,4% das cidades abastadas do estado e 9,1% da população do estado vive em cidades abastadas (FJP, 2021).

Pode-se observar que na RGInt de Varginha tem uma taxa de privação de muito menor do que Minas Gerais e uma afluência muito maior tanto em termos de cidade quanto de população. No RGInt, apenas 3,7% dos municípios são pobres, enquanto 42,7% são ricos, contra 25% e 25,1% no estado. Na RGInt, apenas 0,6% da população vive em cidades pobres, com 68,3% em cidades ricas. No estado, esses percentuais foram de 10,3% e 58,4%, respectivamente. Isso mostra que, em geral, as cidades mais pobres têm menor contingente populacional e as cidades mais afluentes tem maior número (FJP, 2021).

5.2 VARGINHA: POBREZA E DESENVOLVIMENTO

O município de Varginha (FIGURA 7) fica localizado na região do Sul de Minas Gerais. A cidade está localizada na bacia do rio Grande e é banhado pelo Rio Verde, que é formador do braço sul da represa de Furnas. A cidade faz divisa com os municípios de Três Corações, Elói Mendes, Monsenhor Paulo, Três Pontas e Carmo da Cachoeira. A área territorial da cidade é de 395,396 km².

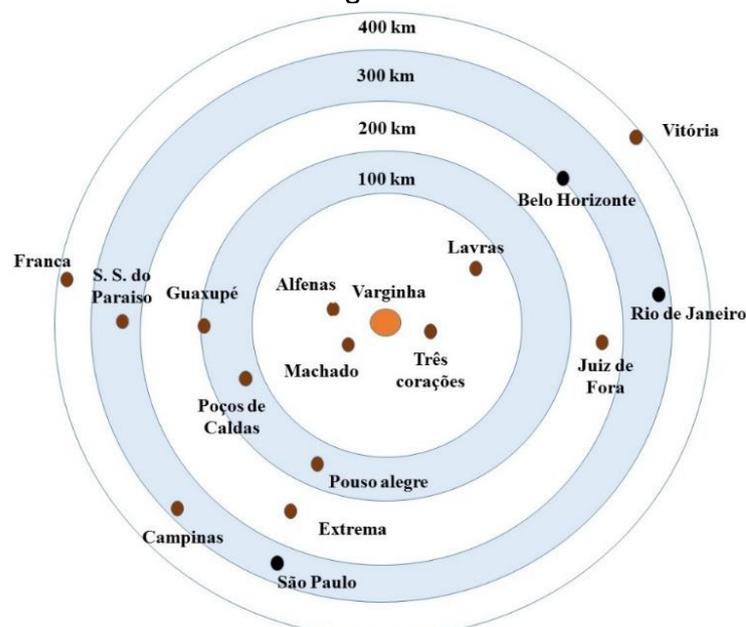
Figura 7 - O município de Varginha/MG.



Fonte: Google maps/wikitravel adaptada pela autora (2022).

A cidade possui localização estratégica (FIGURA 8) para circulação de bens e serviços. Possui proximidade a outras cidades médias de grande relevância, além de ser equidistante aos principais centros econômicos do território (São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro). Isso auxilia no escoamento de produtos e intermediação entre os grandes polos e as cidades locais, além de atrair o setor industrial.

Figura 8 - Distância entre Varginha e os demais centros urbanos



Fonte: Adaptado pela autora com base em dados do Porto Seco Sul de Minas (2022).

O povoado de Catanduvras, que deu início a cidade de Varginha, surgiu em meados de 1785 entre a Vila de Campanha ao Três Pontas. O município até então ligado a Três Pontas, emancipou-se em 1882. A expansão da produção cafeeira modificou as dinâmicas territoriais e trouxe a introdução das casas comerciais e as ferrovias, o espaço rural e urbano passam a coexistir. Ferreira (2017) trata de como a introdução do sistema ferroviário modifica a economia local, pois tornou mais viável o comércio, transformando tanto o fluxo de mercadoria quanto o de pessoas.

A introdução das estradas de ferro beneficiou Varginha, a medida em que a transformou em local de comercialização e escoamento de produtos produzidos na cidade e redondezas. Nota-se aqui o início de Varginha como ponto importante na rede urbana local, o que impactaria a relevância do município no Sul de Minas Gerais (FERREIRA, 2017).

O processo de urbanização varginhense foi marcado pela diversidade dos padrões de consumo, criados por uma elite agrária que, para além de padrões de consumo referente a bens e serviços, incorporou esses padrões nas formas de ocupação do espaço urbano. A modernização trazida resultou em uma diferenciação social, pois a forma de composição dos padrões de consumo do espaço urbano excluiu aqueles que não possuíam condições de habitar aquele local (FERREIRA, 2017).

A cidade se enquadra no conceito de cidade média, descrito como os municípios que possui população entre 100.000 a 500.000 habitantes (IBGE, 2010). Para além do conceito, o município é polo regional do Sul de Minas Gerais, sendo espaço central em questões de saúde, serviços e trabalho. A taxa de urbanização (FIGURA 9) do município passou de 95,57% para 96,73% nos últimos dez anos (IBGE, 2010).

Figura 9 - Crescimento urbano de Varginha/MG.



Fonte: Autora (2022) com base no Plano Quadrienal de Assistência Social do Município de Varginha (2020).

A reestruturação produtiva e econômica, ocasionada pela modernização a partir dos anos de 1970, transformou Varginha na cidade com maior posição hierárquica do Sul de Minas. O município influi diretamente em uma rede urbana composta por 82 municípios, sendo lida como uma cidade média de nível superior (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007). As cidades médias de nível superior são aquelas que possuem, para além de sua influência e domínio na rede urbana a qual está inserido, relações para além de sua rede hierárquica. Estas cidades têm como características o desenvolvimento conjunto da indústria, do comércio e serviços, como é o caso do município de Varginha.

Novamente retornamos ao desenvolvimento poligonal descrito por Lemos (2003), onde novos polos regionais em crescimento concentram uma grande parte das atividades econômicas. O Sul de Minas se encontra dentro deste polígono de desenvolvimento, o que torna Varginha em um polo de concentração econômica. Lima e Silveira (2017) relacionam o crescimento destes polos com o desenvolvimento nacional, para os autores as zonas de desenvolvimento são estimuladas pelo desempenho econômico destas localidades.

Varginha se destaca como centro polarizador regional nas áreas de serviços e saúde, bem como nas atividades financeiras e na educação superior. Esses parâmetros de desenvolvimento urbano e regional são adotados pelo REGIC 2007 (IBGE, 2008) e usados para caracterizar os polos regionais de cada localidade. Todo o processo econômico e urbano pelo qual passou o município colaborou para os atuais índices econômicos e a estrutura urbana vigente (RODRIGUES, 2018).

O processo de urbanização, descentralização e incentivo de crescimento nas cidades médias impactou diretamente a questão populacional no município. No período entre 1991 e 2000, a cidade teve um aumento populacional de 2,40% e entre 2000 e 2010 de 1,22%. Traçando um comparativo em âmbito federal, esse crescimento foi de 1,17% e 1,63% nesse período respectivamente (IBGE, 2010).

A população atualmente está estimada de 136.602 e densidade demográfica de aproximadamente 340 habitantes por km² (IBGE, 2020). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população de Varginha teve um aumento percentual 1,22% entre 2000 e 2010, em contrapartida no território brasileiro esse crescimento foi de 1,17%, no mesmo período.

Referente às questões sociais, houve um salto considerável no que tange o Índice de Desenvolvimento Humano (IDMH). Do período de 1991 a 2010, o IDHM

cresceu de 0,591 para 0,778. O IDHM é um dos principais parâmetros para medir a qualidade de vida dos municípios, Varginha está na 7ª posição no ranking mineiro (e, portanto, entre os melhores municípios mineiros) e 145ª na classificação nacional.

Os índices econômicos e de desenvolvimento social apresentados pelo município demonstram que a região pode ser lida como um local próspero, mas ainda assim há parte da população vivendo em situação de pobreza. Isto suscita a necessidade de compreender como se dá a pobreza em regiões ricas não metropolitanas, como é o caso da cidade.

Varginha apresenta um diagnóstico social elaborado pela Secretária Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social (SEHAD) do Município, realizado a cada quatro anos, para levantar a condição social da população visando então traçar metas para aplicação de políticas públicas.

Optou-se por apresentar os índices de pobreza por meio do diagnóstico municipal por entender que são estes dados usados pelos órgãos municipais responsáveis para aplicação de medidas paliativas para os problemas apresentados. Toda a assistência social é feita a partir dos resultados obtidos no diagnóstico, o acompanhamento das famílias em vulnerabilidade social e aquelas que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza.

Os dados apresentados pelo Plano Quadrienal de Assistência Social 2017/2020 têm como intuito construir um perfil socioterritorial com a finalidade de trazer luz sobre os problemas e vulnerabilidades sociais presentes no município. Através dos resultados obtidos é traçado as metas e formas de aplicação de políticas públicas de combate à pobreza. Todo esse diagnóstico é feito tendo como base nos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010). Para isso o município é zoneado em cinco centros de referência da assistência social de nível municipal – CRAS (VARGINHA, 2017), obtidos a partir das regiões censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os indicadores analisados são de natureza demográfica, renda, saúde, saneamento básico, educacionais, hospitalares e violência. Os CRAS possuem uma população de 121.172 habitantes distribuídos nas 5 áreas de referência (TABELA 1).

Tabela 1 - População por CRAS de referência no município de Varginha/MG.

	CRAS I	CRAS II	CRAS III	CRAS IV	CRAS V
População total	36286	39244	21071	21271	3300

Fonte: Diagnóstico social quadrienal (VARGINHA, 2017).

Dentro dos indicadores de renda nota-se que menos de cinco por cento da população se encontra abaixo a linha da pobreza, se considerar o valor de 1/4 do salário-mínimo adotado no território brasileiro (VARGINHA, 2017). Apesar de entender que apenas a renda não é suficiente para abarcar a pobreza em todas suas dimensões, não se pode ignorar o uso deste indicador como meio de aplicação de políticas públicas, além do fato de que este é o principal parâmetro para determinar a pobreza no município.

48,7% dos moradores da cidade são do gênero masculino e 51,3% feminino. No mesmo ano de 2010, a população residente era basicamente urbana, equivalente a 96,7% dos habitantes (IBGE, 2017). Em termos econômicos, a população ocupada do município é de 45.338 pessoas, um indicador acima da média nacional (IBGE, 2017).

As condições sanitárias básicas mostram que 98% dos moradores urbanos têm acesso à água na rede; 99,5% dos moradores e o índice de cumprimento de esgoto doméstico atingiu 99,8%.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é responsável em oferecer apoio, orientação e acompanhamento de famílias ou indivíduos que se encontram em risco social. No levantamento feito de famílias e pessoas atendidas pelo PAEFI em Varginha a população assistida corresponde a aproximadamente 17% da população total. As famílias em situação de pobreza e extrema pobreza correspondem a menos de 2% da população total (VARGINHA, 2017).

A classificação da população em pobreza e extrema pobreza segue os indicadores de renda. O diagnóstico social demonstra os baixos índices de pobreza no município. Ainda sim nota-se certa estagnação nos índices nos últimos dez anos. Isto mostra a necessidade de compreender a pobreza dentro da cidade.

6 O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM VARGINHA

A discussão presente neste capítulo é dividida em três seções. A primeira seção, intitulada de “resultados dos indicadores para varginha-mg”, aborda os resultados e particularidades encontrados dentro de cada dimensão, como forma de obter um panorama mais minucioso sobre os aspectos de pobreza em Varginha-MG por meio da identificação dos indicadores que mais contribuem para o resultado obtido.

A segunda seção, intitulada “análise do indicador de pobreza multidimensional (IPM)”, apresenta uma análise do IPM para o município, observando seu comportamento em cada área censitária adotada. Por último, a seção “padrão morfológico-funcional e pobreza” traz uma análise entre pobreza multidimensional e os resultados dos indicadores parciais, junto ao padrão morfológico-funcional da cidade média.

A análise sobre os resultados do IPM visa também compreender de que forma as privações se manifestam dentro do território e sua espacialização entre as áreas censitárias com base nos parâmetros adotados pela gestão municipal. Vincula-se os índices de pobreza encontrado e as carências sofridas por cada dimensão com a própria estruturação urbana da cidade. Por fim, apresenta-se uma correlação espacial junto as privações apresentadas, com base no padrão morfológico-funcional da cidade média adotada por Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007).

Conforme será mostrado, a pesquisa de campo realizada possibilita a introdução de um IPM para Varginha. Os questionários aplicados tornam possível uma testagem desse índice junto ao público-alvo. Contudo, deve-se esclarecer que os resultados obtidos ficaram limitados a esse recorte populacional de famílias inscritas no CRAS⁹ do município. Diante disso, tais resultados possivelmente não refletem a pobreza na cidade de Varginha como um todo, ou seja, considerando toda sua população, de diferentes classes, uma vez que a pobreza multidimensional pode também afetar parte das famílias não inscritas no CRAS – seja por não terem sido

⁹ Segundo o site oficial do Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>) podem se inscrever no Cadastro Único (2022) as famílias que possuem renda mensal por pessoa de até meio salário-mínimo; renda mensal familiar total de até três salários-mínimos; ou que possuem renda acima dessas, mas que estejam vinculadas ou pleiteando algum programa ou benefício que utilize o Cadastro Único em suas concessões.

identificadas, ou seja por não serem consideradas pobres segundo os critérios adotados, mas criam uma base para a aplicação do IPM proposto.

Sobre a pesquisa de campo conduzida, em linhas gerais, observa-se pelo perfil dos entrevistados que a faixa etária do responsável pelo domicílio possui uma margem de variação extensa, entre 22 a 89 anos. Dentro desse grupo 81,6% são do sexo feminino e 18,8% masculino. Além disso, entre as famílias pesquisadas 62,5% têm a mãe como principal responsável pelo imóvel.

Há um alto número de dependentes, com 31,3% dos entrevistados alegando possuir quatro dependentes ou mais, o que impacta diretamente nos resultados finais obtidos por meio do IPM. Por último, nos quesitos cor e estado civil, 78,6% se declaram pretos ou pardos, 21,4% brancos, e não houve aqueles que se intitulam indígenas ou amarelos. Ainda sobre o total da amostra, 37,5% se declaram solteiros e 56,3% casados ou em união estável.

6.1 RESULTADOS DOS INDICADORES PARCIAIS PARA VARGINHA-MG

Esta seção aponta os resultados obtidos para os indicadores distribuídos nas dimensões Educação; Acesso e Bens e Serviços; Estrutura Urbana e Habitação; Segurança Alimentar e Nutricional; Renda e Trabalho e; Exclusão Financeira, no contexto das áreas censitárias do município de Varginha. Os resultados obtidos apontam as deficiências e necessidades vividas por parte da população entrevistada. O “estado de privação”, vivido por estes indivíduos, apresenta características distintas entre diferentes áreas censitárias dentro da cidade, evidenciando a heterogeneidade dentro do conceito de pobreza.

6.1.1 Dimensão de educação

A educação é uma das principais características ao se traçar um perfil dos indivíduos. Os índices educacionais estão intrínsecos a diferentes esferas sociais, dentre eles trabalho, pobreza e desigualdade de renda (OLIVEIRA; CARVALHO, 2008). As desigualdades socioeconômicas brasileiras refletem-se nos índices quanto maior o grau de pobreza, enquanto insuficiência de renda, maiores tendem ser as defasagens educacionais e falta de acesso enfrentado pelos indivíduos.

Portanto, a escolha da dimensão educação se dá pela sua importância dentro

dos problemas inerentes a pobreza. Schwartzman (2004) trata de como na América Latina, políticas de promoção da educação tem sido posta como instrumento de combate à pobreza e desigualdade. A autora pontua que a educação, enquanto capital humano, gera riqueza através do aumento da produtividade, além de corroborar com a redução da desigualdade social, visto que traria perspectiva de maiores oportunidades a todos.

Além disso, a educação, acima de tudo, é um direito de cidadania, e os ganhos sociais ao se investir em acesso igualitário a todos é imensurável. Freire (1987) defende que o ensino, enquanto pratica de liberdade, é o eixo estruturante na construção da cidadania e da ética, sendo aparato que integra e consolida a convivência em sociedade.

A educação pode auxiliar no combate à as desigualdades sociais e regionais, associada a políticas de fomento a saúde e assistência social. A educação brasileira, enquanto sinônimo de equidade social e distribuição de oportunidades, é mecanismo de acesso a informação e na construção do pensamento crítico da sociedade (FREIRE, 1987).

O indicador de alfabetização (TABELA 2) é o que apresenta cerca de 80% de pessoas não privadas, se considerando a população de 18 a 59 anos. Os responsáveis pelo domicílio embora não analfabetos, 41,3% têm apenas fundamental incompleto. O perfil dos entrevistados mostra que esta defasagem é mais presente entre a população idosa. Ao traçar um perfil dos entrevistados observou-se que 78% dos indivíduos com mais de 60 responsáveis pela sua residência não possuíam nenhum grau de escolaridade.

Tabela 2 - Resultado do questionário na dimensão de educação.

Dados	Frequência relativa das respostas (%)	
Há no domicílio membros que não podem ler ou escrever?	Sim	81,3
	Não	18,8
Qual grau de escolaridade dos responsáveis pelo domicílio	Fundamental incompleto	41,3
	Fundamental completo	6,3
	Ensino médio incompleto	21,7
	Ensino médio completo	12,1
	Ensino superior incompleto	0,0
	Ensino superior completo	6,3
Algun membro da família no domicílio teve acesso a cursos técnicos?	Sem escolaridade	12,5
	Sim	68,8
Se não, por qual motivo?	Não	31,3
	Falta de interesse	10,0
Algun membro da família teve acesso a curso superior?	Falta de oportunidades	90,0
	Sim	27,4
Se não, por qual motivo?	Não	72,6
	Falta de interesse	23,1
	Falta de oportunidades	76,9

Fonte: Autora (2022).

Na questão de acesso a cursos técnicos, 31,3% da população estudada teve privação neste indicador. Os cursos técnicos são interessantes para a população de baixa renda pois permite entrar no mercado de trabalho em uma ocupação relativamente qualificada em um tempo mais rápido. Destaca-se a experiência do PRONATEC¹⁰ (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego) como política de qualificação profissional, que promove a inclusão social por meio da participação de múltiplos atores sociais, e voltada para qualificação profissional, como forma de inclusão no mercado, seja no com base no salário, ou através de outras formas de geração de renda.

Quanto á fata de acesso ao ensino superior, esse número se mostra mais acentuado, com 72,6% da população privada. 76,9% dos indivíduos que não tiveram acesso a cursos técnicos ou ao ensino superior alegam que isso se deu pela falta de oportunidades. Percebe-se que quanto maior o grau de escolaridade, maior a privação sofrida, causada principalmente pela falta de oportunidades, como falta de

¹⁰ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2022).

vagas em universidade pública; necessidade de ingressar no mercado de trabalho desde cedo; ensino precário, vivenciada por essa parte da população.

6.1.2 Dimensão de acesso a bens e serviços básicos

A pobreza sob uma visão multidimensional está relacionada não apenas às privações materiais que a permeiam, mas às faltas no campo social, político e moral. A pobreza também é a escassez de direitos, acessos, possibilidades e esperança (YASBECK, 1996). A privação material, manifestada em baixos rendimentos e baixos níveis de consumo, está no cerne do problema e leva a outros problemas, como saúde e habitação (CODES, 2008).

Os bens de consumo obtidos por parte da população se tornam um “não direito” para os mais pobres e, muitas vezes, tal restrição cria restrições estruturais que limitam suas oportunidades de desenvolvimento e a possibilidade de viver com dignidade e segurança (CAMPELLO, 2017). As limitações que se criam pela falta de acesso impactam diretamente na qualidade de vida da população pobre, mitigando suas liberdades e seu direito de uma vida sem privação (SEN, 2000).

O acesso a serviços básicos é um indicador necessário em se tratando de acesso a liberdades (SEN, 2000). 31,3% dos entrevistados consideram o acesso a serviços como farmácia, comércios de grande porte, dentre outros no bairro em que vivem, como péssimo ou regular (TABELA 3). Serviços públicos básicos como UBS, hospitais e órgãos oficiais, apresentam 12,5% de famílias privadas.

Tabela 3 - Resultado do questionário na dimensão de acesso a bens e serviços.

		(continua)
Dados		Frequência relativa das respostas (%)
Como é o acesso a serviços básicos como farmácia, comércio no bairro de sua residência?	Péssimo	8,9
	Regular	22,4
	Bom	49,3
	Ótimo	19,4
E o acesso a serviços públicos em geral como escola, hospitais, UBS, órgão oficiais?	Péssimo	3,3
	Regular	9,2
	Bom	63,0
	Ótimo	24,5
Há espaços de lazer e cultura no seu bairro? Se sim: Quais?	Sim	56,3
	Não	43,8
	Praças	20,0
	Parques	20,0
	Quadras esportivas	0,0
	Outros	60,0

Tabela 3 - Resultado do questionário na dimensão de acesso a bens e serviços.
(conclusão)

Dados		Frequência relativa das respostas (%)
Se sim: Você utiliza esses espaços?	Sim	62,7
	Não	37,3
Se não utiliza: Por que não?	Falta de segurança	50,1
	Falta de interesse	2,3
Você sente necessidade de mais espaços com esse propósito?	Sim	75,0
	Não	6,3
	Indiferente	18,8

Fonte: Autora (2022).

Os espaços de cultura e lazer promovem a vida em comunidade e a socialização, além de contribuir para o bem-estar social. Conforme os resultados obtidos 43,8% alegam não haver espaços de lazer e cultura no bairro em que residem, mostrando uma deficiência da urbana nesta questão. Daqueles que alegam haver áreas de lazer próximo a suas residências, praças foram apontadas como principal meio. Foi citado o próprio CRAS, localizados nos bairros, como espaços que promovem atividades culturais. A necessidade de mais espaços para esse propósito é um ponto em comum para 75% dos entrevistados, que alegam sentir falta de locais de lazer e cultura; 18,8% responderam ser indiferentes à demanda.

Este cenário cria necessidades de deslocamentos para outros bairros mais equipados e, possivelmente, uma maior falta de identificação com o bairro. O isolamento e falta de acesso atrapalham diretamente a qualidade de vida da população, que precisa despender parte do seu tempo e dinheiro para ter acesso a estes bens e serviços básicos. O acesso à terra está diretamente relacionado ao processo de segregação. Corrêa (1995) aponta que a segregação sofrida pela população mais pobre está relacionada à divisão territorial em classes sociais.

Singer (1982) aponta como as áreas localizadas de melhor acesso são mais valorizadas e conseqüentemente mais caras, por esse motivo são ocupadas por classes de renda alta e a população pobre ocupa a áreas mais baratas, que em sua maioria são mal localizadas e não possui boa infraestrutura. Isso colabora para aflorar as desigualdades sociais dentro da cidade.

Compreender como o espaço é ocupado pelos agentes que nele habitam é essencial para a construção do próprio território (LEFEBVRE, 1983). Há um processo de segregação que dificulta o acesso da população residente ao conjunto coletivo de instrumentos disponibilizados pela cidade. A implementação, muitas

vezes, não leva em consideração as necessidades de toda população para acessar aos serviços. Para atender verdadeiramente as necessidades das pessoas, é preciso primeiro entender a urgência do cotidiano desses indivíduos e formular um planejamento urbano pautado nessas carências

6.1.3 Dimensão de estrutura urbana e habitação

O fenômeno da urbanização da pobreza aumentou significativamente o número de pobres nos centros urbanos. A estrutura das cidades não estava preparada para lidar com esse contingente populacional devido à falta de investimento público. Devido a isto, o ordenamento urbano se tornou um problema pungente, pois a população pobre, sem poder aquisitivo passou a ocupar áreas periféricas com pouca infraestrutura, ou até mesmo assentamentos ilegais e favelas, nas franjas urbanas, longe das áreas centrais, sem saneamento, acesso a transportes, pavimentação, arborização, acesso a bens e serviços (SINGER, 1982).

A habitação é um direito de todos (BRASIL,1988). “O direito à moradia não se consubstancia somente na construção de casas, mas compreende a qualidade de vida na totalidade” (DESORDI, 2015, p. 16). Estrutura urbana e condições de habitação evidenciam se a população tem alcançado seu pleno desenvolvimento.

A realidade habitacional urbana nos bairros estudados (TABELA 4) é marcada por 50% com habitação própria, o que se mostra um ponto positivo. Entretanto, parte dos entrevistados moram em bairros projetados por programas governamentais de habitação. Todavia, é importante ressaltar que a outra metade dos entrevistados ainda não possui residência própria. Quanto à qualidade da edificação, 77,8% consideram bom ou regular e 6,3% consideram a estrutura péssima. Esta dimensão apresenta os menores níveis de privação, mas aponta a necessidade de programas habitacionais como ferramenta para o combate à pobreza.

Tabela 4 - Resultado do questionário na dimensão de estrutura urbana e habitação.

Dados	Frequência relativa das respostas (%)	
Qual sua condição da habitação?	Própria	50,0
	Alugada	43,8
	Cedida	6,3
Considera a estrutura do domicílio?	Péssima	6,3
	Regular	21,7
	Bom	56,1
	Ótima	15,9
Quantas pessoas residem no domicílio?	1	6,3
	2	12,5
	3	25,0
	4 ou mais	56,3
Quantos quartos a casa possui?	1	0,0
	2	75,0
	3	25,0
	4 ou mais	0,0
A casa possui os seguintes cômodos:	Sala	93,8
	Cozinha	100,0
	Banheiro	100,0
	Quarto	100,0
	Área de serviço	75,0
Há acesso a alguns desses serviços no seu domicílio?	Internet	75,0
	Luz elétrica	100,0
	Água tratada/esgoto	100,0
Como você avalia a estrutura do bairro em que reside?	Péssima	18,8
	Regular	18,8
	Bom	56,3
	Ótima	6,3
Quanto à sua localização e transporte público?	Péssimo	37,5
	Regular	31,3
	Bom	12,5
	Ótimo	18,8
O bairro conta com coleta de lixo?	Sim	100,0
	Não	0,0

Fonte: Autora (2022).

Referente à estrutura da edificação, foi questionado sobre quais cômodos compunham a casa, entendendo que este requisito indica o espaço disponível e o conforto gerado por essa estrutura. Por meio das entrevistas pode-se observar que 98,4% das casas possuem sala, cozinha, quarto e banheiro. As residências, majoritariamente, possuem 2 ou 3 quartos. A maior defasagem se encontra nas casas sem área de serviço, que correspondem a 25%.

Observa-se que há uma alta densidade de moradores por residência, com predominância de 3 ou 4 pessoas residindo juntas. Traçando um comparativo com o

número de habitantes e o número de quartos, é possível identificar superlotação em alguns casos, o que afetaria diretamente a qualidade de vida dos residentes. Cerca de 79,3% possuem duas pessoas ou mais por quantidade de quarto.

Quanto à infraestrutura do bairro, 62,6% consideram boa ou ótima. Em contraste, quanto a questão da localização e transporte público, 68,8% consideram regular ou péssimo. Muito disso se deve à distância da área onde o entrevistado reside e o centro da cidade, onde ficam localizados grande parte dos bens e serviços e possivelmente do local de trabalho. Aqueles que se encontram afastados, nas áreas limítrofes das cidades, apresentam maior insatisfação quanto a localização e transporte público.

A questão de água tratada e esgoto mostra-se positiva com 100% da população com acesso a esses serviços, o que vai de encontro com os dados oficiais do município. A coleta de lixo também é presente em todas as habitações visitadas, que ocorre três vezes por semana.

6.1.4 Dimensão de segurança alimentar e nutricional

As condições de alimentação dos indivíduos são uma dimensão usualmente adotada por diferentes abordagens de pobreza. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) existe quando todas as pessoas têm acesso material, social e econômico em todos os momentos a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às suas necessidades alimentares e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (AZEVEDO, 2017).

A pobreza pode impedir o acesso normal à alimentação adequada, levando a fenômenos como fome e desnutrição (MAINARDES; RAIHER, 2018). Uma família que não possui SAN muitas vezes está em risco social, fragilizada pelas dificuldades impostas pelo baixo nível socioeconômico, como o desemprego, falta de moradia e educação adequadas e, muitas vezes, falta de acesso aos serviços de saúde (SOLYMOS, 2004).

A dimensão de SAN versa sobre o acesso, qualidade e diversidade alimentar. 84,97% das famílias entrevistadas sofrem de insegurança alimentar e nutricional. Nota-se por meio do indicador de acesso à alimentação (TABELA 5) que apesar dessas famílias já se encontrarem em um contexto de vulnerabilidade, apenas 12,5% dos entrevistados recebem alguma categoria de auxílio alimentar

governamental. O auxílio mais apontado pelos entrevistados é o auxílio Brasil, novo programa de assistência social de transferência direta e indireta de renda que engloba várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda, mas que não é destinado exclusivamente a questão alimentar.

Tabela 5 - Resultado do questionário na dimensão de segurança alimentar e nutricional.

Dados		Frequência relativa das respostas (%)
Recebe algum auxílio alimentar (governo/entidade)?	Sim	12,5
	Não	87,5
Já sofreu alguma privação alimentar?	Sim	56,3
	Não	43,8
	2021	2,0
	2020	4,6
Se sim, quando essa privação ocorreu?	Nos últimos cinco anos	15,4
	Há mais de cinco anos	78,0
Quantas refeições diárias a família faz?	1	0,0
	2	31,3
	3	12,5
	4	50,0
	5 ou mais	6,3
	Frutas	62,5
O que faz parte da sua alimentação diária?	Legumes	81,3
	Cereais	87,5
	Carnes	75,0
	Farinhas	50,0
	Leite	62,5
	Ovos	81,3
	Outros	56,3
Qual a frequência desses alimentos na sua refeição?	Sempre	32,7
	Às vezes	46,0
	Raramente	21,3

Fonte: Autora (2022).

A privação alimentar já acometeu 56,3% dos indivíduos, que alegam ter sofrido com a falta de alimento adequado em algum momento da vida. Desse grupo, 78% sofreram de privação há cinco anos ou mais e apenas 22% foram acometidos pela escassez nos últimos anos. O acesso a alimentação é uma questão básica para o bem-estar familiar e a qualidade de vida do indivíduo. A privação alimentar e a falta de acessos a alimentos variados afetam diretamente a saúde e o acesso as liberdades citadas por Sen (2000).

Parte dos entrevistados (43,8%) realiza 3 ou menos refeições diárias, abaixo do recomendado pelo Ministério da Saúde, que sugeri três refeições completas (café da manhã, almoço e janta), acrescidas de refeições menores como meio de garantir que se atenda às necessidades nutricionais do corpo. Vale salientar que dentre estes 31,3% realizam entre 1 a 2 refeições, apontando grande grau de privação para obter esse bem. Apenas 6,3% conseguem alcançar uma alimentação adequada.

Os dados amostrais sugerem que a população possui uma grande variedade alimentar, com consumo alto de legumes, cereais e ovos. Mais de 30% alegam ter acesso aos diferentes tipos de alimentos citados sempre, contra mais de 60%, cujo acesso se dá às vezes ou raramente. Isto abre um precedente para compreender que a privação em SAN pode ser ligada a falta de acesso a uma alimentação variada, mas também a frequência com que se obtém esses alimentos.

O indicador de qualidade alimentar aponta haver sim uma variedade alimentar, e acesso a diferentes grupos alimentares por grande parte das famílias, contudo esses alimentos não fazem parte das refeições diariamente, com 46% consumindo esses alimentos as vezes e 21,3% raramente. Como último adendo podemos levantar a hipótese de que a também há uma questão cultural, em que o número diário de refeições dialogue com os costumes dessa parcela da população.

6.1.5 Dimensão de renda e trabalho

Apesar das críticas quanto ao uso da renda como único fator para análise da pobreza, esse indicador corrobora com estudos acerca da pobreza multidimensional. Para Barros, Henriques e Mendonça (2000), a pobreza no Brasil está ligada a má distribuição dos recursos existentes, visto que se comparada a renda média brasileira à linha da pobreza, nota-se que a primeira é substancialmente superior, associando assim a intensidade da pobreza à concentração de renda.

Para Guimarães *et al.* (2017), o mercado de trabalho está no centro do mecanismo de redistribuição social, pois é a partir dele que a maioria das pessoas deriva suas condições de vida. As famílias em vulnerabilidade social são maioria entre os desempregados e em trabalhos informais e/ou precários. Entre os trabalhadores elegíveis para políticas públicas, a procura de emprego é um elemento estruturante de sua relevância no mercado de trabalho.

As famílias com renda mensal total entre um a dois salários mínimos

correspondem a 74,2% da amostra, sendo a maioria dos entrevistados (TABELA 6). Apenas 18,1% alegam possuir renda menor que um salário-mínimo e 7,7% recebem três salários ou mais. Isto provavelmente está ligado ao recorte populacional da pesquisa, que trabalhou com famílias vulneráveis já inscritas no CRAS, que tem como parâmetro para o cadastro as famílias com renda de até 3 salários-mínimos.

Tabela 6 - Resultado do questionário na dimensão de renda e trabalho.

Dados	Frequência relativa das respostas (%)	
Qual a renda domiciliar média mensal total?	Menor que 1 salário-mínimo	18,1
	De 1 a 2 salários-mínimos	74,2
	3 ou mais salários-mínimos	7,7
Quem é o principal responsável por prover as necessidades do domicílio?	Mãe	60,0
	Pai	40,0
	Outros membros	0,0
Quantos membros possuem trabalho formal em seu domicílio?	Não possui	20,0
	1	20,0
	2	60,0
	3	0,0
	4 ou mais	0,0
Quantos dependentes há na família (crianças, adolescentes e idosos)?	Não possui	18,8
	1	12,5
	2	12,5
	3	25,0
	4 ou mais	31,3
Situação trabalhista?	Desempregado	6,3
	Empregado informal	0,0
	Autônomo	12,5
	Empregado formal	74,9
	Aposentado ou pensionista	6,3
Precisa de complementar a renda com bicos, serviços informais, entre outros?	INSS	
	Sempre	43,8
	Às vezes	43,7
	Raramente	0
	Nunca	12,5

Fonte: Autora (2022).

Na presente pesquisa 68,8% possuem em suas famílias dois ou mais dependentes (crianças, idosos e adolescentes). A quantidade de dependentes vai impactar diretamente a questão da distribuição da renda, pois maior número de dependentes ocasiona maior gastos com insumos básicos. Por exemplo, se há duas famílias que possuem a mesma renda, mas a primeira não possui dependentes e a segunda possui dois ou mais, isso afetará diretamente o acesso a bens e insumos,

pois a segunda terá gastos maiores do que a primeira.

A situação trabalhista dos provedores aponta 12,5% de trabalhadores em ocupações informais e/ou autônomos. Dos entrevistados 74,9% possuem trabalho formal e 6,3% se encontram desempregados. Os resultados obtidos se acerca da relação entre trabalho informal diferem muito dos dados oficiais do PNAD/IBGE, na qual, entre aqueles que se encontram dentro de um perfil de pobreza de renda, aproximadamente 40% não possuem trabalho formal (PNAD, 2022). A porcentagem de desempregados também está abaixo da taxa nacional de 11,2% (PNAD, 2022), sendo este um resultado positivo. Contudo, mostra que ter um trabalho formal não os exime de se encontrar em vulnerabilidade.

Outro ponto é a necessidade de complementar a renda para sanar os gastos mensais. 43,8% alegam sempre necessitar complementar a renda com bicos, serviços informais entre outros, 43,7% atestam precisar às vezes e 12,5% raramente ou nunca. Conclui-se que a renda média na maioria das famílias estudadas não é suficiente para seus gastos, criando uma dependência de complemento por meio de serviços adicionais ou ajuda de outras formas.

6.1.6 Dimensão de exclusão financeira

Conforme o IBGE (2018), 34,5 milhões de brasileiros (16,7% do total da população) em idade adulta não possui nenhum acesso a serviços financeiros, como possuir uma conta bancária, cartões de débito ou conta poupança¹¹. Segundo a Comissão Europeia a exclusão financeira refere-se:

Ao processo em que as pessoas encontram dificuldades para acessar e/ou utilizar produtos e serviços financeiros no mercado tradicional que sejam adequados às suas necessidades e que as permitam levar uma vida social normal na sociedade a qual estão inseridas (LANA, p. 3, 2013).

A população de menor poder aquisitivo é a mais afetada por este processo, pois quanto menor a renda, maior a escassez de acesso a esses serviços (IBGE, 2018). Em comparação com outras, essas pessoas enfrentam dificuldades adicionais porque lidam com obstáculos intransponíveis em seu cotidiano e muitas

¹¹Esse número possivelmente foi bastante reduzido a partir de 2020, dado o auxílio emergencial implementado para conter efeitos da crise da pandemia e a necessidade de abertura de conta para recebê-lo, porém ainda não há dados concretos.

vezes essenciais para seu desenvolvimento social, como a obtenção de casa própria, financiamento educacionais e mesmo crédito para necessidades básicas (LANA, 2013).

Dos entrevistados, 56,3% possuem dificuldades de administrar suas despesas mensais (TABELA 7), na qual 50% atestam que o principal motivo para este fato é a renda insuficiente, seguido pela desorganização financeira (40%). As oscilações e aumento dos preços nos últimos anos, agravados pela crise causada pela pandemia, também afetou o gerenciamento financeira dessas famílias, cerca de 30% alegaram ter dificuldades ocasionadas pelo crescente preço dos bens e serviços.

Tabela 7 - Resultado do questionário na dimensão de exclusão financeira (continua)

Dados	Frequência relativa das respostas (%)
Possui dificuldades de administrar as despesas mensais do domicílio?	Sim 56,3 Não 43,8
Se sim, por qual motivo?	Renda insuficiente 50,0 Gastos inesperados 40,0 Aumento nas despesas 30,0 Desorganização financeira 30,0
Alguém do seu domicílio possui algum tipo de operação de crédito ou parcelamento?	Sim 37,5 Não 62,5
Se sim, por qual motivo?	Sanar necessidades básicas 57,1 Complemento de renda 28,6 Para compra de bens duráveis 14,3 Outros 0,0
Se não, por qual motivo?	Não teve necessidade; 37,1 Não teria condições de acesso (garantia; fiador; comprovantes; documentos); 34,3 Banco / agente não quis emprestar; 14,3 Juros altos / prazo incompatível 14,3
Alguém em seu domicílio possui dívidas?	Sim 62,5 Não 37,5

Tabela 7 - Resultado do questionário na dimensão de exclusão financeira
(conclusão)

Dados		Frequência relativa das respostas (%)
Essa dívida é:	Nova, ainda dentro do prazo, não comecei a pagar	0,0
	Nova, ainda dentro do prazo, já comecei a pagar	31,9
	Antiga (não conseguiu pagar todas as parcelas)	68,9
	Muito antiga, mas já venceu o prazo de cobrança	72,6
Por qual motivo não conseguiu quitar a dívida?	Desemprego	70,0
	Parcelas muito altas	20,0
	Tive de usar o recurso para outras despesas	10,0
	Outros	0,0

Fonte: Autora (2022).

As operações de crédito podem ser entendidas como todo e qualquer compromisso financeiro junto a uma instituição financeira (a exemplo dos bancos públicos e privados), organizações comerciais (que concedem crédito, fazem vendas a prazo) ou pessoa física (familiares e agiotagem). Estas transações financeiras são uma realidade distante para 62,5% do público-alvo. O acesso a esses serviços é limitado pela falta condições de garantia, fiador, comprovantes e documentos, ou pelos juros altos e prazo incompatível com as necessidades pessoais (62,9% dos entrevistados).

Quanto à parcela que possui algum tipo de operação de crédito, isto se deu como forma de sanar necessidades básicas e para complementar a renda (57,1% e 28,6%, respectivamente), apenas 14,3% usaram para aquisição de bens duráveis, o que tende a comprometer a renda futura, atrelada a obrigações de dívida. Nesse aspecto, o endividamento das famílias acaba por criar um ciclo vicioso, pois elas utilizam o crédito para sanar suas necessidades naquele determinado momento, mas o preço disto é um comprometimento futuro da sua renda (BAUMAN, 2010), no qual além dos gastos do dia-a-dia, possui também as parcelas do empréstimo feito, afetando sua renda e criando a necessidade de novos empréstimos, de variada natureza, para pagar essa nova dívida.

A dependência do crédito se tornou um fenômeno social marcado pela internalização das normas econômicas vigentes para o comportamento e a vida almejadas. Para Bauman (2010) esse fenômeno, no qual o indivíduo depende do crédito, vivendo sempre em dívida, se transformou em norma na vida de consumidor. Essa “vida a crédito”, tratada pelo autor, acentua e intensifica a pobreza, na medida que, além de não sanar todas as necessidades do indivíduo em determinado momento, ainda afeta toda sua gestão futura, um dinheiro que poderia ser usado para determinado fim e deslocado para o pagamento de dívidas.

As dívidas acometem 62,5% das famílias em questão, que não quitaram, principalmente em decorrência do desemprego (70%) ou de parcelas muito altas (20%). Observou-se que 48% possuem dívidas ainda dentro do prazo de pagamento, dos quais 12% ainda não começaram a pagar. 67% possuem dívidas já prescritas, que não foi possível pagar dentro do prazo. Confrontando os dados, 72% dos entrevistados que tiveram dívidas antigas, fora do prazo de cobrança, possuem novas dívidas na atualidade. Isso mostra que há um ciclo de dívidas, geradas pela baixa capacidade de obtenção de renda, não possibilitando o pagamento de antigas dívidas, ao mesmo tempo que gera a necessidade de novas dívidas, que possivelmente só serão alcançadas em termos e condições ainda mais desfavoráveis.

6.2 ANÁLISE DO INDICADOR DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM)

As manifestações concretas da pobreza são variadas dentro do território e os indicadores socioeconômicos adotados descrevem o ambiente que os moradores vivenciam. Para condensar as informações resultantes do tratamento dos dados, aplicou-se o Índice de Pobreza Dimensional (IPM), que forneça um resumo do grau de privação em relação às necessidades básicas. Esta seção tem como objetivo interpretar e explicar os resultados obtidos durante a etapa de agregação, analisando as privações sofridas, bem como a incidência da pobreza (H) e a intensidade (A), e por fim o produto desses dois componentes, o próprio índice de pobreza multidimensional (IPM).

Para a análise do IPM na cidade de Varginha, desenvolveu-se um estudo desagregado nas regiões censitárias utilizadas pelos respectivos CRAS. Essas áreas têm como base a distribuição censitária utilizada pelo IBGE (2021) e a escolha

por essa divisão se deu pela própria configuração municipal de Assistência Social e que as usa como parâmetro para gerir o território e a aplicação de políticas públicas. Observa-se por meio dos resultados encontrados as diferenças e singularidades sociais entre as áreas de estudo, bem como as características da população de cada região. Este modelo de agregação auxilia na concepção de políticas públicas voltadas para necessidade específica em cada região.

Para obter uma melhor compreensão do produto final do IPM, é importante compreender a contribuição de cada dimensão na pobreza total. A quantidade de dimensões bem como seus valores influenciam diretamente a composição do índice. Um mesmo grupo de estudo, como é o caso do recorte feito nessa pesquisa, pode ter diferentes resultados, com menor ou maior porcentagem de pessoas multidimensionalmente pobres, a depender dos indicadores adotados. Os resultados obtidos por dimensão, tanto por região censitária, quanto para o município de forma geral, podem ser observados por meio da Tabela 8.

Tabela 8 - Resultado da privação sofrida por dimensão nos CRAS de referência e no município.

CRAS	Privação por dimensão					
	Educação	Acesso a bens e serviços públicos	Estrutura Urbana e habitação	Segurança Alimentar e Nutricional	Renda e trabalho	Situação Financeira
I	6,17%	41,65%	49,98%	83,30%	10,79%	18,50%
II	4,63%	-	49,98%	74,97%	13,88%	23,13%
III	9,25%	83,30%	58,31%	83,30%	15,42%	21,58%
IV	27,75%	49,98%	74,97%	99,96%	18,50%	18,50%
V	10,79%	99,96%	91,63%	66,64%	16,96%	20,04%
MUNICÍPIO	12,03%	56,64%	68,31%	84,97%	15,42%	20,97%

Fonte: Autora (2022).

O CRAS V possui os maiores índices de privação nas dimensões de Acesso a bens e serviços públicos e Estrutura Urbana e habitação com 99,96% e 91,63%, respectivamente. Em contrapartida o CRAS II apresenta o menor valor nessas categorias (0% e 49,98%), sendo o único que possui uma dimensão com porcentagem zerada (Acesso a bens e serviços públicos), o que demonstra que nenhum dos indivíduos entrevistados se sentem privados nessa questão. Ambas as dimensões estão ligadas a própria estrutura urbana da cidade e sua distribuição desigual. As áreas periféricas tendem a ter menor oferta de serviços o que agrava a

pobreza nessas localidades.

A dimensão de segurança alimentar apresenta a maior porcentagem de pessoas privadas no contexto do município, o que alerta para o fato de que o acesso à alimentação de qualidade ainda é um ponto a ser trabalhado, pois grande parte do público-alvo ainda não possui acesso adequado, além de já ter sofrido com a falta de alimentos em um período da vida. Dentro deste quesito as áreas com maior número foram os CRAS IV (99,96%), CRAS I (83,30%) e CRAS III (83,30%).

O menor grau de privação ficou por conta da Educação, com 12,03% de famílias privadas no município. Muito se deve pela baixa taxa de domicílios com habitantes analfabetos, ou seja, que não sabem ler ou escrever. Todavia, ainda é uma porcentagem considerável se comparados com dados oficiais, que contabilizam da população apenas 3,64% da população como analfabeta (IBGE, 2010). Há também o fato de que apesar do baixo índice de analfabetismo, os resultados apresentados na seção anterior apontam que parcela considerável de população com ensino básico incompleto. Diante disto subentende-se que o número de pessoas sem acesso à educação é maior entre aqueles que se encontram nas camadas mais pobres da sociedade.

A situação financeira é uma dimensão pouco explorada no que tange a estudos sobre pobreza multidimensional, há poucos dados para comparação com os resultados obtidos. O que se observa é valores próximos entre as diferentes áreas, variando entre 18,50% (CRAS I e IV) à 23,13% (CRAS II). A questão que mais contribui para esses valores são as dívidas com o sistema financeiro e a dificuldade de pagamento das parcelas.

A dimensão de renda e trabalho é a que mais chama a atenção, pois possui uma porcentagem de 15,42% no município, sendo este um valor abaixo do esperado. Como dito no tópico anterior, segundo o PNAD (2022) grande parte da população lida como pobre encontra-se em trabalhos informais ou em situação de desemprego. Por isso era esperado um resultado com valores maiores devido ao recorte populacional feito neste trabalho. Porém os resultados mostram que, em sua maioria, os entrevistados possuem trabalho formal.

Durante a análise dos resultados levantou-se a hipótese da possibilidade de não entendimento do que seria trabalho formal por parte dos entrevistados. Trabalho formal pode ser entendido como a ocupação principal do indivíduo, mas não necessariamente respaldado pela CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social).

A leitura errônea da questão pode afetar os resultados. Um exemplo hipotético apontado durante a análise dos resultados é o caso de uma diarista, que apesar de não possuir vínculo empregatício formal, o considera seu trabalho formal. Esse desentendimento pode ter relação com os baixos níveis de privação nesta categoria, contrariando as estatísticas de órgãos oficiais como o IBGE

Todavia deve-se ter em mente que esse resultado reflete apenas uma pequena parte da população inscrita no CRAS. Levando em consideração a metodologia adotada, onde os entrevistados foram escolhidos por amostragem não probabilística por conveniência, uma amostragem maior, ou até mesmo diferente, poderia apresentar resultados diversos. Dentro da parcela estudada o que se nota é que as baixas privações em renda e trabalho não influenciam nas demais dimensões e aponta que a renda obtida pelo trabalho formal não é suficiente para por exemplo ter acesso a SAN adequada, visto que esta é a dimensão com maiores índices.

O IPM é instrumentalizado a partir do produto dos valores de H e A. O H, traduzido do termo *Headcount*, corresponde à incidência da pobreza em um dado contexto e o A, originado de *Average*, referisse ao hiato da pobreza, ou seja, a intensidade em que a pobreza acomete aqueles tidos como pobre. Conforme a Tabela 9 pode-se observar os valores encontrados para as respectivas variáveis.

Tabela 9 - Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para Varginha (MG) para as categorias de incidência (H) e intensidade (A) (janeiro de 2022).

CRAS	H	A	IPM
I	35,06%	0,84	0,30
II	27,76%	0,87	0,24
III	45,19%	0,90	0,41
IV	48,28%	0,97	0,47
V	51,00%	0,99	0,50
Município	43,05%	0,86	0,37

Fonte: Autora (2022).

A incidência da pobreza (H) apresenta a porcentagem populacional que não tem suas necessidades básicas atendidas em relação ao total de habitantes. O H não se relaciona ao número de privações que recai sobre os indivíduos tidos como pobre. A exemplo disto pode-se citar o fato de que o índice não sofreria alterações, independente se uma pessoa fosse privada em três em vez de dois indicadores. No presente estudo, essa incidência foi calculada tendo como base o número de

famílias que participaram das entrevistas. Os resultados compreendem valores entre 0% a 100%, em que quanto maior a incidência maior o número de privações sofridas.

O município apresenta uma incidência de pobreza de 43,05%, segundo a amostra de entrevistados. De acordo com os dados analisados, os menores níveis de H foram identificados no CRAS II e o CRAS I que apresentam entre 27% e 35% de pessoas apontadas como multidimensionalmente pobres aproximadamente. A menor incidência, como pode ser observada, se encontra no CRAS II, que se localiza em uma área central, em contraste ao de menor valor (CRAS V), que fica localizado em uma região mais isolada.

Após obter o valor da incidência, a segunda parte do cálculo traz a variável que identifica a intensidade da pobreza (A), onde identifica-se o nível de carências sofridas pelos indivíduos que se enquadram nessa condição. Este indicador, diferente de (H), centra-se em captar em quantos indicadores em média os indivíduos classificados como pobres são privados.

Em se tratando da intensidade ou hiato da pobreza (A) da pobreza em Varginha, os resultados se mostram consideravelmente elevados, como se pode observar pela Tabela 9. Há entre o público alvo identificado como multidimensionalmente pobre um grau elevado de privação. No município, de maneira geral, o valor encontrado é de 0,86, sendo que os valores variam entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1 maior a carência detectada. A área com maior intensidade de pobreza média foi o CRAS V, seguido do IV e III, onde os pobres multidimensionalmente são privados em 99%, 97% e 90% dos indicadores, respectivamente. Os setores I e II apresentam os menores valores com 84% e 87% nesta ordem.

A maior parte das áreas censitárias do CRAS apresenta hiato médio de pobreza concentrados entre 80% a 99%, o que possibilita uma leitura de homogeneidade no fenômeno observado. Há uma correlação entre a intensidade e a incidência da pobreza, pois onde A possui maior valor paralelamente apresenta valores elevados de H. Todavia é importante pontuar que esse comportamento não é um resultado padrão, e que essa relação no estudo presente muito se deve pelas dimensões abordadas, principalmente aquelas atreladas a estrutura urbana e a localidade.

Após obter os valores de H e A, é possível estabelecer o IPM. O IPM de

Varginha observado na escala de 0 a 1 é de 0,37, sendo um valor relativamente considerável. O resultado para o município indica que a proporção da população pobre, dentro do recorte estudado, é de 37%, havendo uma pobreza significativa na população estudada.

O setor II possui o menor valor de indivíduos multidimensionalmente pobres com 24%, seguidos dos setores I e III com 31% e 41%, respectivamente. O setor IV possui 47% de pessoas privadas e o setor V possui o maior grau de privação com cerca de 50% da população entrevistadas dentro da faixa de multidimensionalmente pobre.

Os altos valores de privação na questão de acesso a bens e serviços, junto aos conferidos na dimensão de estrutura urbana e habitação, corroboraram diretamente para os valores elevados no CRAS V, uma vez que a maioria apontou problemas com ambas as questões, elevando as porcentagens finais. Ambas dimensões não estão diretamente ligadas a renda e trabalho, o que demonstra a importância de compreender a pobreza para além das questões monetárias.

Associar os dados obtidos aos recortes geográficos correspondentes possibilitou uma análise mais completa, que fornecesse um panorama das disparidades dentro da cidade, bem como uma visão localizada dos déficits vivenciados por cada setor censitário. As disparidades dentro da cidade apontam para a necessidade de enxergar o território como um espaço heterogêneo, formado por diferentes realidades, ao mesmo tempo em que demonstra a incidência e escala no espaço.

É importante salientar que os resultados aqui obtidos não representam um panorama real da cidade de Varginha, conforme já foi apontado, mas funcionam como um modelo teste para a proposta inicial desta pesquisa. A construção de um índice de pobreza multidimensional para o município perpassa por distintas etapas e as informações aqui apresentadas são uma base inicial de como funcionará e como deverá ser aplicado o IPM em estudos futuros.

6.3 PADRÃO MORFOLÓGICO-FUNCIONAL E POBREZA

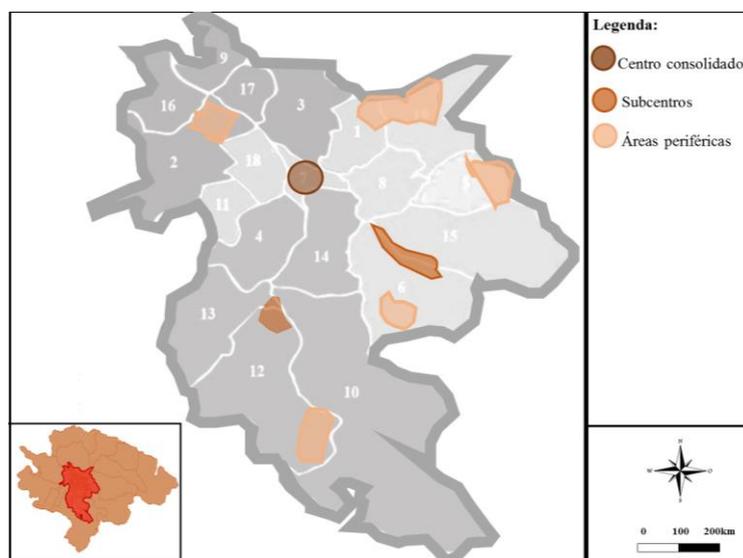
Dentro dos conceitos apresentados ao longo deste trabalho, pode-se classificar o município de Varginha como uma cidade média, situada à margem das redes urbanas hierarquizadas, sendo essencialmente administrativas. Dentro da

classificação proposta por Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007) para as cidades mineiras, Varginha/MG se classifica como cidade média de nível superior. O município se enquadra em diferentes conceituações e parâmetros, possibilitando formas variadas de leitura.

Dentro do padrão morfológico-funcional atribuído às cidades médias (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007), pretendeu-se analisar como se dá a pobreza dentro do território, quais privações sofridas se relacionam com a forma em que o município se estrutura. O padrão proposto setoriza a cidade em um centro já consolidado com um grande número de dispositivos atendendo espaços além das restrições puramente locais; diferentes sub-centros que atendem principalmente às necessidades da população local e as áreas periféricas que se instalam em áreas isoladas, em total descontinuidade.

Considerando as das características apontadas por Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007) pode-se entender que Varginha também apresenta em sua morfologia aspectos inerentes às cidades médias (FIGURA 10). O centro é ponto de partida para a estruturação urbana da cidade, ele funciona como um eixo de onde parte os outros bairros, apesar das diferenças territoriais.

Figura 10 - Padrão morfológico-funcional de Varginha/MG.



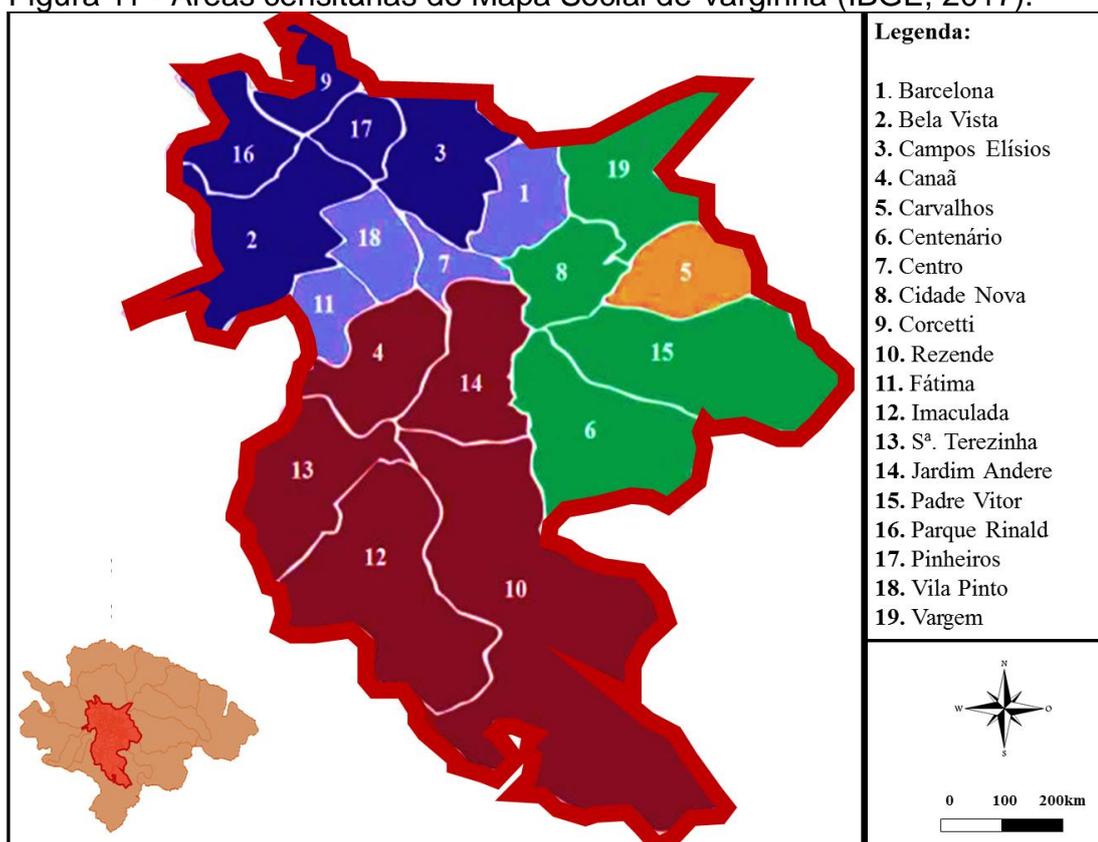
Fonte: Autora (2022).

Os subcentros são quase como continuidade do centro já consolidado, que apesar da distância são interligados, formando um eixo de acesso a serviços e comércio. Isso isola algumas áreas periféricas que não possuem proximidade nem com a área central e nem com esses novos locais de serviços. As áreas periféricas

no mapa evidenciam os saltos existentes dentro do território e os vazios urbanos.

Para uma melhor leitura da dinâmica proposta, esta seção não trabalhou com os CRAS de forma homogênea e sim com as áreas contidas nele (FIGURA 11). Os dezenove setores censitários seguem as delimitações propostas pelo IBGE (2020). Optou-se por fazer uma leitura mais pontual nas regiões entrevistadas pois os CRAS cobrem uma extensa área, o que pode gerar incompatibilidades entre locais que, apesar de dentro do mesmo setor censitário, possuem características bem diferentes. Os setores onde ocorreram as entrevistas foram o 4,5,6,7,8, 9 e 12. Conforme exposto, embora saiba-se que a cobertura de todos os setores traria uma leitura mais aprofundada da situação varginhense, devido às limitações da pesquisa, não foi possível cobrir toda a extensão do território.

Figura 11 - Áreas censitárias do Mapa Social de Varginha (IBGE, 2017).



Fonte: Autora (2022).

Na dimensão de educação apenas nos setores 6, 8 e 9 há membros na família maiores de 18 anos que não podem ler ou escrever. Quanto a escolaridade apenas no setor 8 há membros que não possui grau de estudo, em sua maioria os responsáveis pelo domicílio possuem ensino fundamental completo ou incompleto.

Um ponto a se destacar é o fato de, em quase todas as áreas de pesquisa, há escolas de ensino básico, o que facilita o acesso a esses espaços. Todavia não se pode associar a baixa escolaridade exclusivamente a falta de locais de ensino em determinada região. Sabe-se que a evasão escolar é causada por inúmeros fatores, sendo a dificuldade de acesso apenas um desses fatores. Quanto ao acesso a cursos técnicos, observa-se que ele se dá de uma forma mais difusa, com a maioria dos setores com indivíduos com acesso.

A dimensão de acesso e serviços é a que mais evidencia a forma em que se ocupa o território impacta direta nos graus de pobreza dos indivíduos. Os setores mais afastados do centro e sub centros (5, 9 e 12) são os que mais apresentam privações quanto ao acesso a serviços públicos e comércio. A maior incidência pode ser observada no setor 5, onde mais de 80% dos entrevistados se mostram insatisfeitos com a oferta de serviços no local em que reside.

A concentração de serviços em determinadas áreas, em contraste com a periferização de outras, cria um isolamento de parte da população, que fica dependente do transporte, em especial, o transporte coletivo, o que requer custo e tempo disponível, já que as linhas demoram, ou privado para sanar questões simples do dia a dia. Este processo é base da segregação socioespacial¹², que isola parte da população mais pobre em locais precários com estrutura de pouca qualidade.

Nesse aspecto, a localização das residências da população e a qualidade do transporte público apontam que, quanto mais afastados da região central, maior o descontentamento com o serviço ofertado por parte da população. Entre os que consideram o serviço péssimo ou regular, estão os setores 5, 6, 9 e 12, ambos residindo em locais afastados e que são mais dependentes do transporte coletivo. Apenas nos setores 7 e 4 o transporte é avaliado como ótimo.

A falta de espaços de cultura e lazer é ponto em comum entre os setores 12, 9 e 5. A cidade apresenta pouco locais com esse propósito, em diferentes regiões as famílias mencionam a necessidade de locais para tais atividades. Quanto àqueles

¹² O desenvolvimento e formação do espaço urbano brasileiro resultou na reprodução da desigualdade e segregação socioespacial no território nacional. Segundo Castells (1972 *apud* VILLAÇA, 1998) a segregação urbana tem como marca a organização socioespacial em zonas homogêneas, de grande disparidade social. Para o autor a segregação é decorrente do arranjo do produto entre os indivíduos e do ordenamento do produto-habituação no território. Esse arranjo está condicionado à forma de reprodução da força de trabalho junto a necessidades oriundas da estrutura social.

locais equipados com locais de cultura e lazer, o problema apontado é a falta de segurança e precariedade da estrutura. Ou seja, mais do que ofertar locais para esse propósito, é necessário garantir qualidade e segurança para que os indivíduos possam efetivamente usufruir.

A estrutura urbana também apresenta uma relação direta com a forma morfológica da cidade média. Os setores 7 e 6, que ficam próximos ao centro e subcentros, possuem melhor infraestrutura, em contrapartida setores como 5 e 9 possuem maiores privações por parte das famílias que ali residem. A cidade tende a concentrar melhor infraestrutura nas áreas de maior uso comum entre toda a população, e que possui mais serviços importantes para o funcionamento da mesma. A partir disto podemos ver que há um aumento da pobreza nas regiões periféricas e evidenciar a importância dessa dimensão na obtenção das liberdades.

As famílias não-privadas em relação a condição da moradia residem em maioria nos setores 5, 6 e 12. Essas áreas são fruto de programas sociais para obtenção a casas próprias executadas pelos órgãos governamentais, ou seja, grande parte das famílias que possuem casa própria em boa condição são contempladas por políticas públicas. Analisando esses setores e sua área de implantação, observa-se que são alocadas em regiões afastadas, corroborando para a segregação dessas famílias.

O setor 5 merece um destaque pois, apesar de todos que ali residem possuírem moradia própria, ainda assim há um alto nível de privação da dimensão de estrutura urbana e habitação. Diante disso, conclui-se que, apesar da moradia própria, questões como infraestrutura, qualidade da habitação e proporção entre número de quarto e número de moradores, ainda possuem um grande peso.

Essa questão aponta para o fato de que se deve não considerar apenas a construção da moradia em si, mas a estrutura urbana e localidade, além de ser necessário pensar nas dinâmicas sociais que ali ocorrem (LEFEBVRE, 1983). Para Abiko (1995, p. 12) a habitação popular não deve ser entendida meramente como um produto e sim como “um processo, com uma dimensão física, mas também como resultado de um processo complexo de produção com determinantes políticos, sociais, econômicos, jurídicos, ecológicos, tecnológicos”.

Em referência ao tema da segurança alimentar e nutricional, nos setores 4, 6, 7, 8 e 12, nenhum dos entrevistados é assistido por programa social de aquisição de alimentos. Nos setores 5 e 9, entrevistados informaram que recebiam algum tipo de

auxílio como o auxílio Brasil. Quanto a privação alimentar dentro os setores estudados, moradores dos setores 5, 9 e 12 contam com pessoas que sofreram privação em algum momento de suas vidas, totalizando 42% das áreas de pesquisa.

Apenas no setor 9 há uma ou mais famílias que realizam cinco refeições ou mais, contudo ainda é uma porcentagem baixa de apenas 14,3% se alimentando conforme o indicado. Nos demais setores a maior parte, cerca de 94%, realizam de três ou quatro refeições diárias, enquanto 6% realizam apenas duas refeições. Não foi identificado em nenhum setor pessoas que tivessem acesso a apenas uma refeição, o que indicaria uma extrema privação alimentar.

A renda que prevalece nos setores 4, 5, 7, 8, e 12 é de um a dois salários-mínimos. Os moradores com renda menor que um salário foram identificados nos setores 6 e 9, não havendo entre os setores aqueles que possuem três salários ou mais. No que tange a questão trabalhista, os setores 3 e 4 são os que apresentam maior nível de desemprego ou trabalho informal, novamente vê-se que esses locais se encontram em áreas mais isoladas, com acentuada pobreza e difícil acesso.

Por fim, na dimensão de exclusão financeira, o setor 7 apresenta maiores níveis de privação, com cerca de 74,3 % dos entrevistados com dificuldades de administrar as despesas mensais devido a renda insuficiente, aumento nas despesas ou gastos inesperados. Nos setores 7, 4 e 6, mais de 65% dos entrevistados não possuem qualquer tipo de operação crédito, o que pode sugerir maior grau de exclusão financeira. No que se refere às dívidas contraídas, os setores com maior número de pessoas com algum tipo de dívida se encontram no setor 12.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades médias têm um processo de urbanização e crescimento diferente das cidades grandes e cidades locais. A sua estruturação, os processos migratórios que ocorrem nessas localidades e suas tipologias resultam em processos diversos de manifestação da pobreza. Esta dissertação se propôs a construir um índice de pobreza multidimensional para o município de Varginha/MG, com intuito de compreender como se manifesta a pobreza na cidade. Este índice possibilitou traçar um panorama inicial, compreendendo os diferentes níveis de privação sofrido no território.

Observou-se que a diversidade na cidade, no que tange aos aspectos geográficos, econômicos e sociais possibilitam variados níveis de privação dentro de um mesmo agregado espacial. Os resultados obtidos mostram a importância de realizar estudos que se proponham a elucidar a realidade vivenciada em diferentes localidades, para identificar potencialidades e obstáculos em cenários específicos, potencializando estudos que fogem de conclusões generalizadas.

O município de Varginha é tido como um território rico, com altos índices de desenvolvimento humano e de renda. A cidade é um local catalisador de serviços, funcionando como polo regional, de extrema importância no eixo regional do qual está inserido. Essa constatação levou ao aprofundamento dos estudos sobre pobreza nessa localidade, pois se questiona o contraste entre o fato de, mesmo com alto níveis de desenvolvimento socioeconômico apontado por diferentes órgãos, a cidade possui focos consolidados de pobreza que se mantém na última década.

Para chegar ao objetivo principal deste trabalho, foi primeiramente realizado uma revisão teórica, dividida em duas linhas de pesquisa. O primeiro capítulo acerca do tema “pobreza” apontou os diferentes conceitos de pobreza trabalhados ao longo dos séculos, bem como suas formas de mensuração, culminando na pobreza multidimensional e o IPM. O segundo capítulo focou no estudo sobre as cidades médias e a pobreza, perpassando pela concepção do espaço urbano brasileiro e seu processo de urbanização, a definição e categorias de cidade média, a pobreza urbana e por fim sobre o desenvolvimento e pobreza nas cidades médias.

Por meio do aporte teórico adotou-se a noção de pobreza multidimensional, amparado pela abordagem da privação das capacidades básicas humanas (SEN, 2000). Dentro dessa linha teórica os fatores que acometem aqueles tidos como

pobres extrapolam a questão da renda, fundamentais para acesso a bem-estar e um padrão de vida digno. O acesso e capacidade de exercer suas liberdades são necessários para retirar o indivíduo da condição de pobreza e privação.

A metodologia utilizada apoiou-se no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), desenvolvida por Alkire e Foster (2007), divulgado em 2010 pelo PNUD, cujo objetivo é analisar os diferentes níveis de pobreza em diferentes localidades. O índice foi adaptado para as necessidades da cidade, por indicadores que possibilitariam uma melhor análise da condição de vida das pessoas do município. A forma de agregação de dados através de entrevistas foi utilizada para potencializar os resultados, obtendo um panorama mais atual e adequado ao estudo proposto.

Devido às limitações da pesquisa, como o número de famílias e o contexto de pandemia, os estudos de campo realizados possibilitaram a introdução do IPM para Varginha. A pesquisa foi realizada com um determinado público-alvo, que não reflete a população Varginhense na totalidade. Os resultados obtidos limitaram-se às reduções populacionais dos domicílios cadastrados no CRAS do município. Portanto, tais resultados podem não refletir a situação de pobreza em toda a cidade de Varginha, mas servir de base para a aplicação do IPM proposto, possibilitando estudos futuros.

As dimensões consideradas nessa análise foram: educação, Acesso a bens e serviços públicos básicos, Estrutura Urbana, Segurança Alimentar e Nutricional, Exclusão Financeira, Renda e Trabalho. As variáveis adotadas para cada dimensão possibilitaram uma leitura tanto de forma desagregada, quanto adensado por meio do IPM, calculado para cada setor censitário.

A dimensão de educação é a que apresenta menores valores de privação, o que muito se deve a questão da alfabetização. Observou-se, dentro desta variável, baixo número de analfabeto, bem como membros sem grau de escolaridade. Contudo, parte dos entrevistados não possui ensino fundamental completo, apontando para restrições diversas que acabaram por impedir que estes completassem seus estudos. A agregação por setores censitários possibilita uma leitura mais pontual e precisa, e a exemplo disso temos a discrepância entre os valores educacionais do CRAS IV e os demais setores, que acaba diluído no valor final se observarmos apenas o município, sem recortes territoriais.

A dimensão de renda e trabalho apresentou valores muito abaixo dos dados da PNAD (2022). A hipótese criada é de que possa ter tido durante as entrevistas um

problema de comunicação, em que não foi explicado de forma clara o que o entrevistador entendia por trabalho formal, o que pode ter dificultado o entendimento por parte dos entrevistados. Se comparar aos dados apresentados pela dimensão de SAN, que está diretamente ligada a renda, vê-se uma inconsistência e cria o questionamento do porquê uma apresenta valores baixos e a outra, sendo teoricamente proporcional ao poder aquisitivo possui valores altos, com os maiores níveis de privação.

Uma segunda hipótese levantada é a de que no recorte populacional feito e a metodologia utilizada os indivíduos entrevistados possuem trabalho formal, entendido nesta pesquisa como aqueles respaldados pela CLT, o que possibilita a leitura de que, apesar da renda formal, o valor não é suficiente para sanar as necessidades dessas famílias – requerendo, inclusive, práticas informais de trabalho para complementar a renda familiar. Todavia, estatisticamente, probabilidade de que o grupo entrevistado, pensando no recorte populacional feito de pessoas inscritas no CRAS, seja em sua maioria de trabalhadores formais é extremamente baixa, o que afasta esse segundo cenário.

O endividamento das famílias é um ponto expressivo na dimensão de exclusão financeira. Os resultados mostram que grande parte das famílias possuem algum tipo de dívida, tanto novas quanto já prescritas, o que sugeri uma dependência do crédito em um ciclo de endividamento e empobrecimento. Por outro há aqueles que possuem nem sequer acesso a operações de crédito ou parcelamento, excluídos e não considerados aptos no sistema financeiro. Esse processo corrobora para os preceitos de pobreza multidimensional citados por Sen (2000), pois esses indivíduos não optaram por viver sem acesso ao crédito, mas tiveram este serviço negado, demonstrando uma perda de sua liberdade como aponta o autor.

As dimensões de acesso a bens e serviços, e habitação e estrutura urbana não estão diretamente ligadas a renda dos entrevistados, pois por meio do recorte feito, as famílias estudadas possuem uma determinada faixa salarial, independente da área em que residem. Essas dimensões são as que mais incutem a necessidade de olhar a pobreza a partir de um viés multidimensional e não apenas por valores monetários. As famílias mais privadas nesses indicadores estão afastadas das áreas de bens e serviços, em áreas segregadas.

Também, por meio destas dimensões, fica claro a ligação entre a estrutura

morfológica-estrutural das cidades e os focos de pobreza. As áreas periféricas são aquelas que apresentam maiores índices de pobreza, com maior número de privações. Em contrapartida, as famílias que residem próximas ao cento consolidado ou aos subcentros possuem menor grau de privação. Ou seja, mesmo dentro de um grupo de indivíduos com menor condição social há aqueles mais pobres multidimensionalmente, tendo o território e sua estrutura como marcador dessas desigualdades.

Conforme a amostra dos entrevistados, há uma incidência de pobreza no município considerável, com base nos dados analisados, os menores níveis de H foram identificados no CRAS II e CRAS I. Pode-se observar que a menor incidência é o CRAS II localizado na região central, enquanto a maior incidência (CRAS V) está localizada nas regiões mais remotas. Novamente relaciona-se a territorialização a pobreza, na medida que as áreas mais afastadas, periféricas apresentam maior incidência.

Varginha apresenta altos níveis de intensidade da pobreza ou hiato de pobreza (A). Há um alto grau de privação entre o público-alvo identificado como multidimensionalmente pobre. Os indivíduos entrevistados sofrem privações em distintas categorias, acentuando a condição vivida por eles.

O hiato da pobreza na maioria das áreas censitárias do CRAS concentra-se entre 80% e 99%, indicando valores elevados com pequenas diferenças entre os setores. O IPM do município é 0,37, sendo um valor relativamente considerável. Há uma pobreza significativa na população estudada. Os valores apresentados muito se devem ao recorte populacional feito para este trabalho, que apesar de não refletir a situação varginhense de forma concreta possibilita um panorama de como vivem uma parcela mais vulnerável da população.

O setor II com o menor número de indivíduos multidimensionalmente pobres (24%) é o mais bem localizado na cidade, o que reflete nos resultados finais. Em seguida vem os setores I, III e IV com 31%, 41 e 47% de pessoas privadas, respectivamente. O setor V tem o maior grau de privação com cerca de 50% da população entrevistada na faixa de multidimensionalmente pobre. Este setor se encontra mais isolado dos demais sendo formado em sua totalidade por bairros oriundos de programas sociais de habitação.

A pobreza está diretamente relacionada ao território e sua composição. A cidade de Varginha apresenta uma realidade socioeconômica entre o público-alvo

diversa, com diferentes necessidades dos entrevistados conforme o local residido. Nas áreas mais bem localizadas do município, os setores de menor IPM são, em tese, coerentes com uma realidade socioeconômica relativamente mais adequada, devido ao maior número de habitantes, tendo suas necessidades básicas devidamente atendidas.

Por fim, o estudo aqui apresentado aponta para a necessidade de que as políticas públicas de combate à pobreza não centrem apenas em questões de insuficiência de renda. Diante de um contexto de bases já estabelecidas, seria de grande importância investir em ações localizadas em pontos esquecidos do município, uma vez identificados onde se concentram os fatores limitantes ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H. R. Pobreza Urbana. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 25-36, 1982.
- AMARAL, P. V.; LEMOS, M. B.; CHEIN, F. Disparidades regionais em Minas Gerais: uma aplicação regional de método de análise multivariada. **Análise econômica**, Porto Alegre, v. 28, n. 54, p. 313-344, set. 2010.
- AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 13, p. 7-18, 2007.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; SANTOS, D. P. **Pobreza nas cidades**. [S. l.: s. n.], 2001.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional e educabilidade no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006. (Texto de Discussão, n. 1227). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4372. Acesso em: 27 fev. 2022.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.
- BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: O exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, [S. l.], v. 24, n. 16, p. 268–288, 2005.
- BOGNIOTTI, G. M. C. **Cidades médias brasileiras: que perfil é esse?** 2018. 239 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.
- CAMPELLO, T. (coord.). **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Rio de Janeiro, RJ: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2017.
- CARVALHO, E. Cidades brasileiras, crescimento e desigualdade social. **Revista ORG & DEMO**, [S. l.], v. 3, p. 45–54, 2002.
- CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília, DF: IPEA, 2008. (Texto para discussão, n. 1332).

CONTE, H. Cidades médias: discutindo o tema. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 45–61, 2013.

CRESPO, A. P. A. GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–12, 2002.

CAMARA, G. D. Formação técnica e empregabilidade em programas sociais: a experiência do programa bolsa família e do Pronatec em uma cidade da fronteira Brasil-Uruguai. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 34, p. 1-24, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3993/399365005037/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 35–64, 1993.

DINIZ, C. C. **Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro**: desafios e oportunidades. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013. (Texto para discussão, n. 471).

ESPÍNOLA, G. M.; ZIMMERMANN, C. R. Definição e mensuração da pobreza: algumas considerações sobre o debate recente. CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. 1., 2012, Niterói, RJ. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2012. p. 1–15.

FAHELM, M.; TELES, L. R. Medindo a pobreza multidimensional do estado de Minas Gerais, Brasil: olhando para além da renda. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 52, n. 3, p. 386–416, maio/ago. 2018.

FERREIRA, N. S. **Elite agrária e processo de urbanização**: o município de Varginha-MG (1882-1920). 2017. 233 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

FILHO, J. S.; FREGUGLIA, S.; PROCÓPIO, I. **Pobreza e desigualdade de renda nas cidades médias brasileiras**. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Juiz de Fora, TD 06/2010. 2010. 21 f. Juiz de Fora, 2010.

FRANÇA, I. S.; SOARES, B. R. Rede urbana regional, cidades médias e centralidades. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 169–185, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1967.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2001.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva

multidimensional. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 79–112, 2016.

LANA, T. P. **Exclusão financeira e sua relação com a pobreza e desigualdade de renda no Brasil**. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013.

LEMOS, M. B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P.; MORO, S. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 665–700, 2003.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, J. G.; DA SILVEIRA, R. L. L. Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: cidades de comando regional. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 16, n. 42, p. 8-41, 2017.

LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. [S. l.: s. n.], 2010.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MATTOSO, J. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 213–243, 1998.

MINAS GERAIS. Secretária de Planejamento e Gestão. **Caderno Regional do Sul de Minas**. [S. l.: s. n.], 2014.

MONTE-MÓR, R. L. M. **O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. (Texto para Discussão, n. 281).

NAHAS, M. I. P.; PEREIRA, M. A. M.; ESTEVES, O. A.; GONÇALVES, E. Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais [...]**. [S. l.]: ABPE, 2006. p. 1-20.

PEREIRA, F. M.; LEMOS, M. B. Políticas de desenvolvimento para cidades médias mineiras. **Cadernos BDMG**, Belo Horizonte, n. 9, p. 1–28, 2004.

PINHEIRO, K. Bases teóricas gerais sobre urbanização no Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, [S. l.], v. 9, n. 15, p. 8, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1006>. Acesso em: 25 mar. 2022.

POCHMANN, M. Structural trends in the world of work in Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 89–99, 2020.

RAITANO, F. C.; RIBEIRO, M. G. **Pobreza: conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Observatório das Metrôpoles. Texto para

discussão 004, 2019.

RESENDE, G. M. O crescimento econômico dos municípios mineiros tem sido pró-pobre? Uma análise para o período 1991-2000. **Nova Economia**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 119–154, 2008.

ROCHA, S. **Opções metodológicas para estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000. (Texto para discussão, n. 720).

RODRIGUES, H. R. **As novas tendências urbanísticas decorrentes das inovações no setor industrial e de logística nas cidades médias: Varginha-MG e seu entorno**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2018.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. [S. l.]: Ed. USP, 1993. v. 1.

SCHWARTZMAN, S. Educação: a nova geração de reformas. *In*: GIAMBIAGI, F.; REIS, J. G.; URANI, A. **Reformas no Brasil: balanço e agenda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 481-504.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, D. R. Índice de pobreza multidimensional no Brasil de 2001 a 2015: uma aplicação da Metodologia do PNUD aos dados da PNAD IBGE. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2017. **Anais [...]**, [S. l.: s. n.]: 2017. p. 01-20.

SIMÕES, C. F.; AMARAL, S. C. S. A relação entre a escolaridade e a pobreza: uma análise das políticas para democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 21-43, abr./jun. 2018.

SIQUEIRA, M. P. S. Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro. **Dimensões**, [S. l.], v. 25, p. 215–234, 2010.

SOARES, S. S. D. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. (Texto para discussão, n. 1381).

SOLYMOS, G. M. B. **Vencendo a desnutrição: abordagem psicológica**. 2. ed. São Paulo: Salus Paulista, 2004.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

STAMM, C.; WADIR, Y.; STADUTO, J. A. R. **São as cidades médias responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 66–91,

2010.

VARGINHA. Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social. **Plano municipal quadrienal de assistência social do município de Varginha-MG 2017 / 2020**. Varginha: [s. n.], 2017.

VIEIRA, A. B. Cidades médias: uma abordagem a partir da dimensão política da leitura econômica. **Journal of Controlled Release**, [S. l.], v. 156, p. 181–188, 2011.

VIEIRA, C. A.; KUHN, D. D.; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 48, p. 267-299, 2017.

VIEIRA, C. A. et al. Pobreza multidimensional: um estudo de caso das privações básicas na região nordeste de Santa Maria/RS. **Economia e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 30, p. 3, 2018.

YANNOULAS, S.C.; SOARES, K.J. Educação e pobreza. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

APÊNDICE A – Questionário

Questionário	
Informações gerais	Idade: Sexo: Cor: Bairro em que reside: Número de moradores no domicílio: Responsáveis pelo domicílio: Número de dependentes (idosos/crianças):
DIMENSÕES	INDICADORES
Educação	<p>Cód. A1 Alfabetização</p> <p>a) Há no domicílio membros que não podem ler ou escrever? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não.</p> <p>b) Qual grau de escolaridade dos responsáveis pelo domicílio? <input type="checkbox"/> fundamental incompleto <input type="checkbox"/> fundamental completo <input type="checkbox"/> ensino médio <input type="checkbox"/> ensino superior <input type="checkbox"/> sem escolaridade</p> <p>Cód. A2 Acesso a cursos técnicos</p> <p>a) Algum membro da família no domicílio teve acesso a cursos técnicos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não.</p> <p>b) Se não: Por qual motivo? <input type="checkbox"/> falta de oportunidades <input type="checkbox"/> não teve interesse</p> <p>Cód. A3 Acesso ao ensino superior</p> <p>a) Algum membro da família teve acesso a curso superior? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não.</p> <p>b) Se não: Por qual motivo? <input type="checkbox"/> falta de oportunidades <input type="checkbox"/> não teve interesse</p>
Acesso a bens e serviços públicos	<p>Cód. B1 Acesso bens a serviços públicos</p> <p>a) Como é o acesso a serviços básicos como farmácia, comércio no bairro de sua residência? <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ótimo</p> <p>b) E o acesso a serviços públicos em geral como escola, hospitais, UBS, órgão oficiais? <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ótimo</p> <p>Cód. B2 Acesso à cultura e lazer</p> <p>a) Há espaços de lazer e cultura no seu bairro? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Se sim: Quais? <input type="checkbox"/> Praças <input type="checkbox"/> Parques <input type="checkbox"/> Quadras esportivas <input type="checkbox"/> Outros: _____</p> <p>b) Se sim: Você utiliza esses espaços? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>c) Se não utiliza: Por que não? <input type="checkbox"/> falta de segurança <input type="checkbox"/> falta de interesse <input type="checkbox"/> não tem tempo</p> <p>d) Você sente necessidade de mais espaços com esse propósito? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> indiferente</p>

<p>Estrutura Urbana e habitação</p>	<p>Cód. C1 Condições da habitação a) Qual sua condição da habitação? <input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> cedida b) Considera a estrutura do domicílio: <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ótimo c) Quantas pessoas residem no domicílio? d) Considera a quantidade de quartos adequada para o número de pessoas que ali residem? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> indiferente e) Há acesso a alguns desses serviços no seu domicílio: <input type="checkbox"/> internet <input type="checkbox"/> energia elétrica <input type="checkbox"/> água tratada e esgoto</p> <p>Cód. C2 Localização e infraestrutura a) a) Como você avalia a estrutura do bairro em que reside? <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ótimo b) b) e quanto sua localização e transporte público: <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ótimo c) O bairro conta com coleta de lixo? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não d)</p>
<p>Segurança Alimentar e Nutricional</p>	<p>Cód. D1 Acesso a alimentação a) Recebe algum auxílio alimentar (governo/entidade)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Qual? b) Já sofreu alguma privação alimentar? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Se sim, quando essa privação ocorreu? <input type="checkbox"/> 2021 <input type="checkbox"/> 2020 <input type="checkbox"/> nos últimos cinco anos <input type="checkbox"/> há mais de cinco anos</p> <p>Cód. D2 Qualidade alimentar a) Quantas refeições diárias a família faz? <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 b) O que faz parte da sua alimentação diária? <input type="checkbox"/> frutas <input type="checkbox"/> legumes <input type="checkbox"/> cereais <input type="checkbox"/> carnes <input type="checkbox"/> outros c) Qual a frequência desses alimentos na sua refeição? <input type="checkbox"/> sempre <input type="checkbox"/> as vezes <input type="checkbox"/> raramente</p>
<p>Renda e trabalho</p>	<p>Cód. E1 Renda a) Qual a renda domiciliar média mensal total? <input type="checkbox"/> menos de um salário mínimo <input type="checkbox"/> de um a dois salários mínimos <input type="checkbox"/> três ou mais salários mínimos</p> <p>Cód. E2 Provedor e dependentes a) Quem é o principal responsável por prover as necessidades do domicílio? <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> outros membros b) Quantos membros possuem trabalho formal em seu domicílio? <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 ou mais</p>

	<p>c) Quantos dependentes há na família (crianças, adolescentes e idosos) <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 ou mais</p> <p>Cód. E3 Inserção no mercado de trabalho</p> <p>a) Situação trabalhista do provedor <input type="checkbox"/> desempregado <input type="checkbox"/> empregado informal <input type="checkbox"/> autônomo <input type="checkbox"/> empregado formal</p> <p>b) Precisa de complementar a renda com bicos, serviços informais, entre outros? <input type="checkbox"/> sempre <input type="checkbox"/> de vez em quando <input type="checkbox"/> raramente <input type="checkbox"/> nunca</p>
Situação Financeira	<p>Cód. F1 Despesas mensais</p> <p>a) Possui dificuldades de administrar as despesas mensais do domicílio? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não.</p> <p>b) Se sim, por qual motivo? <input type="checkbox"/> renda insuficiente <input type="checkbox"/> gastos inesperados <input type="checkbox"/> aumento nas despesas <input type="checkbox"/> desorganização financeira</p> <p>Cód. F2 Operações de crédito</p> <p>a) Alguém do seu domicílio possui algum tipo de operação de crédito ou parcelamento? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não.</p> <p>b) Se sim, por qual motivo? <input type="checkbox"/> sanar necessidades básicas <input type="checkbox"/> complemento de renda <input type="checkbox"/> para compra de bens duráveis <input type="checkbox"/> outros</p> <p>c) Se não, por qual motivo? <input type="checkbox"/> não teve necessidade; <input type="checkbox"/> não teria condições de acesso (garantia; fiador; comprovantes; documentos); <input type="checkbox"/> banco/agente não quis emprestar; <input type="checkbox"/> juros altos/ prazo incompatível.</p> <p>Cód. F3 dívidas e relação com o sistema financeiro</p> <p>a) Alguém em seu domicílio possui dívidas? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>b) Essa dívida é: <input type="checkbox"/> nova, ainda dentro do prazo, não comecei a pagar <input type="checkbox"/> nova, ainda dentro do prazo, já comecei a pagar <input type="checkbox"/> antiga (não conseguiu pagar todas as parcelas) <input type="checkbox"/> muito antiga, mas já venceu o prazo de cobrança</p> <p>c) Se se trata de dívida antiga não paga: Por qual motivo não conseguiu quitar a dívida? <input type="checkbox"/> desemprego <input type="checkbox"/> parcelas muito altas <input type="checkbox"/> tive de usar o recurso para outras despesas <input type="checkbox"/> outros</p>